

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	13
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	14
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	15
--------------------------------	----

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	17
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	18
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	19
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	28
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	110
--	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	111
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	112
--	-----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2016</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	95.061
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>95.061</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2016</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2015</b>
1	Ativo Total	1.465.617	1.482.437
1.01	Ativo Circulante	27.494	27.930
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.924	65
1.01.02	Aplicações Financeiras	11.969	14.332
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	11.969	14.332
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	11.969	14.332
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.308	1.233
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.308	1.233
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	1.308	1.233
1.01.07	Despesas Antecipadas	0	5
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	12.293	12.295
1.01.08.03	Outros	12.293	12.295
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	12.293	12.293
1.01.08.03.03	Outros Créditos	0	2
1.02	Ativo Não Circulante	1.438.123	1.454.507
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	20.406	19.950
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	20.406	19.950
1.02.01.09.04	Cauções e Depósitos Vinculados	20.406	19.950
1.02.02	Investimentos	867.592	872.946
1.02.02.01	Participações Societárias	867.592	872.946
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	867.592	872.946
1.02.03	Imobilizado	95	95
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	95	95
1.02.04	Intangível	550.030	561.516
1.02.04.01	Intangíveis	550.030	561.516
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	550.030	561.516

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2016</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2015</b>
2	Passivo Total	1.465.617	1.482.437
2.01	Passivo Circulante	50	93
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1	1
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1	1
2.01.02	Fornecedores	21	39
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	21	39
2.01.03	Obrigações Fiscais	3	28
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3	28
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	25
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	3	3
2.01.05	Outras Obrigações	25	25
2.01.05.02	Outros	25	25
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	25	25
2.02	Passivo Não Circulante	22.976	22.379
2.02.03	Tributos Diferidos	2.557	2.416
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.557	2.416
2.02.04	Provisões	20.419	19.963
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	20.419	19.963
2.02.04.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	20.419	19.963
2.03	Patrimônio Líquido	1.442.591	1.459.965
2.03.01	Capital Social Realizado	1.387.982	1.387.982
2.03.01.01	Capital Social	958.782	958.782
2.03.01.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	429.200	429.200
2.03.04	Reservas de Lucros	132.943	132.943
2.03.04.01	Reserva Legal	95.375	95.375
2.03.04.02	Reserva Estatutária	37.568	37.568
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	353	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	188.184	191.079
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-266.871	-252.039
2.03.08.01	Efeito Reflexo de Cálculo Atuarial de Controladas	-266.871	-252.039

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015</b>
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-833	-775
3.02.06	Pessoal e Administradores	-24	-22
3.02.08	Serviços de Terceiros	-649	-609
3.02.14	Outros Custos	-160	-144
3.03	Resultado Bruto	-833	-775
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.010	3.007
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-11.487	-11.487
3.04.05.01	Amortização de Intangível de Concessão	-11.487	-11.487
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	9.477	14.494
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-2.843	2.232
3.06	Resultado Financeiro	441	408
3.06.01	Receitas Financeiras	855	756
3.06.02	Despesas Financeiras	-414	-348
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-414	-348
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-2.402	2.640
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-141	-118
3.08.02	Diferido	-141	-118
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-2.543	2.522
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-2.543	2.522
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,02675	0,02653
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,02675	0,02653

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	-2.543	2.522
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-14.831	0
4.02.04	Ajuste de Avaliação Atuarial	-22.472	0
4.02.05	Efeito de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre ajuste de avaliação atuarial	7.641	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	-17.374	2.522

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-630	-581
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-805	-705
6.01.01.01	(Prejuízo) Lucros Líquido do Período	-2.543	2.522
6.01.01.03	Amortização do Intangível da Concessão	11.487	11.487
6.01.01.07	Provisão para Processos Judiciais e Outros	42	0
6.01.01.10	Receita de Aplicação Financeira em Investimento de Curto Prazo	-455	-338
6.01.01.13	Tributos e Contribuições Sociais Diferidos	141	118
6.01.01.16	Resultado de Equivalência Patrimonial	-9.477	-14.494
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	245	215
6.01.02.05	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	31	136
6.01.02.07	Despesas Pagas Antecipadamente	5	11
6.01.02.10	Fornecedores	-17	23
6.01.02.11	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	-25	-13
6.01.02.12	Outros Tributos a Pagar	0	43
6.01.02.13	Juros Resgatados de Investimentos de Curto Prazo	251	15
6.01.03	Outros	-70	-91
6.01.03.02	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-70	-91
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	2.489	-1.045
6.02.03	Aplicações em Investimento de Curto Prazo	0	-1.766
6.02.04	Resgates de Investimento de Curto Prazo	2.530	721
6.02.05	Aplicações /Resgates de Cauções e Depósitos Vinculados	-41	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.859	-1.626
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	65	1.664
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.924	38

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	958.782	429.200	132.943	0	-60.960	1.459.965
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	958.782	429.200	132.943	0	-60.960	1.459.965
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-2.543	-14.831	-17.374
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-2.543	0	-2.543
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-14.831	-14.831
5.05.02.08	Efeito Reflexo de Ajuste de Avaliação Atuarial de Controlada	0	0	0	0	-22.472	-22.472
5.05.02.09	Tributos sobre Efeito Reflexo de Ajuste de Avaliação Atuarial de Controlada	0	0	0	0	7.641	7.641
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	2.896	-2.896	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	4.388	-4.388	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-1.492	1.492	0
5.07	Saldos Finais	958.782	429.200	132.943	353	-78.687	1.442.591

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	958.782	429.200	140.113	0	-118.127	1.409.968
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	958.782	429.200	140.113	0	-118.127	1.409.968
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.522	0	2.522
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.522	0	2.522
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	3.762	-3.762	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	5.700	-5.700	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-1.938	1.938	0
5.07	Saldos Finais	958.782	429.200	140.113	6.284	-121.889	1.412.490

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015</b>
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-808	-752
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-649	-609
7.02.04	Outros	-159	-143
7.02.04.01	Outros Custos Operacionais	-159	-143
7.03	Valor Adicionado Bruto	-808	-752
7.04	Retenções	-11.487	-11.487
7.04.02	Outras	-11.487	-11.487
7.04.02.01	Amortização de Intangível de Concessão	-11.487	-11.487
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-12.295	-12.239
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	10.332	15.250
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	9.477	14.494
7.06.02	Receitas Financeiras	855	756
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-1.963	3.011
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-1.963	3.011
7.08.01	Pessoal	20	18
7.08.01.01	Remuneração Direta	20	18
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	145	122
7.08.02.01	Federais	145	122
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	415	349
7.08.03.01	Juros	414	348
7.08.03.02	Aluguéis	1	1
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-2.543	2.522
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-2.543	2.522

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2016</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2015</b>
1	Ativo Total	13.819.014	13.872.026
1.01	Ativo Circulante	4.875.373	4.609.746
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	126.979	146.686
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.145.900	398.889
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.145.900	398.889
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	1.145.900	398.889
1.01.03	Contas a Receber	2.440.220	2.619.926
1.01.03.01	Clientes	2.440.220	2.619.926
1.01.03.01.01	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	2.330.914	2.530.174
1.01.03.01.03	Contas a Receber - Acordos	109.306	89.752
1.01.04	Estoques	78.837	63.957
1.01.04.01	Almoxarifado	78.837	63.957
1.01.06	Tributos a Recuperar	98.449	120.657
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	98.449	120.657
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	19.482	27.207
1.01.06.01.02	Outros Tributos Compensáveis	78.967	93.450
1.01.07	Despesas Antecipadas	37.704	36.614
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	947.284	1.223.017
1.01.08.03	Outros	947.284	1.223.017
1.01.08.03.03	Outros Créditos	385.622	331.545
1.01.08.03.04	Ativo Financeiro Setorial	561.662	891.472
1.02	Ativo Não Circulante	8.943.641	9.262.280
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.178.168	3.488.473
1.02.01.03	Contas a Receber	35.752	35.666
1.02.01.03.01	Clientes	26.970	26.451
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	8.782	9.215
1.02.01.06	Tributos Diferidos	449.951	438.191
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	449.951	438.191
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.692.465	3.014.616
1.02.01.09.04	Cauções e Depósitos Vinculados	479.762	463.076
1.02.01.09.06	Outros Tributos Compensáveis	36.758	33.916
1.02.01.09.08	Ativo Financeiro da Concessão	2.094.741	2.004.798
1.02.01.09.09	Outros Créditos	67.443	63.398
1.02.01.09.10	Ativo Financeiro Setorial	13.761	449.428
1.02.02	Investimentos	13.130	13.130
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	13.130	13.130
1.02.03	Imobilizado	45.870	40.783
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	95	95
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	45.775	40.688
1.02.04	Intangível	5.706.473	5.719.894
1.02.04.01	Intangíveis	5.706.473	5.719.894
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	5.156.443	5.158.378
1.02.04.01.02	Gerado na Aquisição de Investimentos	550.030	561.516

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2016</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2015</b>
2	Passivo Total	13.819.014	13.872.026
2.01	Passivo Circulante	4.320.231	4.508.669
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	127.225	103.624
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	127.225	103.624
2.01.02	Fornecedores	1.747.263	1.926.825
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.747.263	1.926.825
2.01.03	Obrigações Fiscais	597.726	530.879
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	221.906	121.888
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.554	2.556
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	219.352	119.332
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	374.800	407.853
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.020	1.138
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	809.304	727.910
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	76.229	38.286
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	76.229	38.286
2.01.04.02	Debêntures	719.450	678.273
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	13.625	11.351
2.01.05	Outras Obrigações	865.806	1.052.502
2.01.05.02	Outros	865.806	1.052.502
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	30.462	30.462
2.01.05.02.04	Subvenções Governamentais	4.023	2.427
2.01.05.02.06	Encargos Setoriais	597.503	749.342
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	233.818	270.271
2.01.06	Provisões	172.907	166.929
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	171.609	165.489
2.01.06.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	171.609	165.489
2.01.06.02	Outras Provisões	1.298	1.440
2.01.06.02.04	Provisões para Passivos Ambientais	1.298	1.440
2.02	Passivo Não Circulante	6.101.569	5.937.194
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.945.092	2.874.632
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	630.275	474.952
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	630.275	474.952
2.02.01.02	Debêntures	2.280.040	2.367.850
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	34.777	31.830
2.02.02	Outras Obrigações	2.822.499	2.720.743
2.02.02.02	Outros	2.822.499	2.720.743
2.02.02.02.05	Subvenções Governamentais	14.909	8.108
2.02.02.02.07	Obrigações com Entidade de Previdência Privada	2.695.070	2.604.967
2.02.02.02.08	Encargos Setoriais	37.492	32.295
2.02.02.02.09	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.083	969
2.02.02.02.10	Reserva de Reversão	66.085	66.085
2.02.02.02.12	Outras Obrigações	7.860	8.319
2.02.03	Tributos Diferidos	2.557	2.416
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.557	2.416
2.02.04	Provisões	331.421	339.403
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	329.981	337.963

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2016</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2015</b>
2.02.04.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	329.981	337.963
2.02.04.02	Outras Provisões	1.440	1.440
2.02.04.02.04	Provisões para Passivos Ambientais	1.440	1.440
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	3.397.214	3.426.163
2.03.01	Capital Social Realizado	1.387.982	1.387.982
2.03.01.01	Capital Social	958.782	958.782
2.03.01.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	429.200	429.200
2.03.04	Reservas de Lucros	132.943	132.943
2.03.04.01	Reserva Legal	95.375	95.375
2.03.04.02	Reserva Estatutária	37.568	37.568
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	353	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	188.184	191.079
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-266.871	-252.039
2.03.08.01	Efeito Reflexo de Cálculo Atuarial de Controladas	-266.871	-252.039
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	1.954.623	1.966.198

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.880.340	3.184.628
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.815.808	-3.000.263
3.02.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-1.512.952	-1.958.043
3.02.02	Energia Elétrica Comprada para Revenda - PROINFA	-81.830	-60.745
3.02.03	Encargos do Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	-373.822	-240.652
3.02.06	Pessoal e Administradores	-183.119	-160.360
3.02.07	Entidade de Previdência Privada	-79.151	-78.806
3.02.08	Serviços de Terceiros	-133.659	-113.108
3.02.09	Material	-19.194	-10.537
3.02.10	Custo de Construção	-141.967	-117.852
3.02.11	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, Líquida	-65.338	-36.628
3.02.12	Provisão para Processos Judiciais e Outros, Líquida	-1.698	-22.606
3.02.13	Depreciação e Amortização	-115.678	-112.954
3.02.14	Outros Custos	-107.400	-87.972
3.03	Resultado Bruto	64.532	184.365
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-11.487	-11.487
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-11.487	-11.487
3.04.05.01	Amortização de Intangível de Concessão	-11.487	-11.487
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	53.045	172.878
3.06	Resultado Financeiro	-16.779	-113.797
3.06.01	Receitas Financeiras	127.914	82.729
3.06.02	Despesas Financeiras	-144.693	-196.526
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-164.253	-136.141
3.06.02.02	Variações Cambiais, Líquidas	19.560	-60.385
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	36.266	59.081
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-17.686	-24.253
3.08.01	Corrente	-4.635	-28.687
3.08.02	Diferido	-13.051	4.434
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	18.580	34.828
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	18.580	34.828
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-2.543	2.522
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	21.123	32.306
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,02675	0,02653
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,02675	0,02653

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	18.580	34.828
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-47.889	0
4.02.04	Ajuste de Avaliação Atuarial	-72.560	0
4.02.05	Efeito de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre ajuste de avaliação atuarial	24.671	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-29.309	34.828
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-17.374	2.522
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-11.935	32.306

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	804.799	126.558
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	398.744	392.962
6.01.01.01	(Prejuízo) Lucro Líquido do Período	-2.543	2.522
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	115.678	112.954
6.01.01.03	Amortização do Intangível da Concessão	11.487	11.487
6.01.01.05	Variações Monetárias e Cambiais	4.708	3.404
6.01.01.06	Atualização do Ativo Financeiro da Concessão	-56.356	-29.930
6.01.01.07	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	71.758	41.637
6.01.01.08	Provisão para Processos Judiciais e Outros	3.732	27.596
6.01.01.09	Custo de Empréstimos (Encargos de Dívidas)	140.319	107.065
6.01.01.10	Fundo de Pensão - Deliberação CVM 695	79.862	78.225
6.01.01.11	Receita de Aplicação Financeira em Investimento de Curto Prazo	-12.222	-21.603
6.01.01.13	Baixa de Ativo Financeiro, Intangível da Concessão e Imobilizado	7.787	31.434
6.01.01.14	Tributos e Contribuições Sociais Diferidos	13.051	-4.434
6.01.01.15	Ações e Opções de Ações Outorgadas	360	299
6.01.01.19	Participação de Acionistas não Controladores	21.123	32.306
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	473.292	-190.288
6.01.02.01	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	112.829	-267.845
6.01.02.02	Contas a Receber - Acordos	-4.674	9.949
6.01.02.04	Almoxarifado	-14.880	3.289
6.01.02.05	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	10.150	-20.999
6.01.02.06	Outros Tributos Compensáveis	11.641	2.955
6.01.02.07	Despesas Pagas Antecipadamente	-1.090	-4.987
6.01.02.08	Outros Créditos	-69.902	-72.374
6.01.02.09	Obrigações Sociais e Trabalhistas	23.715	25.106
6.01.02.10	Fornecedores	-179.560	54.285
6.01.02.11	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	-2	40.307
6.01.02.12	Outros Tributos a Pagar	66.849	-17.925
6.01.02.13	Juros Resgatados de Investimentos de Curto Prazo	18.086	31.029
6.01.02.14	Ativo Financeiro Setorial	765.477	-427.206
6.01.02.16	Encargos Setoriais	-149.106	533.859
6.01.02.18	Pagamento de Processos Judiciais e Outros	-17.010	-25.200
6.01.02.19	Outras Obrigações	-36.912	-4.474
6.01.02.20	Pagamento de Obrigações com Entidade de Previdência Privada	-62.319	-50.057
6.01.03	Outros	-67.237	-76.116
6.01.03.01	Juros Pagos (Encargos de Dívidas)	-63.218	-39.031
6.01.03.02	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-4.019	-37.085
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-901.596	-245.024
6.02.01	Adições para Ativos Financeiros e Intangíveis da Concessão	-169.605	-118.499
6.02.02	Consumidores - Participação Financeira	15.461	34.871
6.02.03	Aplicações em Investimento de Curto Prazo	-2.849.083	-1.677.043
6.02.04	Resgates de Investimento de Curto Prazo	2.097.801	1.521.369
6.02.05	Aplicações/Resgates de Cauções e Depósitos Vinculados	-7.715	-5.722

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015</b>
6.02.07	Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado e Intangível	11.545	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	77.090	186.197
6.03.01	Ingressos de Novos Empréstimos e Debêntures	196.157	190.000
6.03.02	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	0	-2
6.03.04	Pagamento de Empréstimos e Debêntures (Principal)	-110.095	-2.127
6.03.05	Custos de Empréstimos (Diferimento)	-4.909	-817
6.03.07	Pagamento de Obrigações por Arrendamento Financeiro	-4.063	-857
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-19.707	67.731
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	146.686	182.924
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	126.979	250.655

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	958.782	429.200	132.943	0	-60.960	1.459.965	1.966.198	3.426.163
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	958.782	429.200	132.943	0	-60.960	1.459.965	1.966.198	3.426.163
5.04	Transferências de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	360	360
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	0	0	0	0	0	360	360
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-2.543	-14.831	-17.374	-11.935	-29.309
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-2.543	0	-2.543	21.123	18.580
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-14.831	-14.831	-33.058	-47.889
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	0	-22.472	-50.088	-72.560
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	0	7.641	17.030	24.671
5.05.02.08	Ajuste de Avaliação Atuarial	0	0	0	0	-22.472	0	0	0
5.05.02.09	Tributos sobre Ajuste de Avaliação Atuarial	0	0	0	0	7.641	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	2.896	-2.896	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	0	4.388	-4.388	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	-1.492	1.492	0	0	0
5.07	Saldos Finais	958.782	429.200	132.943	353	-78.687	1.442.591	1.954.623	3.397.214

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	958.782	429.200	140.113	0	-118.127	1.409.968	1.778.514	3.188.482
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	958.782	429.200	140.113	0	-118.127	1.409.968	1.778.514	3.188.482
5.04	Transferências de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	299	299
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	0	0	0	0	0	299	299
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.522	0	2.522	32.306	34.828
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.522	0	2.522	32.306	34.828
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	3.762	-3.762	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	5.700	-5.700	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-1.938	1.938	0	0	0
5.07	Saldos Finais	958.782	429.200	140.113	6.284	-121.889	1.412.490	1.811.119	3.223.609

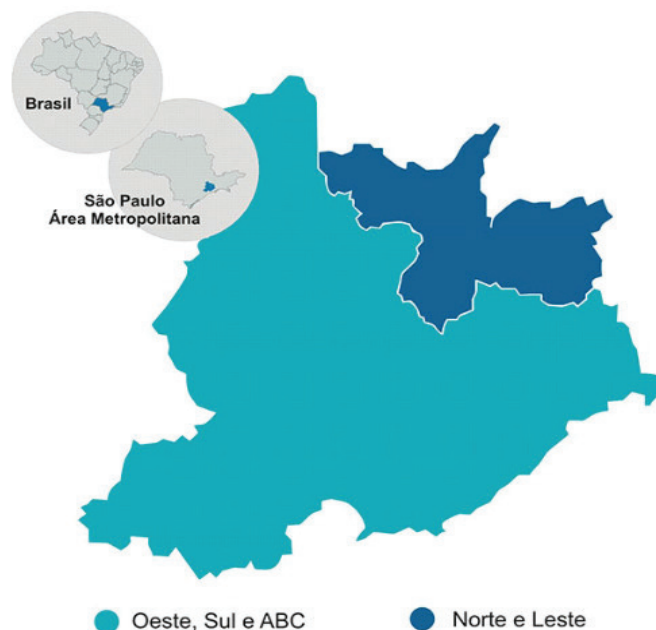
**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015</b>
7.01	Receitas	5.344.053	4.970.538
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.231.787	4.861.135
7.01.02	Outras Receitas	35.637	28.179
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	141.967	117.852
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-65.338	-36.628
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.530.332	-2.800.123
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.158.056	-2.481.367
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-271.230	-221.258
7.02.04	Outros	-101.046	-97.498
7.02.04.01	Outros Custos Operacionais	-101.046	-97.498
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.813.721	2.170.415
7.04	Retenções	-127.165	-124.441
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-115.678	-112.954
7.04.02	Outras	-11.487	-11.487
7.04.02.01	Amortização de Intangível de Concessão	-11.487	-11.487
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.686.556	2.045.974
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	127.914	82.729
7.06.02	Receitas Financeiras	127.914	82.729
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.814.470	2.128.703
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.814.470	2.128.703
7.08.01	Pessoal	257.287	237.550
7.08.01.01	Remuneração Direta	169.809	151.174
7.08.01.02	Benefícios	79.151	78.806
7.08.01.03	F.G.T.S.	8.327	7.570
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.389.292	1.652.788
7.08.02.01	Federais	1.351.638	881.936
7.08.02.02	Estaduais	1.026.971	763.068
7.08.02.03	Municipais	10.683	7.784
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	149.311	203.537
7.08.03.01	Juros	144.693	196.526
7.08.03.02	Aluguéis	4.618	7.011
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	18.580	34.828
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-2.543	2.522
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	21.123	32.306

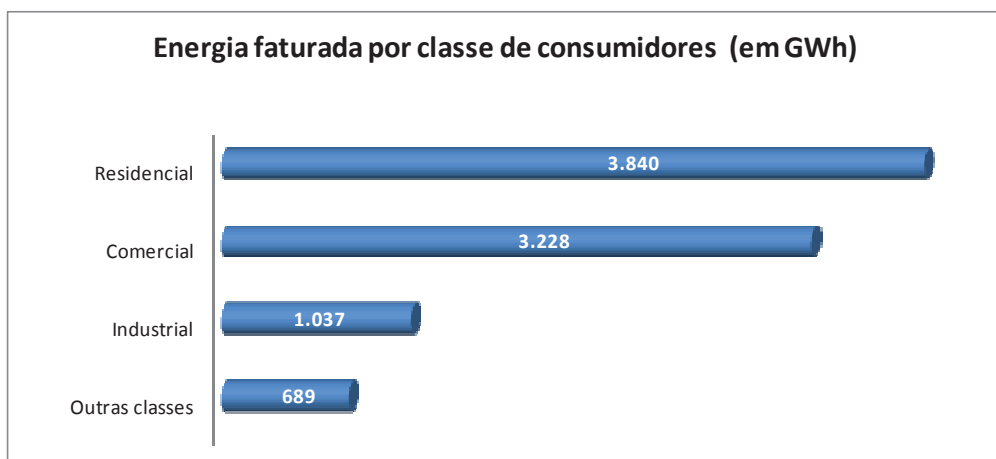
## Comentário do Desempenho

### 1 Perfil

A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“controlada Eletropaulo”) é uma companhia de capital aberto com ações listadas na BMF&Bovespa, autorizada a operar como concessionária de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, principalmente para a distribuição e comercialização de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana da Grande São Paulo, conforme demonstrado no mapa abaixo, e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.



Em 31 de março de 2016, a controlada Eletropaulo atendia aproximadamente a 6,9 milhões de unidades consumidoras e faturou com o fornecimento de energia elétrica 8.794 GWh.



## Comentário do Desempenho

O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, assinado em 15 de junho de 1998 (Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998), tem prazo de duração de 30 anos.

### 2 Desempenho econômico-financeiro

A principal fonte de receita da Companhia provém da sua controlada Eletropaulo, a qual está autorizada a operar como distribuidora de energia elétrica.

<i>Em milhares de Reais</i>	Reclassificado		Var. R\$	Var. %
	1T16	1T15		
Fornecimento de energia elétrica	5.171.424	3.832.755	1.338.669	34,9%
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD	234.717	138.604	96.113	69,3%
Outras receitas operacionais	3.250	1.035.807	(1.032.557)	-99,7%
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>5.409.391</b>	<b>5.007.166</b>	<b>402.225</b>	<b>8,0%</b>
Deduções da receita operacional bruta	(2.529.051)	(1.822.538)	(706.513)	38,8%
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>2.880.340</b>	<b>3.184.628</b>	<b>(304.288)</b>	<b>-9,6%</b>
Custos com energia elétrica (Parcela A)	(1.968.604)	(2.259.440)	290.836	-12,9%
Custos de operação (Parcela B)	(847.204)	(740.823)	(106.381)	14,4%
<b>Custos operacionais</b>	<b>(2.815.808)</b>	<b>(3.000.263)</b>	<b>184.455</b>	<b>-6,1%</b>
<b>Resultado do serviço (Lucro bruto)</b>	<b>64.532</b>	<b>184.365</b>	<b>(119.833)</b>	<b>-65,0%</b>
Resultado financeiro	(28.266)	(125.284)	97.018	-77,4%
Imposto de renda e contribuição social	(17.686)	(24.253)	6.567	-27,1%
<b>Lucro (Prejuízo) líquido do período</b>	<b>18.580</b>	<b>34.828</b>	<b>(16.248)</b>	<b>-46,7%</b>
Atribuído a sócios da empresa controladora	(2.543)	2.522	(5.065)	-200,8%
Atribuído a sócios não controladores	21.123	32.306	(11.183)	-34,6%

No trimestre findo em 31 de março de 2016 a Companhia auferiu um lucro líquido consolidado no montante de R\$ 18.580 (sendo um prejuízo líquido no montante de R\$ 2.543 atribuídos à Companhia e um lucro líquido no montante de R\$ 21.123 atribuídos aos sócios não controladores), ante um lucro líquido de R\$ 34.828 no mesmo trimestre do ano anterior. Os itens a seguir explicam os principais fatores que influenciaram a redução de 46,7% do resultado da Companhia e sua controlada Eletropaulo.

## Comentário do Desempenho

### 2.1 Receita operacional líquida

A receita operacional líquida consolidada da Companhia é constituída substancialmente do fornecimento e distribuição de energia elétrica e de suas respectivas deduções, acumulando nos trimestres findos em 31 de março de 2016 e 2015 os montantes de R\$ 2.880.340 e R\$ 3.184.628, respectivamente.

	Receita operacional (R\$ mil)			Consumo (em GWh)		
	1T16	1T15	Var. %	1T16	1T15	Var. %
Fornecimento de energia elétrica	5.171.424	3.832.755	34,9%	8.794	9.308	-5,5%
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD	234.717	138.604	69,3%	1.926	2.077	-7,3%
Receita de construção	141.967	117.852	20,5%	-	-	-
Não faturado	54.764	267.483	-79,5%	-	-	-
Energia no curto prazo	76.110	114.943	-33,8%	634	263	-
Subvenções de recursos da CDE	59.563	54.824	8,6%	-	-	-
Ativo financeiro setorial, líquido	(418.019)	480.712	-187,0%	-	-	-
PIS/COFINS diferença de alíquota	(3.128)	(50.384)	-93,8%	-	-	-
Atualização do ativo financeiro da concessão	56.356	29.930	88,3%	-	-	-
Outras receitas	35.637	20.447	74,3%	-	-	-
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>5.409.391</b>	<b>5.007.166</b>	<b>8,0%</b>	<b>11.354</b>	<b>11.648</b>	<b>-2,5%</b>
Deduções da receita operacional bruta:						
<i>Encargos setoriais</i>	(2.529.051)	(1.822.538)	38,8%			
<i>Encargos tributários</i>	(1.008.872)	(671.592)	50,2%			
<i>Encargos tributários</i>	(1.520.179)	(1.150.946)	32,1%			
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>2.880.340</b>	<b>3.184.628</b>	<b>-9,6%</b>			

A redução de 9,6% da receita operacional líquida é explicada principalmente por:

- Pelo aumento de R\$ 706.513 nas deduções da receita operacional bruta, atribuído: (i) aos encargos tributários (ICMS, COFINS, PIS e ISS) que aumentaram R\$ 369.233, sendo proporcionais à maior receita bruta tributável auferida no trimestre; (ii) pelos encargos setoriais, que aumentaram R\$ 337.280, principalmente pelas maiores despesas com a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, em R\$ 397.547, em função da homologação da quota de devolução à conta ACR (R\$ 222.805 registrados no 1T16) e das quotas superiores em R\$ 174.742 no 1T16, apesar da redução das novas quotas homologadas pela ANEEL para o exercício de 2016 (no 1T15, o reflexo das cotas homologadas em fevereiro de 2015 tiveram impacto somente no mês de março de 2015);
- Redução de R\$ 898.731 do ativo financeiro setorial líquido, em virtude principalmente dos diferimentos registrados no 1T16, originados dos encargos da CDE e da compra de energia elétrica, refletindo a redução destes custos no 1T16 quando comparado à respectiva cobertura tarifária;
- Redução de R\$ 38.833 ou 33,8% na receita de venda de energia no curto prazo, em função do menor PLD verificado no 1T16 comparado ao 1T15, embora o volume vendido no 1T16 seja superior ao 1T15 (634 GWh no 1T16 ante 263 GWh no 1T15); compensados parcialmente:

## Comentário do Desempenho

- Aumento de R\$ 1.338.669 da receita com fornecimento de energia elétrica, ocasionado principalmente (i) pela revisão tarifária de 2015 (efeito médio de 15,23% para o consumidor) e pela revisão tarifária extraordinária de 2 de março de 2015 (efeito médio de 32% para o consumidor), ocasionando aumento no faturamento de todas as classes de consumidores; (ii) pelo maior número de unidades consumidoras, comparando-se os trimestres. Em compensação, o consumo do mercado cativo apresentou redução de 5,5%, devido ao desempenho negativo de todas as classes de consumidores, explicado principalmente (i) na classe industrial, que continua com desempenho negativo na produção, e (ii) nas classes residencial e comercial, reflexo do desempenho negativo da atividade comercial no Estado de São Paulo e da queda da renda real na Região Metropolitana de São Paulo, que contribuíram para a redução do consumo no trimestre. Adicionalmente, a queda no consumo é reflexo da continuidade da crise econômica e dos aumentos tarifários ocorridos em 2015;
- Aumento de R\$ 96.113 ou 69,3% na receita de TUSD, explicada principalmente pela revisão tarifária de 2015 (efeito médio de 15,23% para o consumidor) e pela revisão tarifária extraordinária de 2 de março de 2015 (efeito médio de 32% para o consumidor), compensado pela redução de 7,3% no consumo dos clientes livres

### 2.2 Custos operacionais

Os custos operacionais são divididos em duas categorias: (i) Parcela A, que engloba todas as despesas não gerenciáveis e relacionadas à compra e transmissão de energia; e (ii) Parcela B, que corresponde aos custos gerenciáveis da Companhia e sua controlada Eletropaulo.

## Comentário do Desempenho

No trimestre findo em 31 de março de 2016, os custos operacionais apresentaram uma redução de 6,1% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

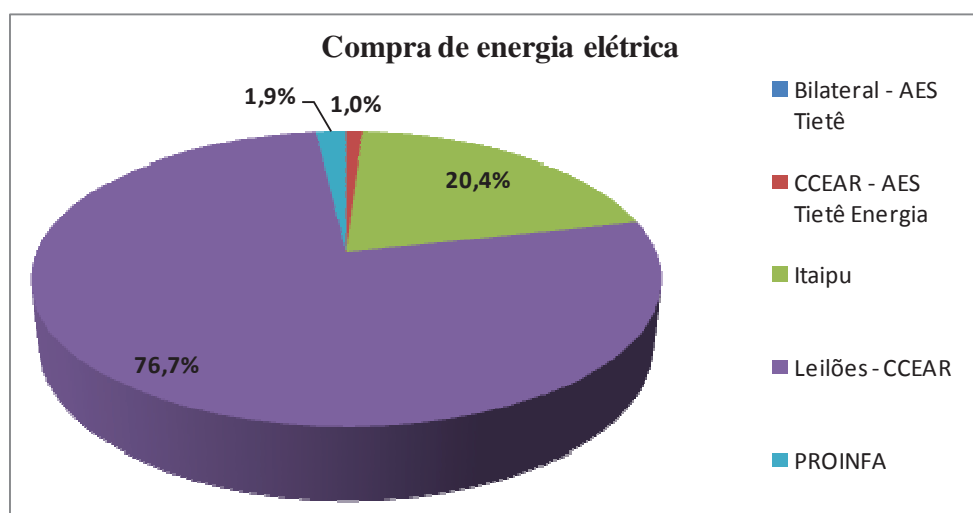
Em milhares de Reais	Reclassificado		Var. R\$	Var. %
	1T16	1T15		
Energia elétrica comprada para revenda/PROINFA	(1.594.782)	(2.018.788)	424.006	-21,0%
Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição	(373.822)	(240.652)	(133.170)	55,3%
<b>Custo com energia elétrica (Parcela A)</b>	<b>(1.968.604)</b>	<b>(2.259.440)</b>	<b>290.836</b>	<b>-12,9%</b>
Pessoal e administradores	(183.119)	(160.360)	(22.759)	14,2%
Entidade de previdência privada	(79.151)	(78.806)	(345)	0,4%
Material e serviços de terceiros	(152.853)	(123.645)	(29.208)	23,6%
Custo de construção	(141.967)	(117.852)	(24.115)	20,5%
Depreciação e amortização	(115.678)	(112.954)	(2.724)	2,4%
Outros custos	(174.436)	(147.206)	(27.230)	18,5%
<b>Custo de operação (Parcela B)</b>	<b>(847.204)</b>	<b>(740.823)</b>	<b>(106.381)</b>	<b>14,4%</b>
<b>Total dos custos operacionais</b>	<b>(2.815.808)</b>	<b>(3.000.263)</b>	<b>184.455</b>	<b>-6,1%</b>

### 2.2.1 Custos com energia elétrica (Parcela A)

Os custos com energia elétrica (Parcela A) são compostos pelas contas de Energia elétrica comprada para revenda/PROINFA e Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição.

#### Energia elétrica comprada para revenda/PROINFA:

Em 31 de março de 2016, a origem do volume comprado de energia elétrica pela controlada Eletropaulo era a seguinte:



## Comentário do Desempenho

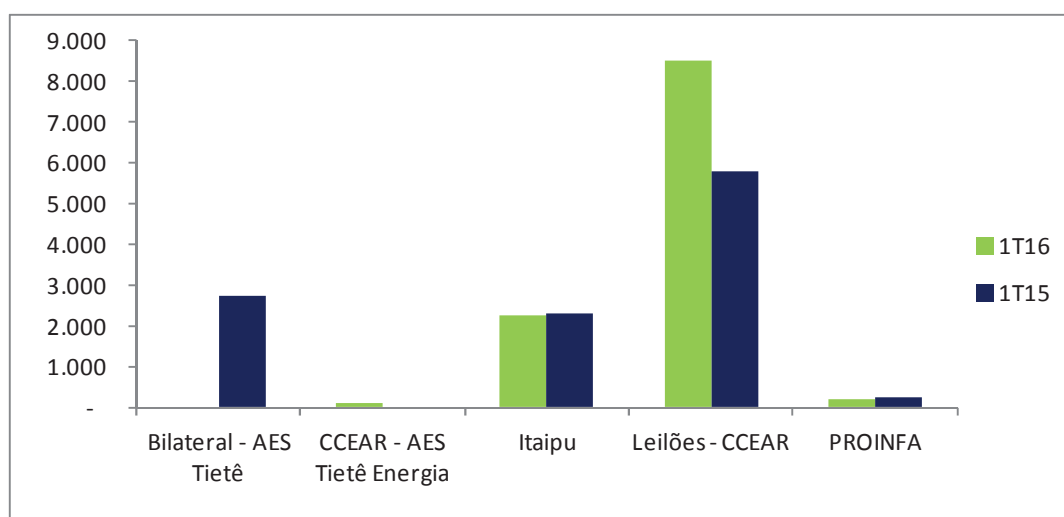
A energia elétrica comprada para revenda/PROINFA apresentou uma redução de R\$ 424.006 ou 21,0%, totalizando R\$ 1.594.782 no 1T16 e R\$ 2.018.788 no 1T15. Os seguintes fatores explicam esse desempenho:

- Bilateral AES Tietê – redução de R\$ 565.320 em função do término do contrato em 31 de dezembro de 2015;
- Itaipu – redução de 65.090, em função da redução do preço médio em 10,9%, e da redução de 1,0% no volume de energia comprada;

Os fatores acima foram compensados parcialmente por:

- CCEAR's - aumento de R\$ 96.784 devido ao maior volume de energia comprada em leilões no período (superior em 46,8%), apesar da redução do preço médio em aproximadamente 25,8%;
- CCEAR's AES Tietê Energia – aumento de R\$ 15.508, referente à energia comprada no 1T16 da AES Tietê Energia por meio de leilões CCEAR.
- CCEE – redução de R\$ 1. 298.995, devido a controlada Eletropaulo não ter comprado energia no mercado de curto prazo nos 9M15;

O gráfico abaixo mostra a evolução do volume comprado de energia (em GWh) entre os trimestres findos em 31 de março de 2016 e 2015, por tipo de contrato.



## Comentário do Desempenho

### Encargo do uso do sistema de transmissão e distribuição:

A composição dos encargos é a seguinte:

	1T16	1T15	Var. R\$	Var. %
Uso da rede básica	(148.867)	(169.980)	21.113	-12,4%
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER	(230.559)	(103.413)	(127.146)	122,9%
(-) Recursos financeiros da Conta de Energia de Reserva - CONER (i)	-	33.579	(33.579)	-100,0%
Transporte de energia - Furnas/Itaipu	(11.276)	(9.063)	(2.213)	24,4%
Operador Nacional do Sistema - ONS	(8.167)	(5.844)	(2.323)	39,8%
Custo do Uso do Sistema de Distribuição - CUSD	(1.633)	(1.593)	(40)	2,5%
Conexão a Rede Básica - CTEEP	(10.591)	(8.271)	(2.320)	28,0%
(-) Créditos de PIS/COFINS	37.271	23.933	13.338	55,7%
<b>Total de encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição</b>	<b>(373.822)</b>	<b>(240.652)</b>	<b>(133.170)</b>	<b>55,3%</b>

O aumento de R\$ 133.170 ou 55,3% deve-se basicamente (i) aos maiores custos de ESS/EER em R\$ 127.146, registrados no 1T16, (ii) aos repasses de recursos financeiros da CONER ocorridos em 2015 no montante de R\$ 33.579.

### 2.2.2 Custos de operação (Parcela B)

A “Parcela B”, correspondente aos custos gerenciáveis da Companhia e sua controlada Eletropaulo, totalizaram R\$ 847.204 no 1T16, montante superior em R\$ 106.381 ou 14,4% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. As variações nas seguintes contas explicam esse desempenho:

Pessoal e administradores: aumento de R\$ 22.759 ou 14,2% em virtude principalmente; (i) despesas com pessoal relacionadas ao plano de recuperação dos indicadores de qualidade da controlada Eletropaulo; e; (ii) do reajuste de remuneração e benefícios em função do acordo coletivo.

Material e serviços de terceiros: aumento de R\$ 29.208 ou 23,6%, devido principalmente (i) às despesas relacionadas ao plano de recuperação dos indicadores de qualidade da controlada Eletropaulo; (ii) às maiores despesas com ações de corte e cobrança, para minimizar aumento de inadimplência.

Outros custos: aumento de R\$ 27.230 ou 18,5%, devido principalmente (i) à provisão para créditos de liquidação duvidosa, que apresentou um aumento de R\$ 28.710, principalmente em decorrência do maior faturamento médio por unidade consumidora; (ii) às maiores despesas com multas de DIC/FIC/DMIC/DICRI em R\$ 35.257; compensados parcialmente (iii) pela redução das perdas com desativação de bens e direitos, passando de R\$ 26.316 no 1T15 para R\$ 3.130 no 1T16; e (iv) pela redução das despesas com provisões/reversões para processos judiciais e outros de R\$ 20.908, em virtude das reversões realizadas no 1T16 referentes a processos trabalhistas, devido aos acordos efetuados no 1T16, processos cíveis, devido à reversão do caso da prefeitura de Pindamonhangaba, e processos fiscais, devido à remensuração da probabilidade de perda de provável para possível.

## Comentário do Desempenho

### 2.3 Resultado financeiro

	Reclassificado		Var. R\$	Var. %
	1T16	1T15		
Receitas financeiras	127.914	82.729	45.185	54,6%
Despesas financeiras	(164.253)	(136.141)	(28.112)	20,6%
Variações cambiais, líquidas	19.560	(60.385)	79.945	-132,4%
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(16.779)</b>	<b>(113.797)</b>	<b>97.018</b>	<b>-85,3%</b>

No 1T16 o resultado financeiro consolidado líquido foi uma despesa de R\$ 16.779, sendo inferior em R\$ 97.018, em relação à despesa registrada no 1T15, devido principalmente, aos seguintes fatores:

- Aumento de R\$ 28.929 da atualização monetária dos ativos financeiros setoriais registrada no 1T16;
- Aumento de R\$ 24.829 de multas, juros e atualização monetária sobre contas de energia elétrica em atraso;
- Efeito positivo de R\$ 80.874 das variações cambiais incorridas na compra de energia de Itaipu, refletindo a valorização do real frente ao dólar no 1T16, enquanto que no 1T15 houve desvalorização do real.

Os fatores acima foram compensados parcialmente por:

- Aumento dos encargos de dívida em R\$ 31.345, devido principalmente à maior taxa de juros entre os trimestres comparados. No 1T16 a taxa média do CDI foi de 14,13%, enquanto que para o mesmo trimestre do ano anterior foi de 12,13%. Também contribuíram para o aumento dos encargos o maior saldo médio de dívida no trimestre.
- Redução de R\$ 10.136 das receitas com aplicações financeiras, em virtude do menor saldo médio de aplicações financeiras (R\$ 415.180 no 1T16 ante R\$ 820.478 no 1T15).

### 2.4 Imposto de renda e contribuição social

Redução de R\$ 6.567 das despesas com imposto de renda e contribuição social (correntes e diferidos) sobre o resultado do 1T16 em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Essa redução é explicada principalmente pelo imposto de renda e contribuição social correntes, em virtude do menor lucro tributável apurado no 1T16, representando uma redução de R\$ 24.052, compensado parcialmente pelo aumento de R\$ 17.462 do imposto de renda e contribuição social diferidos.

## Notas Explicativas

### 1. Informações gerais

---

A AES Elpa S.A. (“Companhia” ou “AES Elpa”) está constituída como uma sociedade por ações de capital aberto e tem por objetivo a participação em outras sociedades como acionista, quotista ou membro de consórcio. Controlada diretamente pela Brasileira Participações S.A. (“Brasileira Participações”) A Brasileira Participações por sua vez é uma controlada indireta da *The AES Corporation* (sediada nos Estados Unidos da América).

Sua sede está localizada na Avenida Dr. Marcos Penteadro de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 5º andar, sala individual 1, Bairro Sitio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri, Estado de São Paulo, Brasil.

#### Contexto operacional da controlada

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Eletropaulo”):

A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Eletropaulo”) é uma companhia de capital aberto, de direito privado. A Eletropaulo está autorizada a operar como concessionária de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, principalmente para a distribuição e comercialização de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana da Grande São Paulo e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A sede da sua controlada Eletropaulo está localizada na Avenida Dr. Marcos Penteadro de Ulhôa Rodrigues, nº 939, lojas 1 e 2 (térreo) e 1º ao 7º andar, Bairro Sitio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri, Estado de São Paulo, Brasil.

A controlada Eletropaulo, conforme mencionado na nota explicativa nº 24, faturou com fornecimento de energia 8.794 GWh e 9.307 GWh nos trimestres findos em 31 de março de 2016 e 2015, respectivamente, atendendo a aproximadamente 6,9 milhões e 6,8 milhões de unidades consumidoras nos trimestres findos em 31 de março de 2016 e 2015, respectivamente.

O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, assinado em 15 de junho de 1998 (Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998), tem prazo de duração de 30 anos.

Segundo o Contrato de Concessão, a controlada Eletropaulo passa por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos, tendo o primeiro processo de revisão ocorrido em 4 de julho de 2003, e de Reajuste Tarifário anualmente. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 4 de julho de 2015 (vide nota explicativa 32.4 (b.4)).

### 2. Base de preparação e apresentação das informações contábeis

---

Em 26 de abril de 2016, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes informações contábeis intermediárias, submetendo-as à aprovação do Conselho de Administração.

## Notas Explicativas

### 2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas para o trimestre findo em 31 de março de 2016 de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. As informações contábeis intermediárias para o trimestre findo em 31 de março de 2016 também estão de acordo com o IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitido pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

As informações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas reavaliações realizadas em anos anteriores à data de transição, pelas opções de ações outorgadas e pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

### 2.2 Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo dessas informações contábeis podem não perfazer precisamente os totais apresentados.

Os dados quantitativos, tais como volumes e números de unidades consumidoras, não foram objeto de revisão dos auditores independentes.

#### **Reclassificação de saldos comparativos**

A Administração da controlada Eletropaulo, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu às reclassificações (i) em suas demonstrações do resultado, do valor adicionado e do fluxo de caixa relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2015, originalmente autorizadas em 6 de maio de 2015, e (ii) em seu balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, originalmente autorizado em 15 de fevereiro de 2016. As reclassificações efetuadas não alteraram o total do ativo, passivo e patrimônio líquido.

## Notas Explicativas

	Consolidado			
	31.12.2015			
	Originalmente apresentado	Ref.	Reclassificações	Reclassificado
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	146.686		-	146.686
Investimentos de curto prazo	398.889		-	398.889
Consumidores, concessionárias e permissionárias	2.530.174		-	2.530.174
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	27.207		-	27.207
Outros tributos compensáveis	93.450		-	93.450
Devedores diversos	10.011	(a)	(10.011)	-
Contas a receber - acordos	89.752		-	89.752
Outros créditos	321.534	(a)	10.011	331.545
Almoxarifado	63.957		-	63.957
Despesas pagas antecipadamente	36.614		-	36.614
Ativo financeiro setorial, líquido	891.472		-	891.472
<b>TOTAL ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>4.609.746</b>		<b>-</b>	<b>4.609.746</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>				
Consumidores, concessionárias e permissionárias	26.451		-	26.451
Outros tributos compensáveis	33.916		-	33.916
Tributos e contribuições sociais diferidos	438.191		-	438.191
Cauções e depósitos vinculados	463.076		-	463.076
Contas a receber - acordos	9.215		-	9.215
Outros créditos	63.398		-	63.398
Ativo financeiro da concessão	2.004.798		-	2.004.798
Ativo financeiro setorial, líquido	449.428		-	449.428
Investimento	13.130		-	13.130
Imobilizado, líquido	40.783		-	40.783
Intangível	5.719.894		-	5.719.894
<b>TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>9.262.280</b>		<b>-</b>	<b>9.262.280</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>13.872.026</b>		<b>-</b>	<b>13.872.026</b>

	Consolidado			
	31.12.2015			
	Originalmente apresentado	Ref.	Reclassificações	Reclassificado
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>				
Fornecedores	1.926.825		-	1.926.825
Empréstimos e financiamentos	38.286		-	38.286
Debêntures	678.273		-	678.273
Arrendamento financeiro	11.351		-	11.351
Subvenções governamentais	2.427		-	2.427
Imposto de renda e contribuição social a pagar	2.556		-	2.556
Outros tributos a pagar	528.323		-	528.323
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	30.462		-	30.462
Obrigações estimadas	95.857	(a)	(95.857)	-
Obrigações sociais e trabalhistas	7.767	(a)	95.857	103.624
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	690.504	(a)	(690.504)	-
Encargos setoriais	-	(a)	749.342	749.342
Provisão para processos judiciais e outros	166.929		-	166.929
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	57.640	(a)	(57.640)	-
Outras obrigações	271.469	(a)	(1.198)	270.271
<b>TOTAL PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>4.508.669</b>		<b>-</b>	<b>4.508.669</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>				
Empréstimos e financiamentos	474.952		-	474.952
Debêntures	2.367.850		-	2.367.850
Arrendamento financeiro	31.830		-	31.830
Subvenções governamentais	8.108		-	8.108
Tributos e contribuições sociais diferidos	2.416		-	2.416
Obrigações com entidade de previdência privada	2.604.967		-	2.604.967
Provisão para processos judiciais e outros	339.403		-	339.403
Encargos setoriais	-	(a)	32.295	32.295
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	32.295	(a)	(32.295)	-
Obrigações sociais e trabalhistas	-	(a)	969	969
Obrigações estimadas	969	(a)	(969)	-
Reserva de reversão	66.085		-	66.085
Outras obrigações	8.319		-	8.319
<b>TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>5.937.194</b>		<b>-</b>	<b>5.937.194</b>
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>3.426.163</b>		<b>-</b>	<b>3.426.163</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>13.872.026</b>		<b>-</b>	<b>13.872.026</b>

## Notas Explicativas

## Demonstração do resultado:

Consolidado				
31.03.2015				
Originalmente emitido	Ref.	Reclassificações	Reclassificado	
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>			<b>3.158.678</b>	<b>3.184.628</b>
<b>CUSTOS OPERACIONAIS</b>				
<b>Custo com Energia Elétrica</b>				
Energia elétrica comprada para revenda	(2.018.989)	(a)	60.946	(1.958.043)
Energia elétrica comprada para revenda - PROINFA	(60.745)		-	(60.745)
Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição	(240.652)		-	(240.652)
Taxa de fiscalização	(3.980)	(a)	3.980	-
<b>Custo de Operação</b>				
Pessoal e administradores	(160.360)		-	(160.360)
Entidade de previdência privada	(78.806)		-	(78.806)
Serviços de terceiros	(113.108)		-	(113.108)
Material	(10.537)		-	(10.537)
Custo de construção	(117.852)		-	(117.852)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida	(36.628)		-	(36.628)
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	(22.606)		-	(22.606)
Depreciação e amortização	(112.954)		-	(112.954)
Outros custos	(87.972)		-	(87.972)
<b>TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS</b>	<b>(3.065.189)</b>		<b>64.926</b>	<b>(3.000.263)</b>
<b>RESULTADO DO SERVIÇO (LUCRO BRUTO)</b>	<b>93.489</b>		<b>90.876</b>	<b>184.365</b>
Amortização de intangível da concessão	(11.487)		-	(11.487)
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>				
Receitas financeiras	112.659	(b)	(29.930)	82.729
Despesas financeiras	(136.141)		-	(136.141)
Variações cambiais, líquidas	561	(a)	(60.946)	(60.385)
<b>TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(22.921)</b>		<b>(90.876)</b>	<b>(113.797)</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS</b>	<b>59.081</b>		<b>-</b>	<b>59.081</b>
<b>TOTAL DOS TRIBUTOS</b>	<b>(24.253)</b>		<b>-</b>	<b>(24.253)</b>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>34.828</b>		<b>-</b>	<b>34.828</b>

## Demonstração do valor adicionado:

Consolidado				
31.03.2015				
Originalmente emitido	Ref.	Reclassificações	Reclassificado	
<b>1. RECEITAS</b>			<b>4.940.608</b>	<b>4.970.538</b>
Receita bruta de venda de energia e outras receitas	4.977.236		29.930	5.007.166
Fornecimento de energia elétrica	2.483.302		-	2.483.302
Outras receitas	2.376.082	(b)	29.930	2.406.012
Receita relativa à construção de ativos próprios	117.852		-	117.852
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida	(36.628)		-	(36.628)
<b>2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(2.861.069)</b>		<b>60.946</b>	<b>(2.800.123)</b>
Materiais	(65.590)		-	(65.590)
Outros custos operacionais	(97.498)		-	(97.498)
Custo da energia comprada e transmissão	(2.542.313)	(a)	60.946	(2.481.367)
Serviços de terceiros	(155.668)		-	(155.668)
<b>3. VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>2.079.539</b>		<b>90.876</b>	<b>2.170.415</b>
<b>4. RETENÇÕES</b>	<b>(124.441)</b>		<b>-</b>	<b>(124.441)</b>
<b>5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE</b>	<b>1.955.098</b>		<b>90.876</b>	<b>2.045.974</b>
<b>6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>112.659</b>		<b>(29.930)</b>	<b>82.729</b>
Receitas financeiras	112.659	(b)	(29.930)	82.729
<b>7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>2.067.757</b>		<b>60.946</b>	<b>2.128.703</b>
<b>8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>2.067.757</b>		<b>60.946</b>	<b>2.128.703</b>
<b>Empregados (Colaboradores)</b>	<b>237.550</b>		<b>-</b>	<b>237.550</b>
<b>Tributos (Governo)</b>	<b>1.652.788</b>		<b>-</b>	<b>1.652.788</b>
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>142.591</b>		<b>60.946</b>	<b>203.537</b>
Juros	135.580	(a)	60.946	196.526
Aluguéis	7.011		-	7.011
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>34.828</b>		<b>-</b>	<b>34.828</b>

## Notas Explicativas

## Demonstração do fluxo de caixa:

	Consolidado			
	31.03.2015			
	Originalmente apresentado	Ref.	Reclassificações	Reclassificado
<b>Atividades operacionais:</b>				
Lucro (Prejuízo) líquido do período	2.522	-	-	2.522
<b>Despesas (Receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa:</b>				
Depreciação e amortização	112.954	-	-	112.954
Variações monetárias e cambiais	3.404	-	-	3.404
Atualização do ativo financeiro da concessão	(29.930)	-	-	(29.930)
Amortização do intangível da concessão	11.487	-	-	11.487
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida	41.637	-	-	41.637
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	27.596	-	-	27.596
Custo de empréstimos (encargos de dívidas)	107.065	-	-	107.065
Fundo de pensão - Deliberação CVM 695	78.225	-	-	78.225
Receita de aplicação financeira em investimentos de curto prazo	(21.603)	-	-	(21.603)
Baixa de ativo financeiro, intangível da concessão e imobilizado	31.434	-	-	31.434
Tributos e contribuições sociais diferidos	(4.434)	-	-	(4.434)
Ações e opções de ações outorgadas	299	-	-	299
Participação de acionistas não controladores	32.306	-	-	32.306
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>				
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(267.845)	-	-	(267.845)
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	(20.999)	-	-	(20.999)
Outros tributos compensáveis	2.955	-	-	2.955
Devedores diversos	(10.331)	(a)	10.331	-
Almoxarifado	3.289	-	-	3.289
Contas a receber - acordos	9.949	-	-	9.949
Despesas pagas antecipadamente	(4.988)	-	-	(4.987)
Outros créditos	(62.043)	(a)	(10.331)	(72.374)
Ativo financeiro setorial, líquido	(427.206)	-	-	(427.206)
Fornecedores	54.285	-	-	54.285
Imposto de renda e contribuição social a pagar	40.307	-	-	40.307
Outros tributos a pagar	(17.925)	-	-	(17.925)
Pagamento de processos judiciais e outros	(25.200)	-	-	(25.200)
Obrigações sociais e trabalhistas	2.005	(a)	23.101	25.106
Obrigações estimadas	23.101	(a)	(23.101)	-
Encargos setoriais	530.052	(a)	3.807	533.859
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	3.807	(a)	(3.807)	-
Outras obrigações	(4.474)	-	-	(4.474)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	31.029	-	-	31.029
Pagamento de obrigações com entidade de previdência privada	(50.057)	-	-	(50.057)
	<b>202.673</b>			<b>202.674</b>
Juros pagos (encargos de dívidas)	(39.031)	-	-	(39.031)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(37.085)	-	-	(37.085)
<b>Caixa líquido gerado (usado) nas atividades operacionais</b>	<b>126.557</b>			<b>126.558</b>
<b>Atividades de investimentos:</b>				
Adições para ativos financeiros e intangíveis da concessão	(118.499)	-	-	(118.499)
Consumidores participação financeira	34.871	-	-	34.871
Aplicações em investimento de curto prazo	(1.677.043)	-	-	(1.677.043)
Resgates de investimento de curto prazo	1.521.370	-	-	1.521.369
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	(5.722)	-	-	(5.722)
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimentos</b>	<b>(245.023)</b>			<b>(245.024)</b>
<b>Atividades de financiamentos:</b>				
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos</b>	<b>186.197</b>			<b>186.197</b>
<b>Varição no caixa líquido da Companhia</b>	<b>67.731</b>			<b>67.731</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	182.924	-	-	182.924
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>250.655</b>			<b>250.655</b>

A natureza das reclassificações realizadas encontra-se descrita a seguir:

- (a) Com o intuito de alinhar o critério de apresentação com as melhores práticas das empresas do setor elétrico, a Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE – foi reclassificada para “Deduções da receita operacional bruta”, sendo anteriormente apresentada como “Custos operacionais”, no montante de R\$ 3.980. A variação cambial de Itaipu foi reclassificada para “Variações cambiais, líquidas”, sendo anteriormente apresentada como “Custos operacionais”, no montante de R\$ 60.946.

## Notas Explicativas

Adicionalmente, a controlada Eletropaulo reclassificou os saldos patrimoniais:

- da rubrica “Devedores diversos” para “Outros créditos”,
- da rubrica “Obrigações estimadas” para “Obrigações sociais e trabalhistas”,
- das rubricas “Encargos tarifários e do consumidor a recolher” e “Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética” para a rubrica “Encargos setoriais”,
- da taxa de fiscalização, considerada na rubrica de “Outras obrigações”, para a rubrica “Encargos setoriais”.

As reclassificações patrimoniais descritas acima também foram refletidas na demonstração do fluxo de caixa.

(b) A controlada Eletropaulo revisou suas práticas contábeis e concluiu que a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão, originalmente apresentada sob a rubrica de “Receita Financeira”, no resultado financeiro, poderia ser melhor classificada no grupo de receitas operacionais, juntamente com as demais receitas relacionadas com a sua atividade fim, por refletir mais apropriadamente o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e propiciar a melhor apresentação quanto a sua posição patrimonial e seu desempenho. Tal conclusão está suportada no fato de que:

- (i) O retorno dos negócios de distribuição, sobre o investimento em infraestrutura, é determinado pelo valor justo dessa infraestrutura mais a taxa de “WACC”;
- (ii) Investir em infraestrutura é a atividade precípua de seu negócio, e o seu modelo de gestão está suportado em controlar a construção, manutenção e operação dessa infraestrutura;
- (iii) As receitas tarifárias representam tanto o retorno do ativo intangível quanto uma parte do retorno do ativo financeiro, pelo fato de esses dois ativos contábeis integrarem a base regulatória de remuneração. E as receitas tarifárias estão totalmente registradas como parte da “Receita Operacional Líquida”;
- (iv) Análises elaboradas por especialistas externos e que buscam calcular certos indicadores de performance, tais como: Retorno Sobre o Patrimônio Líquido, Retorno Sobre o Ativo Financeiro, Retorno Sobre o Ativo Operacional, Custo da Dívida, e Retorno Sobre o Ativo Total, podem sofrer distorções importantes quanto computados com base na prática contábil adotada anteriormente;
- (v) A nova classificação adotada está corroborada pelo parágrafo 23 do OCPC 05 – Contrato de Concessão.

O impacto deste assunto no trimestre findo em 31 de março de 2015 foi uma reclassificação de R\$ 29.930 da receita financeira para o resultado operacional.

## Notas Explicativas

### 2.3 Moeda funcional, conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

#### (a) Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de sua controlada Eletropaulo. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

#### (b) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia ou da controlada Eletropaulo, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio na data base dos balanços.

### 2.4 Critérios de consolidação

As informações contábeis consolidadas incluem as operações da Companhia e de sua controlada Eletropaulo.

Entre os principais ajustes de consolidação estão:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas controladora e controlada, assim como as receitas e despesas das suas transações.
- Eliminação das participações no capital e lucro (prejuízo) do período da empresa controlada.
- Apuração da participação dos acionistas não controladores no balanço patrimonial e nas demonstrações do resultado.

A participação de terceiros no patrimônio líquido e no lucro líquido da controlada é apresentada no balanço patrimonial consolidado, como parte integrante do patrimônio líquido e na demonstração do resultado consolidada a parcela atribuível aos acionistas controladores e não controladores é apresentada após o lucro líquido do exercício, conforme o caso.

A seguinte controlada está apresentada nas informações contábeis consolidadas para o trimestre findo em 31 de março de 2016:

Controlada	Atividade	Participação	
		31.03.2016	31.03.2015
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Eletropaulo")	Distribuição de energia elétrica	30,97%	30,97%

O exercício social da controlada incluída na consolidação é coincidente com o da controladora, as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

## Notas Explicativas

### 3. Políticas contábeis e estimativas

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas, julgamentos e estimativas contábeis descritos nas notas explicativas 3.1 a 3.21 divulgadas nas demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

### 4. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2016	31.12.2015	31.03.2016	31.12.2015
<b>Caixa e equivalentes de caixa:</b>				
Numerário disponível	61	65	2.445	9.944
Numerário em trânsito	-	-	122.671	136.742
Operação compromissada (i)	1.863	-	1.863	-
<b>Subtotal</b>	<b>1.924</b>	<b>65</b>	<b>126.979</b>	<b>146.686</b>
<b>Investimentos de curto prazo:</b>				
CDB-DI (i)	-	-	2.665	57.018
Operação compromissada (i)	11.969	14.332	1.142.231	341.566
Fundo de investimento (i)	-	-	1.004	305
<b>Subtotal</b>	<b>11.969</b>	<b>14.332</b>	<b>1.145.900</b>	<b>398.889</b>
<b>Total</b>	<b>13.893</b>	<b>14.397</b>	<b>1.272.879</b>	<b>545.575</b>

- (i) Certificados de depósitos bancários, fundo de investimentos e operações compromissadas foram remunerados em média, no caso da Companhia a 97,39% do CDI no trimestre findo em 31 de março de 2016 (99,01% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015) e na controlada Eletropaulo em média, a 97,10% do CDI no trimestre findo em 31 de março de 2016 (99,62% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015), sendo resgatáveis a qualquer momento sem perda de rendimento com o próprio emissor.

## Notas Explicativas

### 5. Consumidores, concessionárias e permissionárias

A composição do saldo de consumidores, concessionárias e permissionárias é como segue:

Consolidado						
31.03.2016						
CIRCULANTE	Saldos vencidos	Saldos vencidos		Total	PCLD (%)	Saldo líquido
		até 90 dias	mais de 90 dias			
<b>Consumidores - fornecimento:</b>						
Residencial	318.299	404.718	88.200	811.217	(91.237)	719.980
Industrial	61.028	54.045	28.848	143.921	(9.908)	134.013
Comercial	236.977	91.980	27.919	356.876	(9.200)	347.676
Rural	84	47	4	135	-	135
<b>Poder público:</b>						
Federal	4.382	4.162	4.419	12.963	(753)	12.210
Estadual	20.089	8.421	311	28.821	(3)	28.818
Municipal	21.312	6.651	1.305	29.268	(46)	29.222
Iluminação pública	24.064	2.948	124	27.136	-	27.136
Serviço público	31.765	11.247	5.167	48.179	(107)	48.072
<b>Total - Faturado</b>	<b>718.000</b>	<b>584.219</b>	<b>156.297</b>	<b>1.458.516</b>	<b>(111.254)</b>	<b>1.347.262</b>
Não faturado	895.884	-	-	895.884	-	895.884
<b>Total</b>	<b>1.613.884</b>	<b>584.219</b>	<b>156.297</b>	<b>2.354.400</b>	<b>(111.254)</b>	<b>2.243.146</b>
<b>Concessionárias e permissionárias:</b>						
Energia no curto prazo - CCEE	65.482	-	-	65.482	-	65.482
Encargos de uso da rede	43	235	-	278	-	278
Ressarcimento - leilões de energia	22.008	-	-	22.008	-	22.008
<b>Total</b>	<b>87.533</b>	<b>235</b>	<b>-</b>	<b>87.768</b>	<b>-</b>	<b>87.768</b>
<b>Total - CIRCULANTE</b>	<b>1.701.417</b>	<b>584.454</b>	<b>156.297</b>	<b>2.442.168</b>	<b>(111.254)</b>	<b>2.330.914</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						
<b>Consumidores - fornecimento:</b>						
Iluminação pública (Precatórios judiciais)	-	-	26.970	26.970	-	26.970
<b>Total - NÃO CIRCULANTE</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>26.970</b>	<b>26.970</b>	<b>-</b>	<b>26.970</b>

Consolidado						
31.12.2015						
CIRCULANTE	Saldos vencidos	Saldos vencidos		Total	PCLD (%)	Saldo líquido
		até 90 dias	mais de 90 dias			
<b>Consumidores - fornecimento:</b>						
Residencial	395.170	424.376	81.547	901.093	(86.886)	814.207
Industrial	81.821	51.581	25.649	159.051	(9.560)	149.491
Comercial	280.555	87.224	24.768	392.547	(7.589)	384.958
Rural	107	53	5	165	-	165
<b>Poder público:</b>						
Federal	5.023	4.546	3.054	12.623	(88)	12.535
Estadual	19.864	9.783	203	29.850	-	29.850
Municipal	23.413	8.544	1.627	33.584	(43)	33.541
Iluminação pública	26.814	3.968	330	31.112	-	31.112
Serviço público	43.275	3.616	5.936	52.827	(1.094)	51.733
<b>Total - Faturado</b>	<b>876.042</b>	<b>593.691</b>	<b>143.119</b>	<b>1.612.852</b>	<b>(105.260)</b>	<b>1.507.592</b>
Não faturado	854.837	-	-	854.837	-	854.837
<b>Total</b>	<b>1.730.879</b>	<b>593.691</b>	<b>143.119</b>	<b>2.467.689</b>	<b>(105.260)</b>	<b>2.362.429</b>
<b>Concessionárias e permissionárias:</b>						
Energia no curto prazo - CCEE	161.898	-	-	161.898	-	161.898
Encargos de uso da rede	43	238	-	281	-	281
Ressarcimento - leilões de energia	5.566	-	-	5.566	-	5.566
<b>Total</b>	<b>167.507</b>	<b>238</b>	<b>-</b>	<b>167.745</b>	<b>-</b>	<b>167.745</b>
<b>Total - CIRCULANTE</b>	<b>1.898.386</b>	<b>593.929</b>	<b>143.119</b>	<b>2.635.434</b>	<b>(105.260)</b>	<b>2.530.174</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						
<b>Consumidores - fornecimento:</b>						
Iluminação pública (Precatórios judiciais)	-	-	26.451	26.451	-	26.451
<b>Total - NÃO CIRCULANTE</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>26.451</b>	<b>26.451</b>	<b>-</b>	<b>26.451</b>

(\*) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – vide nota explicativa nº 10.

Os consumidores escolhem as datas de vencimento de suas faturas mensais. Após o vencimento, há a incidência de juros de 0,033% ao dia e multa de 2% sobre o valor das faturas dos consumidores em atraso.

## Notas Explicativas

### 6. Tributos e contribuições sociais compensáveis

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2016	31.12.2015	31.03.2016	31.12.2015
<b>Imposto de renda e contribuição social compensáveis</b>				
<b>CIRCULANTE</b>				
Contribuição social	5	-	4.512	6.497
Imposto de renda	892	906	12.655	17.783
Imposto de renda retido na fonte	411	327	2.315	2.927
<b>Total</b>	<b>1.308</b>	<b>1.233</b>	<b>19.482</b>	<b>27.207</b>
<b>Outros tributos compensáveis</b>				
<b>CIRCULANTE</b>				
Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS			81	81
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS			70.830	73.512
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS - Diferença alíquota - Condomínios			-	1.810
ICMS - compra de créditos			7.205	16.857
COFINS			700	978
PIS			151	212
<b>Total</b>			<b>78.967</b>	<b>93.450</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS			36.758	33.916
<b>Subtotal</b>			<b>36.758</b>	<b>33.916</b>
<b>Total</b>			<b>115.725</b>	<b>127.366</b>

### 7. Tributos e contribuições sociais diferidos

	Controladora				Consolidado			
	Balanço Patrimonial		Resultado		Balanço Patrimonial		Resultado	
	31.03.2016	31.12.2015	31.03.2016	31.03.2015	31.03.2016	31.12.2015	31.03.2016	31.03.2015
<b>O imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a:</b>								
Provisão de benefício a empregados	-	-	-	-	321.917	319.282	2.635	8.160
Provisão para processos judiciais e outros	-	-	-	-	169.791	188.596	(18.805)	2.604
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	92.786	95.560	(2.774)	(1.076)
Ajustes de avaliação patrimonial/mais valia	-	-	-	-	(569.258)	(578.823)	9.565	10.110
Ajuste avaliação atuarial (outros resultados abrangentes)	-	-	-	-	443.909	419.239	-	-
Prejuízo fiscal/Base de cálculo negativa	-	-	-	-	68.332	53.907	14.425	(11.373)
Anulação do ativo financeiro da concessão	-	-	-	-	(137.507)	(118.346)	(19.161)	(10.176)
Diferença na taxa de depreciação/amortização	-	-	-	-	86.055	87.812	(1.757)	(1.757)
Alienação de imóvel	-	-	-	-	(16.817)	(20.554)	3.737	-
Outros	-	-	-	-	(9.257)	(8.482)	(775)	8.060
<b>(Despesa) Receita de imposto de renda e contribuição social diferidos</b>							<b>(12.910)</b>	<b>4.552</b>
<b>Ativo fiscal diferido consolidado, líquido</b>					<b>449.951</b>	<b>438.191</b>		
Outros	(2.557)	(2.416)	(141)	(118)				
<b>(Despesa) de imposto de renda e contribuição social diferidos</b>			<b>(141)</b>	<b>(118)</b>				
<b>(Passivo) fiscal diferido consolidado</b>	<b>(2.557)</b>	<b>(2.416)</b>			<b>(2.557)</b>	<b>(2.416)</b>		

	31.03.2016		31.12.2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Tributos diferidos ativos	-	1.235.283	-	1.214.227
Tributos diferidos passivos	(2.557)	(785.332)	(2.416)	(776.036)
<b>Total ativo, líquido</b>	<b>-</b>	<b>449.951</b>	<b>-</b>	<b>438.191</b>
<b>Total passivo, líquido</b>	<b>(2.557)</b>	<b>(2.557)</b>	<b>(2.416)</b>	<b>(2.416)</b>

A Companhia não registra impostos diferidos sobre créditos fiscais enquanto suas operações não apresentarem base tributável de resultados que garantam a realização desses créditos. Em 31 de março de 2016, a Companhia acumulava prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias ativas no montante de R\$ 1.055.893, R\$ 1.291.846 e R\$ 848.783 (R\$ 1.055.536, R\$ 1.291.489 e R\$ 836.847 em 31 de dezembro de 2015), respectivamente.

## Notas Explicativas

### 8. Contas a receber – acordos e outras contas a receber

A composição do saldo de contas a receber – acordos é como segue:

	Consolidado	
	31.03.2016	31.12.2015
<b>CIRCULANTE</b>		
<b>Termo de confissão de dívida</b>		
Prefeituras municipais diversas	8.642	11.215
Consumidores	246.435	238.068
Outros	755	755
<b>Subtotal</b>	<b>255.832</b>	<b>250.038</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - nota explicativa nº 10	(146.526)	(160.286)
<b>Saldo líquido de PCLD</b>	<b>109.306</b>	<b>89.752</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
<b>Termo de confissão de dívida</b>		
Consumidores	22.988	24.107
<b>Subtotal</b>	<b>22.988</b>	<b>24.107</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - nota explicativa nº 10	(14.206)	(14.892)
<b>Saldo líquido de PCLD</b>	<b>8.782</b>	<b>9.215</b>
<b>Total Circulante + Não circulante</b>	<b>118.088</b>	<b>98.967</b>

A abertura do contas a receber – acordos por vencimento é a seguinte:

	Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total
		até 90 dias	mais de 90 dias	
Prefeituras municipais diversas	8.265	377	-	8.642
Consumidores	134.617	34.141	100.665	269.423
Outros	-	-	755	755
<b>Subtotal</b>	<b>142.882</b>	<b>34.518</b>	<b>101.420</b>	<b>278.820</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(46.077)	(15.863)	(98.792)	(160.732)
<b>Saldo líquido de PCLD - Circulante + Não Circulante</b>	<b>96.805</b>	<b>18.655</b>	<b>2.628</b>	<b>118.088</b>

### 9. Outros créditos

	Consolidado	
	31.03.2016	Reclassificado 31.12.2015
<b>CIRCULANTE</b>		
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - COSIP	62.116	45.700
Cauções e depósitos vinculados	1.047	985
Valores a receber da alienação de imóvel	68.780	79.140
Alienação de bens e direitos	5.254	10.919
Serviços prestados	1.110	1.237
Repasse CDE - Descontos na tarifa - nota explicativa nº 24	229.282	177.011
Outros créditos - partes relacionadas - nota explicativa nº 30	3.059	3.200
Adiantamentos a empregados	3.690	4.113
Adiantamentos a fornecedores	3.371	5.356
Outros	8.827	4.505
<b>Subtotal</b>	<b>386.536</b>	<b>332.166</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Serviços prestados - nota explicativa nº 10	(914)	(621)
<b>Total</b>	<b>385.622</b>	<b>331.545</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Alienação de bens e direitos	5.141	-
Bens e direitos destinados a alienação	38.321	38.321
Financiamento à Cesp	7.706	8.455
Cauções contratuais - venda de imóveis	11.339	11.035
Outros	4.936	5.587
<b>Total</b>	<b>67.443</b>	<b>63.398</b>

## Notas Explicativas

### 10. Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

Rubricas de origem	Consolidado					Saldo final 31.03.2016
	Saldo inicial 31.12.2015	Provisões	Reversões	Transferências	Baixa para perdas	
<b>CIRCULANTE</b>						
Consumidores - nota explicativa nº 5	(105.260)	(108.257)	46.210	(23.398)	79.451	(111.254)
Outros créditos - serviços prestados - nota explicativa nº 9	(621)	(1.165)	406	-	466	(914)
Contas a receber - acordos - nota explicativa nº 8	(160.286)	(22.856)	14.261	22.355	-	(146.526)
<b>Total</b>	<b>(266.167)</b>	<b>(132.278)</b>	<b>60.877</b>	<b>(1.043)</b>	<b>79.917</b>	<b>(258.694)</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						
Contas a receber - acordos - nota explicativa nº 8	(14.892)	(357)	-	1.043	-	(14.206)
<b>Total</b>	<b>(14.892)</b>	<b>(357)</b>	<b>-</b>	<b>1.043</b>	<b>-</b>	<b>(14.206)</b>
<b>Total circulante + não circulante</b>	<b>(281.059)</b>	<b>(132.635)</b>	<b>60.877</b>	<b>-</b>	<b>79.917</b>	<b>(272.900)</b>

A controlada Eletropaulo apresenta a seguir a movimentação e o efeito no resultado de provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	Consolidado	
	31.03.2016	31.03.2015
Provisões	(132.635)	(64.626)
Reversões	60.877	22.989
Receita com recuperação de perdas (*)	6.420	5.009
<b>Despesa com PCLD</b>	<b>(65.338)</b>	<b>(36.628)</b>

(\*) Referem-se a recebimentos de valores de contas a receber já baixados como perda.

### 11. Contratos de concessão público – privado

	Consolidado	
	31.03.2016	31.12.2015
<b>Ativo financeiro</b>		
Ativo financeiro da concessão	2.094.741	2.004.798
<b>Intangível</b>		
Ativo intangível da concessão - nota explicativa nº 13	5.156.443	5.158.378
<b>Total dos contratos de concessão público - privado</b>	<b>7.251.184</b>	<b>7.163.176</b>

	Ativo financeiro da concessão	Atualização do ativo financeiro da concessão	Total do ativo financeiro da concessão
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>1.654.097</b>	<b>350.701</b>	<b>2.004.798</b>
Transferência - ativo intangível em curso - nota explicativa nº 13	34.763	-	34.763
Baixas	(1.176)	-	(1.176)
Atualização monetária - nota explicativa nº 24	-	56.356	56.356
<b>Saldo em 31 de março de 2016</b>	<b>1.687.684</b>	<b>407.057</b>	<b>2.094.741</b>

## Notas Explicativas

### **Características do contrato de concessão da controlada Eletropaulo**

Em 15 de junho de 1998, a controlada Eletropaulo e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL assinaram o Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, o qual estabelece as condições para a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, com tecnologia adequada e métodos que garantam a prestação do serviço, na sua área de concessão determinada pela Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998. O prazo de duração do contrato de concessão é de 30 anos, a partir da data de sua assinatura. O prazo da concessão poderá ser prorrogado por igual período, sendo que a controlada Eletropaulo deverá efetuar o requerimento até 36 meses antes do término da concessão e a ANEEL deve manifestar-se até o 18º mês anterior ao término da concessão. A eventual prorrogação estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no Contrato de Concessão, a critério da ANEEL. A concessão da controlada Eletropaulo não é onerosa, portanto, não há compromissos fixos e pagamentos a serem efetuados ao Poder Concedente.

Ao término do prazo de vigência do contrato de concessão, os bens e instalações vinculados à distribuição de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, apurada por auditoria do próprio órgão regulador.

Em 6 de junho de 2005 foi assinado o Primeiro Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998 – ANEEL entre a controlada Eletropaulo e a União Federal, tendo como objeto atender às condições de eficácia constantes dos § 2º dos arts. 36 e 43 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, que dá tratativa do repasse às tarifas dos consumidores finais.

Em 3 de maio de 2010 foi assinado o Segundo Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998 – ANEEL entre a controlada Eletropaulo e a União Federal, cujo objeto foi alteração dos procedimentos de cálculo dos reajustes tarifários anuais, visando à neutralidade dos Encargos Setoriais da “Parcela A” da Receita Anual da Concessionária, na forma das alterações efetuadas na redação da Cláusula Sétima do Contrato de Concessão de distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998 – ANEEL, celebrado em 15 de junho de 1998, estabelecido na Cláusula Segunda deste Termo Aditivo.

Em 10 de dezembro de 2014 foi assinado o Terceiro Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998 – ANEEL entre a controlada Eletropaulo e a União Federal, pelo qual foi assegurado que eventual saldo de ativo ou passivo financeiro setorial, ao final do contrato de concessão, será indenizado para ou reembolsado pela controlada Eletropaulo.

Considerando que as condições estabelecidas pelo ICPC 01 Contratos de Concessão foram integralmente atendidas, a Administração da controlada Eletropaulo concluiu que seu contrato de concessão está dentro do escopo do ICPC 01 e, portanto, os bens vinculados à concessão estão bifurcados em ativo financeiro da concessão e ativo intangível.

## Notas Explicativas

O reajuste tarifário da controlada Eletropaulo ocorre no dia 4 de julho de cada ano e a revisão tarifária periódica, ocorre na mesma data a cada 4 anos.

### Bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo estes ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Poder Concedente.

## 12. Investimentos

Os investimentos da Companhia estão compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2016	31.12.2015	31.03.2016	31.12.2015
Bens e direitos destinados a uso futuro	-	-	13.082	13.082
<b>Participações societárias permanentes:</b>				
Valor patrimonial	867.592	872.946	-	-
Outros	-	-	48	48
<b>Total</b>	<b>867.592</b>	<b>872.946</b>	<b>13.130</b>	<b>13.130</b>
	<b>Controlada Eletropaulo</b>			
Quantidade total de ações do capital social	167.343.887			
<b>Quantidade de participação:</b>				
• Ordinárias	51.825.798			
Capital social - 31.12.2015	1.257.629			
Capital social - 31.03.2016	1.257.629			
Percentual de participação - 31.12.2015	30,97%			
Percentual de participação - 31.03.2016	30,97%			
Percentual de participação em ações ordinárias- 31.12.2015	77,81%			
Percentual de participação em ações ordinárias- 31.03.2016	77,81%			
<b>Mutação do patrimônio líquido da investida:</b>				
<b>Patrimônio líquido em 31.12.2015</b>	<b>2.839.145</b>			
Resultado do período	30.600			
Remuneração com base em ações	360			
Perda Atuarial	(47.890)			
<b>Patrimônio líquido em 31.03.2016</b>	<b>2.822.215</b>			
<b>Movimentação do investimento:</b>	<b>Controladora</b>			
<b>Investimento avaliado pela equivalência em 31.12.2015</b>	<b>872.946</b>			
Resultado de equivalência patrimonial	9.477			
Perda Atuarial	(14.831)			
<b>Investimento avaliado pela equivalência em 31.03.2016</b>	<b>867.592</b>			

A reserva de opções outorgadas que, em 31 de março de 2016 montava a R\$ 20.788 poderá ser utilizada para aumento de capital em favor da *The AES Corporation*. Desta forma, o referido montante não afeta o cálculo do investimento com a controlada Eletropaulo.

## 13. Intangível

A composição do saldo de ativos intangíveis da controlada Eletropaulo é como segue:

	Consolidado	
	31.03.2016	31.12.2015
<b>Ativo intangível - bens da concessão</b> <sup>(1)</sup>		
Ativo intangível - custo	7.428.505	7.334.070
Amortização acumulada	(2.272.062)	(2.175.692)
<b>Total do ativo intangível da concessão</b>	<b>5.156.443</b>	<b>5.158.378</b>

## Notas Explicativas

- (i) Ativo intangível – bens da concessão – controlada Eletropaulo – refere-se substancialmente ao direito de uso da infraestrutura da concessão, que é reconhecido na medida em que a controlada Eletropaulo tem o direito (autorização) de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos. Estes ativos intangíveis são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor.

A movimentação do ativo intangível é como segue:

	Consolidado								
	Em curso		Em serviço		Ativo intangível	Amortização acumulada	Total do ativo intangível de concessão	Outros Intangíveis (*)	Total do Intangível Consolidado
	Intangível	(-) Obrigações especiais	Intangível	(-) Obrigações especiais					
Saldos em 31 de dezembro de 2015	603.276	(72.068)	7.592.851	(789.989)	7.334.070	(2.175.692)	5.158.378	561.516	5.719.894
Adições	166.367	(15.461)	3.238	-	154.144	(126.572)	27.572	-	27.572
Baixas	-	-	(24.946)	-	(24.946)	18.335	(6.611)	-	(6.611)
Amortização de obrigações especiais/outros intangíveis	-	-	-	-	-	11.867	11.867	(11.486)	381
Transferências - nota explicativa nº 11	(96.101)	11.852	55.005	(5.519)	(34.763)	-	(34.763)	-	(34.763)
Saldos em 31 de março de 2016	673.542	(75.677)	7.626.148	(795.508)	7.428.505	(2.272.062)	5.156.443	550.030	5.706.473

- (\*) A Companhia possui ativo intangível da concessão, decorrente da aquisição de participação na controlada Eletropaulo que, anteriormente à adoção das normas internacionais de contabilidade, estavam classificados como ágio. A sua amortização é reconhecida linearmente pelo prazo de vigência da concessão da controlada Eletropaulo, a uma taxa de 4,16% ao ano.

## 14. Fornecedores

	Consolidado	
	31.03.2016	31.12.2015
<b>CIRCULANTE</b>		
Itaipu	400.721	483.674
Contratos bilaterais - AES Tietê Energia - nota explicativa nº 30	-	271.814
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (*)	42.643	191.591
Leilão - CCEAR	609.613	344.241
Leilão - CCEAR - AES Tietê Energia - nota explicativa nº 30	10.354	-
ANGRA I e II	28.250	23.454
Quotas de garantia física	50.970	30.562
Energia livre - outros	87.053	84.332
Uso de rede básica	67.959	64.822
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER	209.065	162.492
Conexão à rede básica	4.659	4.494
Transmissão	5.079	4.971
Uso do sistema de distribuição	1.080	1.069
Operador Nacional do Sistema - ONS	2.224	2.785
<b>Subtotal</b>	<b>1.519.670</b>	<b>1.670.301</b>
Materiais e serviços	224.334	253.133
Materiais e serviços - partes relacionadas - nota explicativa nº 30	3.259	3.391
<b>Total</b>	<b>1.747.263</b>	<b>1.926.825</b>

- (\*) O saldo a pagar no âmbito da CCEE refere-se ao Risco Hidrológico de Quotas e Itaipu.

## Notas Explicativas

## 15. Tributos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2016	31.12.2015	31.03.2016	31.12.2015
<b>Imposto de renda e contribuição social a pagar</b>				
<b>CIRCULANTE</b>				
Imposto de renda	-	18	1.878	1.879
Contribuição social	-	7	676	677
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>25</b>	<b>2.554</b>	<b>2.556</b>
<b>Outros tributos a pagar</b>				
<b>CIRCULANTE</b>				
<b>Tributos Federais</b>				
PIS	-	-	36.572	18.250
COFINS	-	-	168.454	84.061
INSS	3	3	8.846	8.685
IRRF	-	-	425	577
Outros	-	-	5.055	7.759
<b>Subtotal - Federais</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>219.352</b>	<b>119.332</b>
<b>Tributos Estaduais</b>				
ICMS	-	-	374.800	407.853
<b>Subtotal - Estaduais</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>374.800</b>	<b>407.853</b>
<b>Tributos Municipais</b>				
ISS	-	-	1.020	1.138
<b>Subtotal - Municipais</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.020</b>	<b>1.138</b>
<b>Total - outros tributos a pagar</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>595.172</b>	<b>528.323</b>

A Companhia e sua controlada Eletropaulo são tributadas pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal, em relação ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (IRPJ e CSLL). No trimestre findo em 31 de março de 2016, a controlada Eletropaulo não efetuou recolhimentos por estimativa (antecipações) por não ter apurado lucro fiscal, efetuando somente pagamentos relativos a IRRF no montante de R\$ 3.949.

## 16. Empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro - Consolidado

## 16.1 Os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures não conversíveis e arrendamento financeiro são compostos da seguinte forma:

Vencimento	Taxa efetiva (**) (%)	31.03.2016				31.03.2016			Total Circulante + Não Circulante
		Circulante		Não circulante		Total			
		Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total	
<b>Empréstimos e Financiamentos</b>									
<b>Moeda nacional:</b>									
FINAME - b.7	2016	8,70	1	255	-	256	-	-	256
FINEP (1) - b.8	2024	5,00	162	2.075	-	2.237	-	-	60.695
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco - b.9	2019	CDI + 2,64	13.425	-	(2.560)	10.865	300.000	(4.386)	306.479
Cédulas de Crédito Bancário - Banco ABC - a.2	2018	CDI + 6,40	3.008	14.000	(940)	16.068	56.000	55.134	71.202
FINEM - Subcrédito A - b.10	2021	TJLP + 4,22	240	11.072	-	11.312	44.289	-	55.601
FINEM - Subcrédito B - b.10	2021	SELIC + 4,22	111	12.301	-	12.412	49.203	-	61.615
FINEM - Subcrédito C - b.10	2021	9,5	102	5.130	-	5.232	20.521	-	25.753
FINEM - Subcrédito E - b.10	2021	SELIC + 3,20	31	4.539	-	4.570	18.155	-	22.725
FINEM - Subcrédito A (2º protocolo) - a.1	2022	TJLP + 4,07	479	5.287	-	5.766	38.333	-	44.099
FINEM - Subcrédito B (2º protocolo) - a.1	2022	CDI + 4,15	200	5.357	-	5.557	38.838	-	44.395
FINEM - Subcrédito C (2º protocolo) - a.1	2022	CDI + 4,15	61	1.618	-	1.679	11.730	-	13.409
Outros			275	-	-	275	-	-	275
<b>Total</b>			<b>18.095</b>	<b>61.634</b>	<b>(3.500)</b>	<b>76.229</b>	<b>635.527</b>	<b>(5.252)</b>	<b>706.504</b>
<b>Debêntures</b>									
Debêntures - 9ª Emissão - b.1	2018	CDI + 2,98	2.708	75.000	(2.191)	75.517	100.000	(2.051)	173.466
Debêntures - 11ª Emissão - b.2	2018	CDI + 2,24	12.481	100.000	(735)	111.746	100.000	(765)	210.981
Debêntures - 13ª Emissão - b.3	2020	CDI + 2,38	12.530	-	(1.878)	10.652	280.000	(3.060)	287.592
Debêntures - 14ª Emissão - b.4	2021	CDI + 1,90	29.784	-	(1.740)	28.044	600.000	(7.207)	620.837
Debêntures - 15ª Emissão - b.5	2018	CDI + 1,98	52.057	250.000	(4.435)	297.622	500.000	(3.883)	793.739
Debêntures - 16ª Emissão - b.6	2016	CDI + 5,62	1.948	74.930	(1.884)	74.994	-	-	74.994
Debêntures - 17ª Emissão - b.11 (2ª série)	2017	CDI + 2,24	2.793	90.000	(238)	92.555	-	-	92.555
Debêntures - 18ª Emissão - b.12 (1ª série)	2022	CDI + 3,06	6.725	-	(247)	6.478	200.000	(978)	205.500
Debêntures - 18ª Emissão - b.12 (2ª série)	2022	CDI + 3,07	6.725	-	(262)	6.463	200.000	(1.049)	205.414
Debêntures - 19ª Emissão - b.13	2021	CDI + 3,12	15.734	-	(355)	15.379	320.000	(967)	334.412
<b>Total</b>			<b>143.485</b>	<b>589.930</b>	<b>(13.965)</b>	<b>719.450</b>	<b>2.300.000</b>	<b>(19.960)</b>	<b>2.280.040</b>
<b>Arrendamento financeiro</b>									
Arrendamento financeiro - c		8,40 a 15,64	-	13.625	-	13.625	34.777	-	48.402
<b>Total</b>			<b>-</b>	<b>13.625</b>	<b>-</b>	<b>13.625</b>	<b>34.777</b>	<b>-</b>	<b>48.402</b>
<b>Total da dívida</b>			<b>161.580</b>	<b>665.189</b>	<b>(17.465)</b>	<b>809.304</b>	<b>2.970.304</b>	<b>(25.212)</b>	<b>2.945.092</b>

## Notas Explicativas

Vencimento	Taxa efetiva (**) (%)	31.12.2015							Total Circulante + Não Circulante
		Circulante				Não circulante			
		Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total	
<b>Empréstimos e Financiamentos</b>									
<b>Moeda nacional:</b>									
2016	8,70	2	637	-	639	-	-	-	639
2024	5,00	108	3.671	-	3.779	40.706	-	40.706	44.485
2019	CDI + 2,64	2.463	-	(1.829)	634	300.000	(3.759)	296.241	296.875
2021	TJLP + 4,22	240	11.033	-	11.273	46.890	-	46.890	58.163
2021	SELIC + 4,22	108	11.913	-	12.021	50.630	-	50.630	62.651
2021	9,5	107	5.130	-	5.237	21.804	-	21.804	27.041
2021	SELIC + 3,20	32	4.396	-	4.428	18.681	-	18.681	23.109
Otros		275	-	-	275	-	-	-	275
<b>Total</b>		<b>3.335</b>	<b>36.780</b>	<b>(1.829)</b>	<b>38.286</b>	<b>478.711</b>	<b>(3.759)</b>	<b>474.952</b>	<b>513.238</b>
<b>Debêntures</b>									
2018	CDI + 2,98	9.297	75.000	(2.471)	81.826	100.000	(2.459)	97.541	179.367
2018	CDI + 2,24	4.928	100.000	(837)	104.091	100.000	(869)	99.131	203.222
2020	CDI + 2,38	2.299	-	(1.626)	673	280.000	(3.207)	276.793	277.466
2021	CDI + 1,90	7.757	-	(1.696)	6.061	600.000	(7.649)	592.351	598.412
2018	CDI + 1,98	24.486	250.000	(4.785)	269.701	500.000	(4.730)	495.270	764.971
2016	CDI + 3,86	18.989	174.930	(265)	193.654	-	-	-	193.654
2017	CDI + 2,24	6.519	-	(289)	6.230	90.000	(15)	89.985	96.215
2022	CDI + 3,06	6.991	-	(237)	6.754	200.000	(1.043)	198.957	205.711
2022	CDI + 3,07	6.991	-	(250)	6.741	200.000	(1.118)	198.882	205.623
2021	CDI + 3,12	2.881	-	(339)	2.542	320.000	(1.060)	318.940	321.482
<b>Total</b>		<b>91.138</b>	<b>599.930</b>	<b>(12.795)</b>	<b>678.273</b>	<b>2.390.000</b>	<b>(22.150)</b>	<b>2.367.850</b>	<b>3.046.123</b>
<b>Arendamento financeiro</b>									
Arendamento financeiro - c	8,49 a 15,64	-	11.351	-	11.351	31.830	-	31.830	43.181
<b>Total</b>		-	<b>11.351</b>	-	<b>11.351</b>	<b>31.830</b>	-	<b>31.830</b>	<b>43.181</b>
<b>Total da dívida</b>		<b>94.473</b>	<b>648.061</b>	<b>(14.624)</b>	<b>727.910</b>	<b>2.900.541</b>	<b>(25.909)</b>	<b>2.874.632</b>	<b>3.602.542</b>

(\*) O saldo de FINEP está apresentado líquido das subvenções governamentais.

(\*\*) A taxa efetiva de juros difere da taxa contratual, pois são considerados os custos de transação incorridos na emissão da dívida.

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

Em março de 2016 a Companhia firmou com a Caixa Econômica Federal uma operação de conta garantida, mas que não foi utilizada até o trimestre findo em 31 de março de 2016, com as características abaixo:

Valor	Prazo	Taxa de juros	Taxa de disponibilização de limite
R\$ 100.000	36 meses	CDI + 0,34% a.m.	0,025% a.m. sobre o saldo não utilizado

Os financiamentos referentes ao FINEM e a 18ª Debênture possuem como garantia os recebíveis da controlada Eletropaulo, sendo passível de bloqueio em conta bancária. Esta garantia corresponde a 25% do saldo devedor do financiamento, no caso do FINEM, e à 130% do próximo pagamento de principal e/ou juros, no caso da 18ª Debêntures. FINAME e FINEP possuem cartas de fiança como garantia contratadas pela controlada Eletropaulo, conforme detalhado abaixo:

	Consolidado		
	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
FINAME	1	4.584	1,10%
FINEP	5	84.032	1,50% a 3,50%

Os demais empréstimos e financiamentos da controlada Eletropaulo não possuem garantia.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do período pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

## Notas Explicativas

### 16.2 As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro estão descritas a seguir:

#### (a) Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos durante o exercício de 2016:

- (a.1) FINEM (2º Protocolo) – em fevereiro de 2016 a controlada Eletropaulo obteve junto ao Banco Itaú, mediante repasse contratado com o BNDES, um financiamento para implementação do programa de investimento, referente ao ano de 2015, objetivando a expansão e melhorias no sistema de distribuição de energia elétrica, com carência de 6 meses para pagamento de principal. O montante total aprovado é liberado de acordo com a comprovação das obras previstas em contrato. O total liberado até 31 de março de 2016 foi de R\$ 100.253.

	Taxa contratual	Pagamentos juros	Amortização	Vencimento
FINEM - Subcrédito A (2º protocolo)	TJLP + 4,07%	Trimestral até a	Mensal (a partir de agosto de 2016)	Janeiro de 2022
FINEM - Subcrédito B (2º protocolo)	CDI + 4,15%	carência. A partir		
FINEM - Subcrédito C (2º protocolo)	CDI + 4,15%	desta data, mensal		

- (a.2) Cédulas de Crédito Bancário – Banco ABC – empréstimo formalizado por cédulas de crédito bancário com o Banco ABC Brasil S.A., emitido em 6 de janeiro de 2016, no montante principal de R\$ 70.000.

	Taxa contratual	Pagamentos juros	Amortização	Vencimento
Banco ABC (CCB's)	CDI + 4,60%	Nas mesmas datas da amortização das parcelas de principal	R\$ 14.000	Janeiro de 2017
			R\$ 14.000	Junho de 2017
			R\$ 14.000	Dezembro de 2017
			R\$ 14.000	Junho de 2018
			R\$ 14.000	Dezembro de 2018

Os recursos líquidos obtidos pela controlada Eletropaulo com este empréstimo foram utilizados pela controlada Eletropaulo para reforço de capital de giro.

#### (b) Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos em exercícios anteriores:

- (b.1) Debêntures – 9ª Emissão – R\$ 250.000 em debêntures, ocorrida em 20 de dezembro de 2005, no mercado local, com vencimento final em agosto de 2018.

	Taxa contratual	Pagamentos juros	Amortização	Vencimento
9ª Emissão	CDI + 1,12%	Semestrais	R\$ 75.000	Agosto de 2015
			R\$ 75.000	Agosto de 2016
			R\$ 25.000	Agosto de 2017
			R\$ 75.000	Agosto de 2018

As emissões de debêntures são de espécie quirografária e não conversíveis em ações. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.

Os recursos líquidos obtidos pela controlada Eletropaulo por meio da 9ª Emissão de Debêntures e da Cédula de Crédito Bancário Sindicalizada foram destinados integralmente ao pré-pagamento de dívidas renegociadas entre a controlada Eletropaulo e bancos credores em 2004.

- (b.2) Debêntures – 11ª Emissão – R\$ 200.000 em debêntures, ocorrida em 23 de outubro de 2007, com data de emissão em 1º de novembro de 2007, no mercado local, com vencimento final em novembro de 2018.

	Taxa contratual	Pagamentos juros	Amortização	Vencimento
11ª Emissão	CDI + 1,75%	Semestrais	R\$ 100.000	Novembro de 2016
			R\$ 100.000	Novembro de 2018

## Notas Explicativas

As emissões de debêntures são de espécie quirografária e não conversíveis em ações. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.

Os recursos líquidos obtidos pela controlada Eletropaulo por meio desta emissão foram utilizados na realização de investimentos no sistema de distribuição da controlada Eletropaulo, no curso regular de seus negócios.

- (b.3) Debêntures – 13ª Emissão – R\$ 400.000 em debêntures, ocorrida em 14 de maio de 2010, no mercado local, com vencimento final em maio de 2020.

	Taxa contratual	Pagamentos juros	Amortização		Vencimento
13ª Emissão	CDI + 1,50%	Semestrais	Anual	R\$ 20.000	Maio de 2013
				R\$ 20.000	Maio de 2014
				R\$ 40.000	Maio de 2015
				R\$ 40.000	Maio de 2016 <sup>(*)</sup>
				<b>R\$ 80.000</b>	<b>Maio de 2017</b>
				<b>R\$ 80.000</b>	<b>Maio de 2018</b>
				<b>R\$ 80.000</b>	<b>Maio de 2019</b>
			<b>R\$ 40.000</b>	<b>Maio de 2020</b>	

(\*) Em 8 de dezembro de 2015, foi celebrado o quarto aditamento da escritura da 13ª emissão de debêntures, por meio do qual foram alterados (i) a data de amortização programada da parcela vincenda em 14 de maio de 2016 para 10 de dezembro de 2015; e (ii) adição de uma nova data de remuneração das Debêntures, excepcionalmente, no dia 10 de dezembro de 2015, quando a controlada Eletropaulo efetuou o pagamento da remuneração. O resgate antecipado desta parcela foi realizado utilizando parcialmente os recursos obtidos com a 19ª emissão de Debêntures.

As emissões de debêntures são de espécie quirografária e não conversíveis em ações. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.

Os recursos líquidos obtidos pela controlada Eletropaulo por meio desta emissão foram utilizados para o pagamento dos *Bonds* denominados em reais, emitidos pela controlada Eletropaulo em junho de 2005 e vencidos em junho de 2010, e para financiamento de parte dos investimentos de 2010.

- (b.4) Debêntures – 14ª Emissão – R\$ 600.000 em debêntures, ocorrida em 28 de novembro de 2011, no mercado local, com vencimento final em novembro de 2021.

	Taxa contratual	Pagamentos juros	Amortização		Vencimento
14ª Emissão	CDI + 1,50%	Semestrais	Anual	<b>R\$ 60.000</b>	<b>Novembro de 2018</b>
				<b>R\$ 180.000</b>	<b>Novembro de 2019</b>
				<b>R\$ 180.000</b>	<b>Novembro de 2020</b>
				<b>R\$ 180.000</b>	<b>Novembro de 2021</b>

As emissões de debêntures são de espécie quirografária e não conversíveis em ações. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.

Os recursos líquidos obtidos pela controlada Eletropaulo por meio desta emissão foram utilizados para recomposição do caixa em virtude das amortizações de dívida referentes a 2011 e 2012.

## Notas Explicativas

- (b.5) Debêntures – 15ª Emissão – R\$ 750.000 em debêntures, ocorrida em 9 de outubro de 2012, no mercado local, com vencimento em outubro de 2018.

	Taxa contratual	Pagamentos juros	Amortização	Vencimento
15ª Emissão	CDI + 1,24%	Semestrais	Anual R\$ 250.000 R\$ 250.000 R\$ 250.000	Outubro de 2016 Outubro de 2017 Outubro de 2018

As emissões de debêntures são de espécie quirografária e não conversíveis em ações. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.

Os recursos líquidos obtidos pela controlada Eletropaulo por meio desta emissão foram utilizados para o pagamento antecipado da 10ª Emissão de Debêntures, 12ª Emissão de Debêntures e Cédulas de Crédito Bancário (CCB's), lideradas pelo Banco Citibank S.A..

- (b.6) Debêntures – 16ª Emissão – R\$ 350.000 em debêntures, ocorrida em 21 de julho de 2014, no mercado local, com vencimento em janeiro de 2016.

	Taxa contratual	Pagamentos juros	Amortização	Vencimento
16ª Emissão	CDI + 2,40%	No vencimento	R\$ 174.930	Janeiro de 2016

Em 27 de janeiro de 2016 foi celebrado o quarto aditamento da escritura da 16ª emissão de debêntures, por meio do qual foram alterados (i) o prazo de vencimento para 738 dias contados da data da emissão, vencendo-se em 28 de julho de 2016; (ii) a remuneração das debêntures que passaram a fazer jus a uma remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI acrescida de um spread de 3,00% a.a. (“quarta taxa”) a partir de 2 de fevereiro até 28 de julho de 2016; e (iii) a periodicidade do pagamento da remuneração, sendo que a remuneração apurada com base na terceira taxa foi paga em 1º de fevereiro de 2016, no montante de R\$ 21.525, e a remuneração apurada com base na quarta taxa será paga no vencimento.

Adicionalmente, houve o pagamento de R\$ 2.904 para a obtenção do 4º aditamento. Em consonância com o CPC 38, a controlada Eletropaulo avaliou que o valor pago está diretamente vinculado a estruturação do aditamento, dessa forma o custo referente à obtenção do aditamento foi diferido e está sendo amortizado pelo prazo de realização desta emissão. Como consequência, a taxa efetiva de juros sofreu uma alteração de 3,86% para 5,62% acima do CDI.

As emissões de debêntures são de espécie quirografária e não conversíveis em ações. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.

Os recursos líquidos obtidos pela controlada Eletropaulo por meio desta emissão foram utilizados para o reforço do capital de giro.

Em conformidade à escritura, a controlada Eletropaulo deverá aplicar a totalidade dos recursos oriundos do FINEM (itens a.1 e b.10) ao resgate antecipado obrigatório parcial ou total da 16ª emissão de Debêntures. A controlada Eletropaulo realizou os resgates antecipados obrigatórios parciais, de acordo com o recebimento das parcelas do FINEM, em abril, junho, julho, agosto, outubro e dezembro de 2015 e em janeiro de 2016.

## Notas Explicativas

- (b.7) FINAME – Banco Itaú – em maio de 2011, a controlada Eletropaulo obteve junto ao Banco Itaú um financiamento no montante de R\$ 4.583 para a compra de medidores, com carência de 24 meses para pagamento de principal.

	Taxa contratual	Pagamentos juros	Amortização	Vencimento
FINAME	8,7%	Trimestral até maio de 2013. A partir desta data mensal	Mensal (a partir de junho de 2013)	Maio de 2016

- (b.8) Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP – em 8 de fevereiro de 2012, a controlada Eletropaulo obteve junto a FINEP recursos no montante de R\$ 37.096 para o financiamento de projetos de inovação. O montante total aprovado já foi integralmente liberado.

	Taxa contratual	Pagamentos juros	Amortização	Vencimento
FINEP	4,0%	Mensal	Mensal (a partir de fevereiro de 2014)	Fevereiro de 2020

Em 7 de abril de 2014, a controlada Eletropaulo obteve junto a FINEP recursos no montante de R\$ 96.748 com o objetivo de financiar o desenvolvimento de projetos. O montante total aprovado será liberado de acordo com cronograma de realizações previsto em contrato. O total liberado até 31 de março de 2016 foi de R\$ 55.301. No trimestre findo em 31 de março de 2016, houve a liberação de R\$ 25.904.

	Taxa contratual	Pagamentos juros	Amortização	Vencimento
FINEP	TJLP + 5% (*)	Mensal	Mensal (a partir de abril de 2017)	Abril de 2024

(\*) A taxa contratual é de TJLP + 5% a.a., reduzidos pelo benefício de equalização, equivalente a 6% a.a. O benefício de equalização está relacionado à adimplência e ao cumprimento do cronograma de desenvolvimento dos projetos, o que reduziu a taxa efetiva para 4% a.a. considerando a TJLP na data da assinatura do contrato, que era de 5%. Em março de 2016, a TJLP passou para 7,5% a.a. o que aumentou a taxa efetiva para 6,5% a.a. O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% incide como atualização monetária sobre o saldo de principal.

Esses contratos de financiamentos obtidos junto à instituição FINEP possuem como principal característica as taxas de juros contratuais inferiores com relação às taxas de mercado e está relacionado diretamente ao financiamento de projetos de inovação e desenvolvimento. Desse modo, o subsídio concedido nas taxas de juros desses financiamentos é qualificado como uma subvenção governamental.

- (b.9) Cédulas de Crédito Bancário – Banco Bradesco – empréstimo formalizado por cédulas de crédito bancário, com várias instituições financeiras lideradas pelo Banco Bradesco S.A., ocorrido em 25 de novembro de 2009, no montante principal de R\$ 600.000.

## Notas Explicativas

	Taxa contratual	Pagamentos juros	Amortização	Vencimento	
Bradesco (CCB's)	CDI + 1,50%	Semestrais	Anual	R\$ 30.000	Novembro de 2012
				R\$ 30.000	Novembro de 2013
				R\$ 60.000	Novembro de 2014
				R\$ 60.000	Novembro de 2015
				R\$ 120.000	Novembro de 2016 (*)
				<b>R\$ 120.000</b>	<b>Novembro de 2017</b>
				<b>R\$ 120.000</b>	<b>Novembro de 2018</b>
			<b>R\$ 60.000</b>	<b>Novembro de 2019</b>	

(\*) A controlada Eletropaulo, em dezembro de 2015, efetuou o resgate antecipado da parcela com vencimento em novembro de 2016, utilizando parcialmente os recursos obtidos com a 19ª Emissão de Debêntures.

Com relação às Cédulas de Crédito Bancário emitidas pelo Banco Bradesco S.A., os recursos foram utilizados pela controlada Eletropaulo para liquidação de valores que eram devidos à Receita Federal e que foram renegociados com a adesão ao Programa REFIS da Receita Federal em novembro de 2009.

(b.10) FINEM - em fevereiro de 2015 a controlada Eletropaulo obteve junto ao Banco Itaú, mediante repasse contratado com o BNDES, um financiamento para implementação do programa de investimento, referente ao ano de 2014, objetivando a expansão e melhorias no sistema de distribuição de energia elétrica, com carência de 6 meses para pagamento de principal. A ANEEL, por meio do Despacho nº 596/2015, anuiu à contratação no montante de R\$ 172.000. O montante total aprovado é liberado de acordo com a comprovação das obras previstas em contrato. O total liberado até 31 de março de 2016 foi de R\$ 171.144.

	Taxa contratual	Pagamentos juros	Amortização	Vencimento
FINEM - Subcrédito A	TJLP + 4,22%	Trimestral até a carência. A partir desta data, mensal	Mensal (a partir de outubro de 2015)	Março de 2021
FINEM - Subcrédito B	SELIC + 4,22%			
FINEM - Subcrédito C	9,50%			
FINEM - Subcrédito E	SELIC + 3,20%			

(b.11) Debêntures – 17ª Emissão – R\$ 190.000 em debêntures, ocorrida em 16 de janeiro de 2015, no mercado local, com vencimentos em julho de 2015 (1ª série) e janeiro de 2017 (2ª série).

	Taxa contratual	Pagamentos juros	Amortização	Vencimento
17ª Emissão (1ª série)	CDI + 1,35%	No vencimento	R\$ 100.000	Julho de 2015
17ª Emissão (2ª série)	CDI + 1,90%	Semestrais	<b>R\$ 90.000</b>	<b>Janeiro de 2017</b>

As emissões de debêntures são de espécie quirografária, não conversíveis em ações e em duas séries. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.

Os recursos líquidos obtidos pela controlada Eletropaulo por meio desta emissão foram destinados para o reforço do capital de giro e refinanciamento de dívidas.

Em julho de 2015 foi liquidado o montante de R\$ 106.691, referente à 1ª série desta emissão.

(b.12) Debêntures – 18ª Emissão – R\$ 400.000 em debêntures, em duas séries de R\$ 200.000 cada, ocorrida em 14 de julho de 2015, no mercado local, com vencimentos até julho de 2022.

	Taxa contratual	Pagamentos juros	Amortização	Vencimento
18ª Emissão (1ª série)	CDI + 2,85%	Trimestrais	Trimestral R\$ 9.520	Outubro de 2017 a Abril de 2022
			Única R\$ 19.120	
18ª Emissão (2ª série)	CDI + 2,85%	Trimestrais	Trimestral R\$ 9.520	Outubro de 2017 a Abril de 2022
			Única R\$ 19.120	

## Notas Explicativas

As emissões de debêntures não são conversíveis em ações, em duas séries, de espécie com garantia real. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.

Em 11 de setembro de 2015 foi celebrado o primeiro aditamento da escritura da 18ª emissão de debêntures, por meio do qual foi formalizada a convocação da espécie das Debêntures de quirografária para a espécie com garantia real. Possuem como garantia cessão fiduciária de determinados direitos creditórios da Companhia, sendo passível de bloqueio em conta bancária.

Os recursos líquidos obtidos pela controlada Eletropaulo por meio desta emissão foram destinados para o reforço de capital de giro, refinanciamento de dívidas e investimentos nos exercícios sociais de 2015, 2016 e 2017.

- (b.13) Debêntures – 19ª Emissão - R\$ 320.000 em debêntures, ocorrida em 10 de dezembro de 2015, no mercado local, com vencimento em julho de 2021.

	Taxa contratual	Pagamentos juros	Amortização		Vencimento
19ª Emissão	CDI + 2,95%	Semestrais	Semestral	R\$ 35.552	Junho de 2017 a Dezembro de 2020
			Única	R\$ 35.584	Julho de 2021

As emissões de debêntures são de espécie quirografária e não conversíveis em ações. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.

Os recursos líquidos obtidos pela controlada Eletropaulo por meio desta emissão foram utilizados para a realização do resgate antecipado obrigatório das Notas promissórias – 2ª Emissão, recomposição de caixa referente aos pagamentos das parcelas de principal vincendas em 2015 e 2016 das Cédulas de Crédito Bancário (“CCB Bradesco”) e pagamento da parcela de principal vincenda em 2016 da 13ª emissão de debêntures.

### (c) Arrendamento financeiro

Os contratos de arrendamentos financeiros referem-se a arrendamentos de equipamentos de informática, veículos e aluguel de edificações e não contêm cláusulas sobre pagamentos contingentes, renovação, opção de compra ou que imponham restrições sobre pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio ou de limites em indicadores financeiros.

O saldo de arrendamento financeiro registrado em 31 de março de 2016 era de R\$ 48.402 (R\$ 43.181 em 31 de dezembro de 2015) no passivo, e R\$ 45.775 (R\$ 40.688 em 31 de dezembro de 2015) no ativo.

A garantia do arrendamento financeiro é o valor residual dos ativos, no montante de R\$ 45.775 em 31 de março de 2016 (R\$ 40.688 em 31 de dezembro de 2015).

## Notas Explicativas

## 16.3 Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de moeda e indexadores:

Moeda nacional	Consolidado			
	31.03.2016		31.12.2015	
	R\$	%	R\$	%
CDI	3.274.796	91,15	3.249.397	92,63
SELIC	84.198	2,34	85.620	2,44
TJLP	98.981	2,75	57.923	1,65
Taxa fixa	134.841	3,76	115.129	3,28
<b>Total</b>	<b>3.592.816</b>	<b>100,00</b>	<b>3.508.069</b>	<b>100,00</b>

## 16.4 Em 31 de março de 2016, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos, financiamentos e debêntures, e o custo de transação a amortizar, atualmente classificados no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

	Consolidado				
	Moeda nacional				
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamento financeiro	Custo a amortizar	Total
2017	194.074	445.144	9.821	(9.675)	639.364
2018	209.953	712.264	7.320	(8.900)	920.637
2019	122.588	407.264	5.641	(3.774)	531.719
2020	58.101	367.264	4.410	(1.915)	427.860
após 2020	50.811	368.064	7.585	(948)	425.512
	<b>635.527</b>	<b>2.300.000</b>	<b>34.777</b>	<b>(25.212)</b>	<b>2.945.092</b>

## 16.5 Os indexadores utilizados para atualização dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram a seguinte variação:

	31.03.2016	31.12.2015
	%	%
CDI (*)	14,13	14,14
SELIC (*)	14,15	14,15
TJLP (*)	7,50	7,00

(\*) Índice do último dia do período.

## 16.6 A movimentação dos empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas é como segue:

Moeda nacional	Consolidado									
	Saldo inicial 31.12.2015	Ingressos	Encargos financeiros	Variação monetária	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Diferimento custos de transação	Amortização custos de transação	Subvenções governamentais	Saldo final 31.03.2016
<b>Instituições financeiras / credores</b>										
FINAME	639	-	10	-	(382)	(11)	-	-	-	256
FINEP	44.485	25.904	853	175	(1.526)	(799)	-	-	(8.397)	60.695
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco	296.875	-	10.962	-	-	-	-	(1.358)	-	306.479
Cédulas de Crédito Bancário - Banco ABC	-	70.000	3.008	-	-	-	-	199	-	71.202
FINEM - Subcrédito A	58.163	-	1.400	200	(2.763)	(1.399)	-	-	-	55.601
FINEM - Subcrédito B	62.651	-	625	1.986	(3.025)	(622)	-	-	-	61.615
FINEM - Subcrédito C	27.041	-	596	-	(1.283)	(601)	-	-	-	25.753
FINEM - Subcrédito E	23.109	-	175	733	(1.116)	(176)	-	-	-	22.725
FINEM - Subcrédito A (2º protocolo)	-	43.550	479	70	-	-	-	-	-	44.099
FINEM - Subcrédito B (2º protocolo)	-	43.550	200	645	-	-	-	-	-	44.395
FINEM - Subcrédito C (2º protocolo)	-	13.153	61	195	-	-	-	-	-	13.409
Arrendamento financeiro	43.181	6.060	3.224	-	(4.063)	-	-	-	-	48.402
Outros	275	-	-	-	-	(826)	-	-	-	275
<b>Subtotal</b>	<b>556.419</b>	<b>202.217</b>	<b>22.419</b>	<b>4.004</b>	<b>(14.158)</b>	<b>(4.434)</b>	<b>(2.005)</b>	<b>(1.159)</b>	<b>(8.397)</b>	<b>754.906</b>
Debêntures - 9ª Emissão	179.367	-	6.307	-	-	(12.897)	-	689	-	173.466
Debêntures - 11ª Emissão	203.222	-	7.553	-	-	-	-	206	-	210.981
Debêntures - 13ª Emissão	277.466	-	10.230	-	-	-	-	(104)	-	287.592
Debêntures - 14ª Emissão	598.412	-	22.027	-	-	-	-	398	-	620.837
Debêntures - 15ª Emissão	764.971	-	27.572	-	-	-	-	1.196	-	793.739
Debêntures - 16ª Emissão	193.654	-	5.387	-	(100.000)	(22.428)	(2.904)	1.285	-	74.994
Debêntures - 17ª Emissão (2ª série)	96.215	-	3.373	-	-	(7.099)	-	66	-	92.555
Debêntures - 18ª Emissão (1ª série)	205.711	-	7.914	-	-	(8.180)	-	55	-	205.500
Debêntures - 18ª Emissão (2ª série)	205.623	-	7.914	-	-	(8.180)	-	57	-	205.414
Debêntures - 19ª Emissão	321.482	-	12.854	-	-	-	-	76	-	334.412
<b>Subtotal</b>	<b>3.046.123</b>	-	<b>111.131</b>	-	<b>(100.000)</b>	<b>(58.784)</b>	<b>(2.904)</b>	<b>3.924</b>	-	<b>2.999.490</b>
<b>Total</b>	<b>3.602.542</b>	<b>202.217</b>	<b>133.550</b>	<b>4.004</b>	<b>(14.158)</b>	<b>(63.218)</b>	<b>(4.909)</b>	<b>2.765</b>	<b>(8.397)</b>	<b>3.754.396</b>

## Notas Explicativas

### 16.7 Compromissos financeiros – “Covenants”

Como forma de monitoramento da situação financeira da controlada Eletropaulo pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizados *covenants* financeiros em alguns contratos de dívida.

A Administração da controlada Eletropaulo mantém o acompanhamento dos seguintes índices financeiros:

- (i) Capacidade de endividamento: mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA ajustado<sup>(\*)</sup> dos últimos 12 meses. Conforme definido nos contratos, este índice não poderá ser superior a 3,5 vezes.
- (ii) Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA ajustado<sup>(\*)</sup> sobre despesa financeira dos últimos 12 meses. Conforme definido nos contratos, este índice não poderá ser inferior a 1,75 vezes.

Em 31 de março de 2016, estes índices eram de:

- (i) Dívida líquida/EBITDA ajustado = 3,10 vezes (3,47 vezes em 31 de dezembro de 2015);
- (ii) EBITDA ajustado/despesa financeira = 2,29 vezes (2,77 vezes em 31 de dezembro de 2015).

Conforme descrito nos contratos de dívida, o não cumprimento dos índices acima, por dois trimestres consecutivos, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida. Sendo assim, em 31 de março de 2016, a controlada Eletropaulo estava em cumprimento dos termos dos *covenants*.

A controlada Eletropaulo também acompanha outros *covenants* qualitativos, os quais em 31 de março de 2016 foram atendidos.

- (\*) EBITDA ajustado – significa o somatório dos últimos doze meses (i) do resultado operacional conforme apresentado no demonstrativo contábil consolidado da Emissora na linha “Resultado Operacional” (excluindo as receitas e despesas financeiras), (ii) todos os montantes de depreciação e amortização, (iii) todos os montantes relativos a despesas com entidade de previdência privada classificado na conta de “custo de operação” e (iv) os ajustes dos ativos e passivos regulatórios (positivos e negativos no resultado) conforme as regras regulatórias determinadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), desde que não incluídos no resultado operacional acima.

### 17. Obrigações com entidade de previdência privada

---

A controlada Eletropaulo patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários. A FUNCESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela controlada Eletropaulo.

## Notas Explicativas

A controlada Eletropaulo, por meio de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits.

O custeio do plano reformulado para as parcelas de benefício definido é paritário entre a controlada Eletropaulo e os empregados, sendo as taxas reavaliadas anualmente por atuário independente. O custeio da parcela de contribuição definida é baseado em percentual escolhido livremente pelo participante (de 1% a 100% sobre 30% do salário real de contribuição), com contrapartida da controlada Eletropaulo até o limite de 5% sobre a base de 30% de sua remuneração de contribuição.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado – BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram anteriormente ao novo modelo implantado na privatização da controlada Eletropaulo. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano misto de suplementação. O benefício é pago a partir da data em que o participante completa as carências mínimas previstas no regulamento do novo plano.

Conforme previsto no CPC 33 (R1) e IAS 19 (R), a avaliação atuarial é permitida em períodos intermediários, para refletir a ocorrência de mudanças significativas em condições de mercado, especificamente um aumento nas taxas de juros. Em 31 de março de 2016, a controlada Eletropaulo não verificou nenhuma alteração significativa de mercado que requeresse uma atualização da avaliação atuarial realizada em 31 de dezembro de 2015.

A movimentação contábil do passivo registrado é como segue:

	<b>Consolidado</b>
	<b>31.03.2016</b>
<b>Saldo inicial</b>	<b>2.604.967</b>
Despesa do período conforme laudo atuarial	79.862
Pagamento de contribuições	(62.319)
Ajuste de avaliação atuarial	72.560
<b>Saldo final</b>	<b>2.695.070</b>

As despesas reconhecidas foram as seguintes:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31.03.2016</b>	<b>31.03.2015</b>
Custo dos serviços correntes	3.198	4.008
Custo dos juros	282.014	263.730
Rendimento esperado dos ativos do plano	(205.350)	(189.513)
<b>Total das despesas benefício definido</b>	<b>79.862</b>	<b>78.225</b>
Capitalização para o intangível em curso	(348)	-
Outras contribuições - Contribuição definida	(363)	581
<b>Total das despesas no período</b>	<b>79.151</b>	<b>78.806</b>

## Notas Explicativas

No trimestre findo em 31 de março de 2016, a controlada Eletropaulo registrou o complemento da perda atuarial gerada pelo rendimento dos ativos do plano, no montante de R\$ 72.560, em contrapartida a outros resultados abrangentes. As demais informações divulgadas em 31 de dezembro de 2015 não tiveram alterações.

### 17.1 Contratos com a FUNCESP

A controlada Eletropaulo com o objetivo de equacionar o déficit atuarial e diminuir o risco de futuros déficits formalizou instrumentos jurídicos com a FUNCESP a partir de 1997, na forma de contratos de confissão de dívida e contrato de ajustes de reserva matemática. Estes contratos fazem parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes, e possuem cláusulas variáveis, conforme segue:

	Consolidado	
	31.03.2016	31.12.2015
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
<b>Empréstimos e financiamentos:</b>		
Confissão de dívida IIa (i)	441.650	431.975
Confissão de dívida IIb (i)	229.245	224.223
Contrato de ajustes de reserva matemática (ii)	3.747.743	3.643.695
<b>Total do contrato</b>	<b>4.418.638</b>	<b>4.299.893</b>
Diferença entre premissas (*)	(1.723.568)	(1.694.926)
<b>Total registrado</b>	<b>2.695.070</b>	<b>2.604.967</b>

(\*) A parcela do déficit no montante de R\$ 1.723.568 é decorrente da diferença de premissas e metodologias utilizadas pela controlada Eletropaulo para fins de atendimento à Deliberação CVM nº 695/2012 e aquelas utilizadas pela FUNCESP (administradora do plano de benefícios) para fins de atendimento às Resoluções do Conselho Nacional de Previdência Complementar e tende a ser eliminada ao longo do tempo com a maturação do plano.

- (i) Refere-se ao contrato de confissão de dívida, assinado em 30 de setembro de 1997 e aditado pela quarta vez em 5 de junho de 2014, para refinanciamento das parcelas vincendas entre abril de 2014 e março de 2016, sendo mantidas as demais condições contratuais, inclusive o prazo, a taxa e o pagamento mensal dos juros. A parcela IIb, refere-se ao valor de mercado dos imóveis da controlada Eletropaulo devolvidos pela FUNCESP à controlada Eletropaulo.
- (ii) Refere-se ao contrato de ajuste de reservas matemáticas, assinado em 30 de setembro de 1997, aditado pela quarta vez em 5 de junho de 2014, para refinanciamento das parcelas vincendas entre abril de 2014 e março de 2016, sendo mantidas as demais condições contratuais, inclusive o prazo, a taxa e o pagamento mensal dos juros. O saldo deste contrato é ajustado anualmente pelos efeitos dos ganhos e perdas atuariais apurados no âmbito da FUNCESP.

## Notas Explicativas

### 18. Obrigações sociais e trabalhistas

	Consolidado	
	Reclassificado	
	31.03.2016	31.12.2015
<b>CIRCULANTE</b>		
Folha de pagamento	5.769	7.766
Férias	37.629	37.176
Programa de incentivo a aposentadoria	560	618
Provisão - 13º salário	7.048	-
Participação nos lucros e resultados	55.294	39.399
Encargos sociais sobre férias e gratificações	17.078	14.459
Bônus	3.847	4.206
<b>Total</b>	<b>127.225</b>	<b>103.624</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Bônus	1.083	969
<b>Total</b>	<b>1.083</b>	<b>969</b>

### 19. Provisões para processos judiciais e outros

#### 19.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e outros e respectivas cauções e depósitos judiciais estão compostas da seguinte forma:

	Controladora				Consolidado			
	Passivo		Ativo		Passivo		Ativo	
	Provisões para processos judiciais e outros		Cauções e depósitos vinculados		Provisões para processos judiciais e outros		Cauções e depósitos vinculados	
	31.03.2016	31.12.2015	31.03.2016	31.12.2015	31.03.2016	31.12.2015	31.03.2016	31.12.2015
Trabalhista (a)	-	-	-	-	253.040	247.899	218.096	215.777
Plano cruzado - reajuste de tarifa (b)	-	-	-	-	14.027	13.492	3.667	3.639
Processos cíveis (c)	-	-	-	-	17.903	26.021	726	777
Processos regulatórios (d)	-	-	-	-	72.631	71.445	-	-
Processos administrativos - prefeituras (e)	-	-	-	-	549	531	-	-
Processos fiscais (f)	20.286	19.875	20.331	19.875	76.088	85.073	48.327	47.339
Meio ambiente (g)	-	-	-	-	10.079	11.425	-	-
PIS/COFINS sobre receitas financeiras (h)	133	88	75	75	31.171	20.319	34.293	23.194
Outros	-	-	-	-	28.840	30.127	6	-
<b>Total</b>	<b>20.419</b>	<b>19.963</b>	<b>20.406</b>	<b>19.950</b>	<b>504.328</b>	<b>506.332</b>	<b>305.115</b>	<b>290.726</b>
<b>CIRCULANTE</b>	-	-	-	-	172.907	166.929	-	-
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	20.419	19.963	-	-	331.421	339.403	-	-
<b>Total</b>	<b>20.419</b>	<b>19.963</b>	<b>20.406</b>	<b>19.950</b>	<b>504.328</b>	<b>506.332</b>	<b>305.115</b>	<b>290.726</b>

O total de cauções e depósitos vinculados no montante de R\$ 479.462 (R\$ 463.076 em 31 de dezembro de 2015), de acordo com a classificação de probabilidade de perda do processo ao qual está vinculado, está demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2016	31.12.2015	31.03.2016	31.12.2015
Processos prováveis	20.406	19.950	305.115	290.726
Processos possíveis (*)	-	-	123.116	120.726
Processos remotos	-	-	51.531	51.624
<b>Total</b>	<b>20.406</b>	<b>19.950</b>	<b>479.762</b>	<b>463.076</b>

(\*) O montante consolidado de R\$ 123.116 (R\$ 120.726 em 31 de dezembro de 2015), referente aos depósitos vinculados a processos com probabilidade de perda possível, é composto em sua maior parte por depósitos judiciais para processos fiscais, os quais são realizados pela Companhia a fim de viabilizar sua apresentação de defesa nas execuções dos processos.

## Notas Explicativas

A movimentação das provisões dos processos judiciais e outros é como segue:

	Controladora				Consolidado					
	Passivo				Passivo					
	Saldo inicial 31.12.2015	Ingressos	Atualizações	Saldo final 31.03.2016	Saldo inicial 31.12.2015	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões	Saldo final 31.03.2016
Trabalhista	-	-	-	-	247.899	14.263	4.724	(10.312)	(3.534)	253.040
Plano cruzado - reajuste de tarifa	-	-	-	-	13.492	324	882	(43)	(628)	14.027
Processos cíveis	-	-	-	-	26.021	5.226	1.470	(4.443)	(10.371)	17.903
Processos regulatórios	-	-	-	-	71.445	-	1.186	-	-	72.631
Processos administrativos - prefeituras	-	-	-	-	531	-	18	-	-	549
Processos fiscais	19.875	-	411	20.286	85.073	4.637	2.019	(7)	(15.634)	76.088
Meio ambiente	-	-	-	-	11.425	711	148	(2.205)	-	10.079
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	88	42	3	133	20.319	10.194	658	-	-	31.171
Outros	-	-	-	-	30.127	28	169	-	(1.484)	28.840
<b>Total</b>	<b>19.963</b>	<b>42</b>	<b>414</b>	<b>20.419</b>	<b>506.332</b>	<b>35.383</b>	<b>11.274</b>	<b>(17.010)</b>	<b>(31.651)</b>	<b>504.328</b>
<b>CIRCULANTE</b>	-	-	-	-	166.929	-	-	-	-	172.907
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	19.963	-	-	20.419	339.403	-	-	-	-	331.421
<b>Total</b>	<b>19.963</b>			<b>20.419</b>	<b>506.332</b>					<b>504.328</b>

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens abaixo, podem não ser precisamente realizadas devido ao andamento futuro dos processos.

- (a) **Trabalhista:** A controlada Eletropaulo é demandada por empregados e ex-empregados próprios e terceirizados em 4.244 processos (4.369 processos em 31 de dezembro de 2015) pelos quais são pleiteados equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade, complementação de aposentadoria entre outros no montante de R\$ 253.040 (R\$ 247.899 em 31 de dezembro de 2015). A Administração da controlada Eletropaulo, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos entre 2016 e 2020.
- (b) **Plano cruzado – reajuste de tarifa:** Referem-se a processos movidos contra a controlada Eletropaulo por consumidores industriais questionando a legalidade dos aumentos tarifários concedidos pelo DNAEE (atual ANEEL) em 1986, durante o período em que o plano econômico que estabelecia o congelamento de preços estava em vigor, de março a novembro de 1986. Atualmente os processos dessa natureza sem trânsito em julgado prosseguem com relação à parcela controversa da matéria, resultante da diferença de cálculo apresentado pelas partes, com provisão no montante de R\$ 14.027 (R\$ 13.492 em 31 de dezembro de 2015). A Administração da controlada Eletropaulo, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos até 2017.
- (c) **Processos cíveis:** A controlada Eletropaulo está atualmente envolvida em processos judiciais cíveis de natureza geral e especial e, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisões para os valores das demandas que são passíveis de quantificação e tem suas chances de perda classificadas como provável. Em 31 de março de 2016 tais demandas respondem pela provisão de R\$ 17.903 (R\$ 26.021 em 31 de dezembro de 2015). A Administração da controlada Eletropaulo, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos até 2018.

Os processos judiciais cíveis de natureza geral em que a controlada Eletropaulo figura no polo passivo envolvem ações consumeristas, vinculadas ao contrato de fornecimento de energia elétrica, ações indenizatórias decorrentes de acidentes na rede elétrica e de danos em geral. Atualmente tais demandas respondem pela provisão de R\$ 15.474 (R\$ 12.131 em 31 de dezembro de 2015).

## Notas Explicativas

Os processos judiciais cíveis de natureza especial envolvem questões decorrentes do relacionamento comercial da controlada Eletropaulo com outras empresas privadas e/ou concessionárias de serviços públicos, bem como questões que envolvam a agente fiscalizadora, organizações não governamentais e/ou o Ministério Público. Atualmente, tais demandas respondem pela provisão de aproximadamente R\$ 2.429 (R\$ 13.890 em 31 de dezembro de 2015). No trimestre findo em 31 de março de 2016, foi revertida a provisão de R\$ 9.963 em ação proposta pela Prefeitura de Pindamonhangaba em face da controlada Eletropaulo para cobrança de “Notas de Empenho” referentes a serviços que supostamente deveriam ter sido arcados pela controlada Eletropaulo, mas foram pagos pela Prefeitura. No caso, foi proferida decisão em segunda instância que, por unanimidade, deu provimento ao recurso de apelação para julgar procedente os embargos à execução propostos pela controlada Eletropaulo.

(d) Processos regulatórios:

(d.1) A controlada Eletropaulo recebeu o Auto de Infração nº 008/2012-SFF, em 2 de abril de 2012, da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica no montante de R\$ 136.773. As penalidades aplicadas são decorrentes de ação fiscalizadora no Ativo Imobilizado, ocorrida no período de 7 de dezembro de 2010 a 4 de fevereiro de 2011, que impacta a Base de Remuneração Regulatória a qual é utilizada pela ANEEL para calcular a tarifa cobrada de clientes. A Administração da controlada Eletropaulo, baseada em análises preliminares, decidiu provisionar o montante que atualizado até 31 de março de 2016 corresponde a R\$ 21.373 (R\$ 20.699 em 31 de dezembro de 2015). A controlada Eletropaulo em 18 de abril de 2012 apresentou recurso e aguarda o julgamento da ANEEL.

(d.2) A controlada Eletropaulo, como parte do seu processo de *compliance* e governança corporativa, bem como dos programas de auditoria interna, constatou inconsistências na apuração dos seus indicadores de continuidade DEC e FEC no período compreendido entre 2011 e maio de 2015, principalmente em relação ao enquadramento dos expurgos caracterizados como “dia crítico”, havendo a necessidade de reprocessamento dos indicadores de continuidade e alteração dos valores globais de DEC e FEC anteriormente informados ao órgão regulador.

A controlada Eletropaulo já comunicou o fato formalmente à ANEEL e está trabalhando no reprocessamento dos indicadores operacionais de continuidade para o período citado, na apuração dos impactos econômicos e financeiros decorrentes desse reprocessamento, bem como nas ações para a devida compensação a todos os envolvidos.

Com base nos dados disponíveis até o momento, a controlada Eletropaulo estima que o impacto decorrente dessas inconsistências para o período mencionado anteriormente possa atingir R\$ 128.388 (R\$ 152.530 em 31 de dezembro de 2015). Portanto, para 31 de março de 2016, a controlada Eletropaulo registra uma provisão no mesmo montante, alocando os impactos no balanço patrimonial com base na melhor estimativa, da seguinte forma:

- Fator Xq – Devolução tarifária: montante de R\$ 66.037 (R\$ 58.100 em 31 de dezembro de 2015), registrado como “Ativo financeiro setorial, líquido”;

## Notas Explicativas

- DIC/FIC/DMIC/DICRI: montante de R\$ 27.351 (R\$ 59.430 em 31 de dezembro de 2015), registrado como “Outras obrigações”. No trimestre findo em 31 de março de 2016, a controlada Eletropaulo efetuou devoluções aos clientes no montante de R\$ 27.159, registrou atualização monetária no montante de R\$ 1.117 (nota explicativa nº 28) e reclassificou R\$ 6.037 de atualização monetária, já registrada em dezembro de 2015, referente ao Fator Xq para a rubrica “Ativo financeiro setorial, líquido” (nota explicativa nº 33).
- Termo de Ajuste de Conduta: montante de R\$ 35.000 (R\$ 35.000 em 31 de dezembro de 2015), registrado como “Processos judiciais e outros”.

As tratativas com a ANEEL acerca da melhor forma de devolução são esperadas ao longo de 2016. O Termo de Ajuste de Conduta é um instrumento que obriga a controlada Eletropaulo a executar ações para a correção das não conformidades apuradas e a investir em obras de melhoria da qualidade do serviço, a ser percebido pelos seus consumidores.

- (d.3) A controlada Eletropaulo está envolvida em outros processos regulatórios, para os quais está provisionado o montante que atualizado até 31 de março de 2016 corresponde a R\$ 16.258 (R\$ 15.746 em 31 de dezembro de 2015). Estes processos referem-se a: (i) Termos de Notificações da CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e (ii) Autos de Infração da ARSESP – Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo.

A Administração da controlada Eletropaulo, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os processos regulatórios serão concluídos em até 1 ano.

- (e) Processos Administrativos – prefeituras: Existem processos de natureza administrativa de prefeituras. A Administração da controlada Eletropaulo, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisão para os valores das demandas cuja probabilidade de perda é considerada provável. A controlada Eletropaulo mantém provisão de R\$ 549 (R\$ 531 em 31 de dezembro de 2015). A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos até 2016.
- (f) Processos fiscais:
- (f.1) A Companhia possui processo o qual discute a não incidência de PIS e COFINS sobre os valores distribuídos a título de Juros sobre Capital Próprio. A Administração, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, definiu que a probabilidade de perda para este processo é provável e, desta forma, registrou provisão no montante de R\$ 20.286 (R\$ 19.875 em 31 de dezembro de 2015). A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos até 2017.

## Notas Explicativas

- (f.2) Existem processos fiscais de natureza geral, dentre os quais se destaca, no âmbito municipal, a existência de casos de IPTU, taxas e multas posturais, enquanto no âmbito federal processos que versam sobre autuações relativas a INSS, bem como a incidência de IRPJ e CSLL sobre juros moratórios. Em março de 2016, após a atualização da opinião legal emitida pelo escritório que patrocina o processo, duas NFLD's que antes eram classificadas como prováveis, foram reclassificadas para possíveis em virtude de reiteradas decisões favoráveis a tese proferidas pelo Superior Tribunal de Justiça- STJ. Assim, foi revertido R\$ 15.630 do montante provisionado como autuações do INSS (vide nota explicativa nº 19.2.13). A Administração da controlada Eletropaulo, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisão para os valores das demandas cuja probabilidade de perda é considerada provável, os quais em 31 de março de 2016 montam R\$ 55.802 (R\$ 65.198 em 31 de dezembro de 2015). A Administração da controlada Eletropaulo, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos até 2021.
- (g) Processos ambientais: Os órgãos ambientais de São Paulo acompanham atividades de gerenciamento ambiental de alguns imóveis da controlada Eletropaulo, por meio de processos administrativos próprios, levando a controlada Eletropaulo, com base em estudos técnicos, a reconhecer provisões para os valores das demandas que são passíveis de quantificação. Em 31 de março de 2016, tais demandas respondem pela provisão de R\$ 10.079 (R\$ 11.425 em 31 de dezembro de 2015). A Administração da controlada Eletropaulo, estima que os atuais processos serão concluídos até 2019. Dentre os casos provisionados, merecem destaque as demandas relacionadas à contaminação de solo e água subterrânea, conforme seguem:
- (g.1) Complexo Cambuci: Estudos ambientais foram iniciados em 2005 para avaliação de qualidade do solo e água subterrânea. Após confirmação da contaminação, foi dada continuidade aos estudos e às ações de remediação. Em 2012, foi assinado o compromisso de venda do imóvel, com a obrigação contratual de entrega da área remediada. Em 2013, foram elaborados novos estudos considerando o uso futuro da área, que apontaram as ações de intervenção necessárias para encerramento da remediação, que foi concluída em 2015. Em 2014 foram realizadas etapas de investigação e remediação e campanhas de monitoramento na área, as quais permitiram a assinatura da escritura pública de venda de imóvel, transferindo definitivamente a propriedade e posse. Em 2015, foram realizadas campanhas de monitoramento e investigações solicitadas pelo órgão ambiental. Em 2016, a CETESB emitiu o Parecer Técnico nº 033/CAAA/2016, no qual afirma estar de acordo com a remediação e indica a continuidade dos 2 últimos monitoramentos da qualidade da água subterrânea para o encerramento.

## Notas Explicativas

- (g.2) Miguel Yunes: Estudos ambientais foram iniciados em 2009 para avaliação do solo e água subterrânea. Após confirmação da contaminação, foi dada continuidade aos estudos para identificação e foi constatada a presença de resíduos domésticos enterrados e entulho (dispostos clandestinamente em data anterior à concessão), exigindo o detalhamento dos estudos visando a quantificação, o qual foi realizado em dezembro de 2013 e confirmou a necessidade de remoção do lixo enterrado. A controlada Eletropaulo iniciou em fevereiro de 2014 a remoção e destinação do solo impactado com resíduos depositados na área, sendo finalizadas no segundo trimestre de 2015. A investigação em água e solo foi finalizada, restando os monitoramentos da qualidade da água subterrânea solicitado pela CETESB. Será necessário o reaterro da área para nivelamento, que deverá ser executado em 2016.
- (g.3) Estações Transformadoras de Distribuição – ETD's: A controlada Eletropaulo iniciou, em 2007, processos de regularização ambiental de obras para melhoria e ampliação de subestações. Estes processos exigem uma investigação ambiental das condições do solo e água subterrânea acompanhados pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente – SMA, conforme procedimentos estabelecidos pela CETESB. Durante as atividades de investigação, foram identificados, em parte dos imóveis, contaminantes no solo e água subterrânea, sendo necessária a adoção de ações de remediação ambiental. Novos processos foram abertos em 2015 em decorrência da ampliação das subestações, gerando a necessidade de remediação e/ou monitoramentos. Novas etapas de monitoramento acontecerão em 2016.
- (g.4) Represa Guarapiranga: Em setembro de 1996, o Ministério Público do Estado de São Paulo (MP) moveu ação civil pública em face da controlada Eletropaulo e da Associação Desportiva Cultural Eletropaulo (ADC) visando à reparação de supostos danos ambientais que teriam sido ocasionados pela construção de um clube esportivo e recreativo às margens da Represa de Guarapiranga. A ação foi julgada procedente condenando as Rés, solidariamente, ao cumprimento de obrigação de fazer, visando a implementação de medidas de reparação ambiental, bem como à demolição total das obras e construções situadas na área denominada de "primeira categoria", com a implementação do plantio de árvores indicado na perícia técnica realizada. A decisão de mérito desfavorável à controlada Eletropaulo transitou em julgado em 10 de agosto de 2012. Em janeiro de 2013 o processo retornou à primeira instância, tendo o Ministério Público requerido o cumprimento da sentença.

Após determinação do juízo, a controlada Eletropaulo esclareceu que pretendia cumprir a condenação alternativa por meio de doação de área verde em zona de manancial ao Estado de São Paulo. Igualmente, requereu que a Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (EMAE), na qualidade de proprietária do imóvel, fosse intimada a ingressar no processo, para que seja cumprida a parte da decisão judicial que determinou as demolições, regularizações e plantios na área ocupada pela Associação Desportiva Cultural Eletropaulo.

## Notas Explicativas

A Secretaria do Meio Ambiente (SMA) notificou o juízo e a controlada Eletropaulo informando que não aceitaria a doação de área verde em zona de manancial oferecida pela controlada Eletropaulo, uma vez que representaria custos adicionais ao Estado para instalação e manutenção de infraestrutura (“doação com encargos ao Estado”). Considerando isto, foram iniciadas tratativas com a SMA para cumprir essa parte da sentença por meio da implementação de um projeto ambiental na região. Em 31 de março de 2016, a controlada Eletropaulo mantém provisão para cumprimento das partes estimáveis da presente demanda no montante de R\$ 3.033.

- (h) PIS/COFINS sobre receitas financeiras: A Companhia e sua controlada Eletropaulo discutem judicialmente os efeitos do Decreto nº 8.426/2015, que trata da tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras a partir de 1º de julho de 2015, e até que seja proferida decisão de mérito sobre a ação. Enquanto não há decisão autorizando a não aplicação das novas regras do Decreto, a controlada Eletropaulo vem efetuando depósitos judiciais nos montantes correspondentes aos tributos incidentes sobre as receitas financeiras. A controlada Eletropaulo registrou provisão que, atualizada até 31 de março de 2016, corresponde a R\$ 31.038, e efetuou depósitos judiciais no montante de R\$ 34.218. Em relação ao mérito da causa, a Administração juntamente com seus assessores legais, classifica como possível. Contudo, com relação ao desembolso de caixa, a controlada Eletropaulo estima como provável que venham a ocorrer pagamentos referentes a essa ação antes da discussão do mérito. Desta forma, a controlada Eletropaulo efetuou provisão para o referido valor. A Administração da controlada Eletropaulo, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que este processo será concluído até 2023.

### 19.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia apresenta a seguir um resumo das principais contingências passivas cuja probabilidade de perda foi classificada como possível pela Administração. A controlada Eletropaulo está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível, os quais não foram divulgados em função de ter sido estabelecido o montante mínimo de R\$ 10.000 para fins de divulgação.

A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da Companhia e sua controlada Eletropaulo.

## Notas Explicativas

Notas	Descrição das contingências	Valor estimado da contingência	
		31.03.2016	31.12.2015
<b>Controlada Eletropaulo</b>			
19.2.1	Eletrobrás - Contrato de Financiamento ECF-1.046/1986	1.850.061	1.787.659
19.2.2	Enquadramento de Consumidores - Ação Civil Pública	Não determinado	Não determinado
19.2.3	Revisão Tarifária - Exclusão de Valores - Contratos Bilaterais	Não determinado	Não determinado
19.2.4	Revisão Tarifária - Inclusão Benefício Fiscal	Não determinado	Não determinado
19.2.5	Autuação PCLD - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	65.337	63.444
19.2.6	Ação Popular - Maruzan Conrado	36.116	34.341
19.2.7	Ecovias - Uso do solo	Não determinado	Não determinado
19.2.8	Ação Civil Pública - City Boaçava	Não determinado	Não determinado
19.2.9	Ação Civil Pública - Suspensão do Fornecimento	14.272	16.392
19.2.10	Ação Civil Pública - Contas Vencidas - 90 dias	Não determinado	Não determinado
19.2.11	Recolhimento do FGTS	86.116	85.205
19.2.12	PASEP - Suspensão de Exigibilidade	40.542	40.373
19.2.13	NFLDs - Execuções Fiscais	48.339	32.408
19.2.14	CSSL - Base Negativa	132.399	130.463
19.2.15	Execuções Fiscais Municipais - Diversas	115.814	108.122
19.2.16	PIS - Decretos nº 2445/1988 e 2449/1988	49.394	49.394
19.2.17	PIS - Estatuto da Decadência	223.159	221.294
19.2.18	Ação Civil Pública - Restabelecimento de Energia Elétrica	3.994	3.798
19.2.19	FINSOCIAL	188.486	185.021
19.2.20	COFINS - Anistia	150.172	149.061
19.2.21	Ações Anulatórias - Multas de Trânsito	71.084	68.616
19.2.22	COFINS - Multa de Ofício	58.988	58.988
19.2.23	PIS - Compensações Decretos (Créditos Remanescentes)	130.326	126.582
19.2.24	Devolução tarifária - Base Blindada	700.088	635.516
19.2.25	Auto de Infração nº 1014/2015	160.691	155.626
19.2.26	Auto de Infração - Multa de ofício sobre compensações não homologadas	15.318	15.025
19.2.27	Auto de Infração nº 122/2012-SFF - Ação fiscalizadora na Base de Remuneração Regulatória	128.898	124.835
19.2.28	Auto de Infração nº 0014/2015	32.297	31.522
19.2.29	Auto de Infração nº 001/2016	46.970	45.729
<b>Companhia</b>			
19.2.30	Ação Civil Pública - Improbidade Administrativa	Não determinado	Não determinado

### 19.2.1 Eletrobrás – Contrato de Financiamento ECF-1.046/1986

Em novembro de 1986 a Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A. (Eletropaulo Estatal), obteve através do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986 empréstimo das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás).

Tendo em vista os questionamentos que surgiram acerca da periodicidade da correção monetária incidente sobre o valor financiado e a impossibilidade de se chegar a um entendimento com a Eletrobrás, em dezembro de 1988 a Eletropaulo Estatal propôs Ação de Consignação em Pagamento contra a Eletrobrás.

Ao propor a demanda acima mencionada, a Eletropaulo Estatal realizou o depósito judicial do valor que apurou como representativo do saldo devedor, qual seja, aquele que era composto pelo valor principal acrescido de correção monetária anual.

Após apresentar a sua defesa na Ação de Consignação em Pagamento, em abril de 1989 a Eletrobrás ajuizou Ação de Cobrança contra a Eletropaulo Estatal perante a 5ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro (5ª Vara Cível), fundamentando seu pedido de cobrança na alegação de que os valores depositados na Ação de Consignação não estavam de acordo com os termos do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986, já que este, de acordo com a interpretação da Eletrobrás, previa correção monetária mensal do valor principal e não anual conforme sustentado pela Eletropaulo Estatal.

## Notas Explicativas

Durante o andamento de ambas as ações, foi firmado o Protocolo de Cisão em 22 de dezembro de 1997, onde a Eletropaulo Estatal foi cindida em 4 (quatro) empresas, quais sejam: atual Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (controlada Eletropaulo), Bandeirante Energia S.A. (Bandeirante), Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (EMAE) e Empresa Paulista de Transmissão de Energia S.A. (EPTE), sendo que esta última acabou por ser incorporada pela Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP).

Em abril de 1999, a 5ª Vara Cível, em decisão de primeira instância, julgou tanto a Ação de Cobrança como a Ação de Consignação em Pagamento em favor da Eletrobrás, reconhecendo, na primeira ação, que a correção monetária do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986 é mensal e, na segunda ação, que o valor depositado pela Eletropaulo Estatal não estava de acordo com os termos do mencionado Contrato.

Em setembro de 2001, a Eletrobrás iniciou Ação de Execução, também na 5ª Vara Cível, e, com base no seu entendimento dos termos constantes do Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal exigiu, em termos proporcionais da controlada Eletropaulo (90,11%) e da CTEEP (9,89%) os valores que lhes teriam sido transferidos como passivo.

Por conta de tal posicionamento, foi exigido da CTEEP o pagamento de valor correspondente ao depositado na Ação de Consignação em Pagamento (valor principal do Contrato de Financiamento acrescido de correção monetária anual) e da controlada Eletropaulo de valor estimado de R\$ 1.850.061 atualizado até 31 de março de 2016 (R\$ 1.787.659 em 31 de dezembro de 2015), quantia que representa a diferença entre a correção anual e a correção mensal do Contrato de Financiamento.

Em novembro de 2002, em decisão de primeira instância, a 5ª Vara Cível não acolheu os argumentos da controlada Eletropaulo e a manteve como parte do processo, sendo que desta decisão foi apresentado Recurso perante o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ).

Em setembro de 2003 o TJRJ acolheu todos os argumentos levados pela controlada Eletropaulo, acabando por reconhecer, com base no Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal, que a controlada Eletropaulo não seria responsável pela quitação do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986, já que o passivo por ele representado teria sido vertido à EPTE, empresa incorporada pela CTEEP.

Tendo em vista a decisão que lhes foi desfavorável, a Eletrobrás em dezembro de 2003, e a CTEEP em março de 2004, apresentaram Recursos ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Supremo Tribunal Federal (STF) com vistas a reformar a decisão do TJRJ.

## Notas Explicativas

Sem adentrar nos méritos dos processos ou nas disposições do Contrato de Financiamento, em junho de 2006 o STJ reverteu a decisão que eximia a controlada Eletropaulo de qualquer responsabilidade pelos débitos discutidos no processo e, a excluía da relação litigiosa. De acordo com a mencionada Corte Superior, o litígio entre as partes requer ampla dilação probatória e a apreciação de questões através de procedimento que não a Exceção de Pré-Executividade interposta e, por tal motivo, o processo deveria retornar à primeira instância (5ª Vara Cível) para uma completa análise das questões que envolvem as três empresas (controlada Eletropaulo, CTEEP e Eletrobrás), o Contrato de Financiamento e o Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal.

Contra esta decisão perante o STJ foram apresentados, em dezembro de 2006, “Embargos de Declaração” e, em abril de 2007, “Embargos de Divergência” e “Recurso Extraordinário”, sendo que todos os recursos foram decididos contra a controlada Eletropaulo.

Tendo sido apresentados todos os recursos cabíveis, tanto no STJ como no STF, e não cabendo qualquer outra medida, o processo foi devolvido à primeira instância (5ª Vara Cível).

Paralelamente, em fevereiro de 2008, a CTEEP ajuizou Ação Ordinária contra a controlada Eletropaulo e a Eletrobrás perante a 5ª Vara Cível, sendo que o referido processo visa à obtenção de decisão que reconheça a CTEEP como não responsável pelo pagamento de qualquer quantia que esteja sendo cobrada pela Eletrobrás em virtude das ações que tiveram por objeto a discussão dos termos do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986. Em setembro de 2008, a controlada Eletropaulo apresentou sua defesa, sendo que tal demanda no momento se encontra suspensa para análise de questões referentes ao local correto para julgamento do feito.

No dia 17 de abril de 2009, com base no Código de Processo Civil Brasileiro (CPC), a Eletrobrás solicitou que seja iniciado o procedimento judicial de “Liquidação de Sentença por Arbitramento” perante a 5ª Vara Cível, procedimento este que visa auferir o valor em discussão através de trabalho a ser realizado por perito judicial.

Em 26 de maio de 2009, a controlada Eletropaulo apresentou manifestação concordando com a apuração de valores através de cálculos por Liquidação de Sentença, mas ressalvando que neste processo a forma mais adequada para apuração de valores seria a Liquidação de Sentença por Artigos, e não por Arbitramento, como sugerido pela Eletrobrás, na medida em que diversos dos pontos do Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal devem ser analisados em sua plenitude, já que não foram observados pela sentença de 1999, em especial toda e qualquer questão relativa a qual das empresas cindidas (controlada Eletropaulo e/ou CTEEP) cabe a responsabilidade pelo pagamento.

## Notas Explicativas

Em 25 de fevereiro de 2010 a D. Juíza da 5ª Vara Cível acolheu o pedido de Liquidação de sentença por Arbitramento, sendo que em vista dos termos da mencionada decisão, a controlada Eletropaulo apresentou Embargos de Declaração à 5ª Vara Cível postulando que a Liquidação de Sentença seja processada na modalidade de Artigos, e a Eletrobrás apresentou impugnação à nomeação do perito, sendo que ambos foram rejeitados pela D. Juíza da 5ª Vara Cível em 4 de março de 2010.

Contra a rejeição de seu recurso, em 31 de março de 2010, a controlada Eletropaulo apresentou Agravo de Instrumento perante o TJRJ, o qual foi acolhido em 15 de abril de 2010, para determinar a ampla produção de provas acerca dos fatos que norteiam a responsabilidade pelo pagamento do débito, restando decidido que a Liquidação de Sentença seja processada na modalidade de Artigos, conforme requerido pela controlada Eletropaulo.

Em 28 de abril de 2010, a Eletrobrás apresentou recurso perante TJRJ objetivando o reconhecimento da suspeição do perito, sendo tal recurso reconhecido como prejudicado pelo TJRJ em 14 de maio de 2010, em virtude da decisão que acolheu o recurso apresentado pela controlada Eletropaulo. Isso se deu em virtude do fato de que o procedimento de liquidação de sentença deverá ser reiniciado perante a 5ª Vara Cível.

Em março de 2011 a controlada Eletropaulo tomou conhecimento que, em 6 de dezembro de 2010, a Eletrobrás teria solicitado a iniciação do processo de liquidação e que por tal motivo, o processo teria sido submetido à análise da 5ª Vara Cível.

Em julho de 2011 a 5ª Vara Cível determinou que a controlada Eletropaulo e a CTEEP apresentassem suas respostas ao pedido de início da liquidação por artigos, o que foi respondido pela controlada Eletropaulo em 10 de agosto 2011 e pela CTEEP em 26 de julho de 2011.

Em dezembro de 2012, foi proferida decisão de 1ª instância julgando antecipadamente a liquidação por artigos, atribuindo à controlada Eletropaulo a responsabilidade pelo pagamento do saldo de correção monetária, referente ao contrato de financiamento ECF 1.046/1986, firmado com a Eletrobrás. Tal decisão não considerou a ordem para que fosse realizado o procedimento de liquidação da sentença com ampla produção de provas, do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), bem como desconsiderou o pedido de produção de provas apresentado pelas partes.

Contra a decisão acima referida, em 7 de janeiro de 2013, a controlada Eletropaulo apresentou recurso ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, pedindo a imediata suspensão da execução, bem como a posterior anulação da decisão, para que seja determinada a realização de ampla produção de provas, inclusive pericial.

## Notas Explicativas

Em 21 de janeiro de 2013, tornou-se pública a liminar concedida pelo Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (“Liminar”), acatando pedido preliminar do recurso interposto pela controlada Eletropaulo contra a decisão proferida em 12 de dezembro de 2012, pela 5ª Vara da Comarca do Rio de Janeiro. Com a concessão da Liminar, o procedimento de primeira instância ficou suspenso, aguardando o julgamento do recurso apresentado pela controlada Eletropaulo.

Em 7 de fevereiro de 2013, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro deu provimento integral ao recurso da controlada Eletropaulo, anulando integralmente a decisão de 1ª instância que atribuiu à controlada Eletropaulo a responsabilidade pelo pagamento do débito, confirmando sua decisão anterior que suspendeu os procedimentos da execução. Não houve a interposição de recursos pela Eletrobrás e pela CTEEP contra esta decisão.

O processo foi retomado em 1ª instância para que se prossiga com a análise das questões técnicas e jurídicas, assim como realização de perícia contábil. Em 20 de fevereiro de 2014, foi nomeado o perito judicial, tendo sido as partes intimadas a apresentar seus quesitos e indicação de assistente técnico, o que foi feito pela controlada Eletropaulo em março de 2014. Em 28 de março de 2014, a CTEEP indicou seu assistente técnico e apresentou seus quesitos a serem respondidos pelo perito judicial. Em 6 de setembro de 2014, o perito judicial apresentou petição aceitando a nomeação, assim como sua proposta de honorários (os quais deverão ser depositados pela Eletrobrás). Em 23 de outubro de 2014, considerando que todas as partes concordaram com a proposta de honorários do perito judicial, o juiz ordenou que fosse realizado o depósito do valor, a ser feito pela Eletrobrás em uma conta judicial, a fim de iniciar a perícia judicial. Em 24 de novembro de 2014, a Eletrobrás protocolou petição comprovando o depósito do valor dos honorários periciais. Em 27 de novembro 2014, o perito contábil retirou os autos. O início dos trabalhos do perito ocorreu em fevereiro de 2015.

Em 17 de setembro de 2015 foi divulgado laudo pericial contábil, que, apesar de reconhecer as premissas técnicas defendidas pela controlada Eletropaulo, emite opinião no sentido de que a responsabilidade pelo pagamento da diferença de correção do saldo do empréstimo teria ficado com a controlada Eletropaulo. Em relação ao laudo, a controlada Eletropaulo apresentou em 30 de setembro de 2015 seu parecer técnico, bem como submeteu novos questionamentos ao perito judicial. O juiz decidirá se o perito deverá responder os quesitos suplementares da controlada Eletropaulo. Na hipótese do juiz determinar que o perito responda aos questionamentos suplementares, este tem a prerrogativa de alterar a conclusão do laudo anterior. Após essa etapa, o juiz, a seu critério, poderá designar audiência para questionamento de testemunhas, do próprio perito e dos respectivos assistentes técnicos das partes. Após a produção de todas as provas, o juiz deverá proferir decisão de mérito declarando a parte responsável pelo pagamento da dívida.

## Notas Explicativas

Encerrado o Procedimento Judicial de Liquidação de Sentença, e se forem apurados valores a serem pagos pela controlada Eletropaulo, a Eletrobrás poderá reiniciar o processo de execução contra a controlada Eletropaulo, sendo que, quando tal fato acontecer, para que a controlada Eletropaulo possa se defender, será necessário apresentar garantia nos termos do Código do Processo Civil Brasileiro.

Ainda de acordo com o disposto no Código do Processo Civil Brasileiro, a Eletrobrás terá o direito de solicitar ao juízo da causa o levantamento da garantia ofertada pela controlada Eletropaulo, mesmo antes da decisão final. Na eventualidade da solicitação da Eletrobrás ser deferida, a controlada Eletropaulo poderá ter um desembolso de caixa e impacto negativo em seu resultado, uma vez que o referido desembolso passará a ser tratado como um ativo contingente em vista da possibilidade de sua recuperação quando da decisão final do mérito da causa.

O escritório responsável mantém inalterada a avaliação de perda, que continua classificada como possível.

Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Eletropaulo terá que desembolsar o valor de R\$ 1.850.061, atualizado até 31 de março de 2016 (R\$ 1.787.659 em 31 de dezembro de 2015).

### 19.2.2 Enquadramento de consumidores – ação civil pública

O Ministério Público Federal e a Pro-Teste ingressaram em 1º de junho de 2005 com uma ação civil pública contra a controlada Eletropaulo e a ANEEL requerendo o enquadramento na sub-classe baixa renda as unidades consumidoras incluídas nos empreendimentos habitacionais de interesse social. O pedido de tutela antecipada para determinar o imediato enquadramento dos mencionados consumidores na sub-classe baixa renda foi indeferido e esta decisão foi objeto de recurso da Pro-Teste para o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, sendo mantida a decisão de indeferimento. Em outubro de 2008 a demanda foi julgada improcedente. Contra a decisão que lhes foi desfavorável, os autores apresentaram recursos perante o Tribunal Regional Federal da 3ª Região. O valor envolvido nesta ação não pode ser estimado, uma vez que se trata de ação civil pública e em sendo alterada o teor da decisão que foi favorável à controlada Eletropaulo, os usuários deverão requerer individualmente o cumprimento e os benefícios decorrentes da decisão. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Eletropaulo terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

## Notas Explicativas

### 19.2.3 Revisão tarifária – exclusão de valores – contratos bilaterais

O Ministério Público Federal, em 5 de dezembro de 2003, instaurou ação civil pública contra a controlada Eletropaulo e a ANEEL visando à desconsideração dos valores do contrato firmado entre a controlada Eletropaulo e a AES Tietê na composição tarifária, bem como o reembolso aos clientes por tarifas supostamente cobradas a maior em 2003. O valor da causa era de R\$ 553, em 30 de setembro de 2007. A liminar foi indeferida e contra esta decisão foi interposto recurso ao Tribunal Regional Federal da 3ª região, ao qual foi negado provimento. Após a apresentação das contestações e consequentes réplicas, a demanda foi julgada improcedente. Em março de 2012, o recurso apresentado pelo Ministério Público Federal foi acolhido para determinar que o processo passe por uma perícia para apurar se houve eventual onerosidade excessiva para os consumidores da controlada Eletropaulo, sendo que contra tal decisão, foi apresentado pedido de esclarecimento, rejeitado em junho de 2012. Em 3 de julho de 2012 a controlada Eletropaulo apresentou recurso ao STJ e STF contra a decisão que reformou a sentença de improcedência da ação. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Eletropaulo terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação, sendo que no presente caso eventuais desembolsos em caso de condenação da controlada Eletropaulo deverão ser requeridos pelos usuários supostamente lesados.

### 19.2.4 Revisão tarifária – inclusão benefício fiscal

Em 16 de novembro de 2004 foi distribuída Ação por conta da análise da Revisão Tarifária de 2003, o Tribunal de Contas da União emitiu parecer desfavorável à ANEEL e à controlada Eletropaulo, fazendo constar em seu acórdão que a controlada Eletropaulo teria sido beneficiada indevidamente em razão da indevida contabilização dos benefícios gerados pelo pagamento de juros sobre capital próprio na composição tarifária. Em vista de tais argumentos, o Ministério Público Federal propôs ação civil pública contra a controlada Eletropaulo e a ANEEL, visando o reconhecimento e consequente extinção do benefício indevidamente gerado, bem como a devolução aos clientes dos valores supostamente cobrados a maior. Com a apresentação de defesa pelas partes requeridas e o encerramento da fase de produção de provas, o processo foi julgado favoravelmente em primeira instância à controlada Eletropaulo, sendo mencionado que não houve qualquer benefício indevido por parte da mesma. Aguarda-se julgamento de recurso apresentado pelo Ministério Público Federal. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Eletropaulo terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

## Notas Explicativas

### 19.2.5 Autuações PCLD – provisão para créditos de liquidação duvidosa

Pela ANEEL foram lavrados dois autos de infração (em 4 de maio de 2000 – AI nº 015/TN170 e em 5 de abril de 2001 – AI 027/TN0336/1) em decorrência da inclusão dos créditos contra o Poder Público na PCLD – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa. A controlada Eletropaulo propôs dois mandados de segurança com o objetivo de anular tais autuações, sendo ambas julgadas improcedentes. Contra tais decisões de primeira instância foram apresentados os recursos cabíveis e com base no critério de cálculo adotado pela ANEEL o valor dessas autuações monta em R\$ 65.337 atualizado até 31 de março de 2016 (R\$ 63.444 em 31 de dezembro de 2015).

AI nº 015/TN170: Em 4 de julho de 2012 sobreveio decisão desfavorável ao recurso interposto pela controlada Eletropaulo no mandado de segurança, sendo proposto um novo recurso de agravo em 6 de julho de 2012, o qual teve provimento negado. Em 23 de agosto de 2013, a controlada Eletropaulo apresentou Recurso Especial ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Recurso Extraordinário ao Supremo Tribunal Federal (STF). Em 10 de setembro de 2013, a controlada Eletropaulo ajuizou duas Medidas Cautelares, com pedido de liminar, perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), visando suspender o processo e a exigibilidade da multa imposta pela ANEEL até julgamento final dos recursos pelo STJ e pelo STF. Em 17 de setembro de 2013, o TRF1 concedeu o efeito suspensivo requerido pela controlada Eletropaulo. Com base nas atualizações feitas a partir do critério de atualização adotado pela ANEEL o valor de tal autuação monta em R\$ 15.785 atualizado até 31 de março de 2016 (R\$ 15.327 em 31 de dezembro de 2015).

AI 027/TN0336/1: Em 27 de agosto de 2013, o recurso da controlada Eletropaulo, apresentado contra a sentença desfavorável de 1ª instância de fevereiro de 2002, foi provido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), cancelando a multa imposta pela ANEEL. Contra a decisão favorável à controlada Eletropaulo, a ANEEL apresentou recurso no TRF1 endereçado ao STJ. Aguarda-se julgamento de admissibilidade do recurso no TRF1. Com base nas atualizações feitas a partir do critério de atualização adotado pela ANEEL o valor de tal autuação monta em R\$ 49.552 atualizado até 31 de março de 2016 (R\$ 48.117 em 31 de dezembro de 2015).

## Notas Explicativas

### 19.2.6 Ação popular – Maruzan Conrado

Em 26 de janeiro de 2006, o Sr. Maruzan Conrado Oliveira, propôs ação popular contra a controlada Eletropaulo, a SABESP, o Município de Taboão da Serra e o Sr. Fernando Fernandes Filho visando a desconstituição do acordo de Reconhecimento, Confissão e Parcelamento de dívida celebrado entre os co-réus, bem como o ressarcimento dos danos que supostamente teriam sido causados ao erário público. Em 8 de abril de 2014, foi proferida sentença favorável à controlada Eletropaulo, julgando a ação improcedente e reconhecendo não ter havido nenhuma irregularidade na celebração do termo de confissão e parcelamento de dívida entre a controlada Eletropaulo e a Prefeitura de Taboão da Serra, em 2004. A sentença de improcedência foi submetida ao reexame necessário e no dia 2 de dezembro de 2015 foi realizada sessão de julgamento na qual restou mantida a sentença favorável à controlada Eletropaulo. Aguarda-se o trânsito em julgado da referida decisão. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Eletropaulo terá que desembolsar o valor de aproximadamente R\$ 36.116 atualizado até 31 de março de 2016 (R\$ 34.341 em 31 de dezembro de 2015).

### 19.2.7 Ecovias – uso do solo

Em 28 de agosto de 2003, a Concessionária Ecovias dos Imigrantes S/A. ajuizou demanda judicial contra a controlada Eletropaulo visando legitimar a cobrança de preço público pelo uso do solo ocupado pelos postes de iluminação, instalados nas faixas de domínio das rodovias por ela administradas, pretendendo também emitir autorização para fixação de postes. A Ecovias teve seu pleito provido parcialmente no STJ em 16 de março de 2012, e contra tal decisão a controlada Eletropaulo já apresentou seu recurso em 22 de março de 2012. Em abril de 2012 a ABRADÉE requereu seu ingresso no processo como parte interessada. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Eletropaulo terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

## Notas Explicativas

### 19.2.8 Ação civil pública – City Boaçava

A Sociedade Amigos do Bairro City Boaçava moveu ação civil pública que visa impedir o reforço na linha de transmissão LTA Pirituba-Bandeirante 3-4, sob a alegação de que as radiações oriundas dos campos eletromagnéticos gerados pela referida linha produzem efeitos danosos aos seres humanos que residem em suas imediações. Foi proferida sentença parcialmente procedente. Contra a mencionada decisão, foi interposto recurso de apelação, o qual foi julgado em desfavor da controlada Eletropaulo. Em vista das questões constitucionais contidas na decisão, foi interposto recurso extraordinário, o qual aguarda julgamento perante o Supremo Tribunal Federal. Em 3 de março de 2011, por conta de um requerimento apresentado pela controlada Eletropaulo, o Supremo Tribunal Federal suspendeu os efeitos da decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo até o julgamento do mérito do recurso apresentado. Em junho de 2011 a ANEEL requereu seu ingresso no processo na qualidade de “*amicus curiae*”. Em setembro de 2011 o Supremo Tribunal Federal reconheceu que a matéria discutida no recurso apresentado pela controlada Eletropaulo é de “Repercussão Geral”, pelo que o ministro relator do caso no STF convocou audiência pública para ouvir o depoimento de pessoas com autoridade e experiência sobre o tema relativo ao campo eletromagnético de linhas de transmissão de energia elétrica. A Audiência Pública foi realizada nos dias 6, 7 e 8 de março de 2013, sendo que 21 participantes prestaram esclarecimentos ao STF sobre diversos assuntos relacionados ao caso. Em 29 de julho de 2014, o Ministério Público Federal apresentou no STF o seu parecer opinando pelo provimento do recurso da controlada Eletropaulo, já que os campos eletromagnéticos gerados pelas linhas de transmissão estão em conformidade com a legislação brasileira e com os limites internacionais recomendados pela Organização Mundial da Saúde (que adota diretrizes da ICNIRP).

Aguarda-se o julgamento do recurso pelo Supremo Tribunal Federal. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Eletropaulo terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

## Notas Explicativas

### 19.2.9 Ação civil pública – suspensão no fornecimento

O Departamento de Assistência Judiciária e Defesa do Consumidor de Santo André, em 6 de janeiro de 2006, ajuizou ação civil pública contra a controlada Eletropaulo objetivando (1) impedir a suspensão do fornecimento de energia elétrica dos usuários do Município de Santo André em virtude da apuração de fraude nas instalações de medição, (2) a declaração de nulidade dos termos de confissão de dívida firmados com os munícipes de Santo André, com a consequente devolução em dobro dos valores eventualmente recebidos indevidamente e, ainda, (3) que no caso de apuração de fraudes, seja a controlada Eletropaulo obrigada a demonstrar a autoria e materialidade das eventuais fraudes apuradas bem como estipular critérios objetivos para sua apuração. Em 22 de setembro de 2010 foi publicada a sentença julgando parcialmente procedente a ação em 1ª instância. Após a interposição de recurso pelas partes, em novembro de 2012 foi proferida decisão pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, dando parcial provimento ao recurso da controlada Eletropaulo, e negando provimento ao recurso do Autor. A controlada Eletropaulo apresentou Recurso Especial e Recurso Extraordinário contra a referida decisão em 4 de abril de 2013. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Eletropaulo terá que desembolsar o valor estimado de aproximadamente R\$ 14.272, atualizado até 31 de março de 2016 (R\$ 16.392 em 31 de dezembro de 2015).

### 19.2.10 Ação civil pública – contas vencidas – 90 dias

Em 15 de abril de 2005, o Ministério Público Federal (MPF) ajuizou ação civil pública contra a controlada Eletropaulo objetivando (1) definir o prazo de prescrição da cobrança de valores referentes a contas de consumo em atraso para 90 dias, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (CDC), (2) também de acordo com o CDC, a restituição em dobro de qualquer quantia que tenha sido erroneamente cobrada de consumidores que assinaram confissões de dívida que eram parcialmente ou totalmente compostas de débitos de terceiros (ex-proprietários, inquilinos ou ocupantes), e, por fim, (3) que a ANEEL fiscalize o cumprimento de tais determinações pela controlada Eletropaulo. Pela 1ª Instância foi proferida sentença parcialmente procedente, e contra tal decisão a controlada Eletropaulo apresentou recurso perante o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, contra a sentença de mérito em 1ª instância que determinou o reembolso dos valores erroneamente cobrados de consumidores que assinaram Termos de Confissão de Dívida (TCD's) relativos a débitos de terceiros, o qual aguarda julgamento.

## Notas Explicativas

Com relação ao cumprimento da parte da sentença que determina a identificação dos consumidores porventura atingidos pela decisão e a quantificação do valor envolvido na demanda judicial, em 9 setembro de 2014, foi proferida decisão dando por encerrada a execução provisória requerida pelo Ministério Público federal, para que fosse feita a identificação de consumidores que assinaram TCD's. Em 15 de junho de 2015, os Embargos de Declaração opostos pelo Ministério Público Federal foram parcialmente acolhidos pelo Juízo de primeira instância para considerar satisfeita a execução provisória da sentença (identificação, pela controlada Eletropaulo, dos TCD's declarados nulos) e incabível a multa diária de R\$ 10, uma vez que o próprio MPF havia concordado com a dilação do prazo para o cumprimento da execução provisória. De acordo com o levantamento concluído na execução provisória, foram identificados 3.211 TCD's, relativos a consumidores que não assumem a responsabilidade débitos de terceiros, no montante total de R\$ 6.430. Em 11 de setembro de 2015 a Sexta Turma do TRF – 3ª Região negou provimento ao recurso da controlada Eletropaulo - contra a sentença de mérito em 1ª instância que determinou o reembolso dos valores erroneamente cobrados de consumidores que assinaram TCD's relativos a débitos de terceiros - e dado provimento ao recurso do MPF para majorar a condenação à restituição em dobro da quantia que tenha sido erroneamente cobrada de consumidores que assinaram confissões de dívida parcialmente ou totalmente compostas de débitos de terceiros. Em 29 de setembro de 2015, a controlada Eletropaulo apresentou Embargos de Declaração ao TRF 3ª Região, que foram negados em 10 de dezembro de 2015. No dia 21 de janeiro de 2016, a controlada Eletropaulo interpôs Recursos Especial e Extraordinário contra a decisão. O escritório responsável mantém como possível a possibilidade de perda para o caso.

Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Eletropaulo terá impacto em suas operações, bem como terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação.

### **19.2.11 Recolhimentos do FGTS – fundo de garantia por tempo de serviço**

Em novembro de 1998 foram lavradas pela Caixa Econômica Federal três notificações relativas a suposta falta de recolhimento de FGTS durante o período de janeiro de 1993 a setembro de 1998 no valor de R\$ 86.116 atualizado até 31 de março de 2016 (R\$ 85.205 em 31 de dezembro de 2015). Após a apresentação dos competentes recursos, em março de 2007, houve decisão desfavorável no âmbito administrativo e a consequente inscrição deste débito em Dívida Ativa da União. Diante disso, por entender como infundada a cobrança pretendida, a controlada Eletropaulo ajuizou uma Ação Cautelar para, diante da apresentação de uma Carta de Fiança, suspender o débito até que o mérito da discussão seja julgado. Em setembro de 2014 foi proferida decisão de 1ª instância julgando parcialmente procedente o pedido (cancelamento parcial do débito em R\$ 15.458). Interposto recurso de apelação, o qual encontra-se pendente de julgamento.

## Notas Explicativas

### 19.2.12 PASEP – suspensão de exigibilidade

Em novembro de 2006 a controlada Eletropaulo ajuizou Ação Cautelar a fim de suspender a exigibilidade dos débitos de PASEP relativos ao período de janeiro de 1985 a junho de 1988, no valor de R\$ 40.542 atualizado até 31 de março de 2016 (R\$ 40.373 em 31 de dezembro de 2015), o que foi concedido mediante a apresentação de Carta de Fiança. A cobrança tem fundamento no fato de que com a instituição do Decreto-Lei nº 2052/1983, a controlada Eletropaulo teria passado a se enquadrar e subordinar às normas aplicáveis ao PASEP e não ao PIS. Tendo em vista a decisão desfavorável em 1ª Instância, a controlada Eletropaulo apresentou recurso, o qual ainda aguarda julgamento.

### 19.2.13 Notificação Fiscal de Lançamento de Débitos (NFLD's) – execuções fiscais

Notificações Fiscais de Lançamento de Débitos Previdenciários (NFLD's) – Tratam-se de três Execuções Fiscais promovidas pelo INSS contra a controlada Eletropaulo. Em suma, as discussões versam sobre a possível incidência da Contribuição Previdenciária sobre diferentes verbas de cunho não remuneratório. Duas Execuções Fiscais tiveram decisão de 1ª instância desfavorável e no momento aguarda-se decisão de 2ª instância, a terceira aguarda-se decisão de 1ª instância. Em março de 2016, após a atualização da opinião legal emitida pelo escritório que patrocina o processo, duas NFLD's que antes eram classificadas com probabilidades de perda prováveis, foram reclassificadas para possíveis em virtude de reiteradas decisões favoráveis a tese proferidas pelo Superior Tribunal de Justiça- STJ. Assim, foram acrescidos R\$ 15.630 ao montante total da discussão, o qual, atualizado até 31 de março de 2016, totaliza o montante de R\$ 48.339 (R\$ 32.408 em 31 de dezembro de 2015).

## Notas Explicativas

### 19.2.14 CSLL – base negativa

Em novembro de 2007, a controlada Eletropaulo ajuizou Ação Declaratória visando afastar a aplicação da MP nº 2.158/2001, que determinou que as empresas decorrentes de cisão parcial somente poderiam aproveitar os créditos de base negativa de CSLL na exata proporção do patrimônio líquido da empresa cindida. A controlada Eletropaulo insurge-se contra a aplicação desta regra, pois quer que seja respeitada proporção definida no protocolo de cisão, que é anterior à publicação da mencionada MP. A diferença entre os percentuais de saldo credor perfaz o montante de R\$ 132.399 atualizado até 31 de março de 2016 (R\$ 130.463 em 31 de dezembro de 2015). Em março de 2007, foi proferida decisão de 1ª instância favorável aos interesses da controlada Eletropaulo. Em setembro de 2015, foi proferida decisão de 2ª instância que negou provimento ao recurso de apelação interposto pela União Federal. Em outubro de 2015, a União Federal opôs Embargos de Declaração, os quais se encontram pendentes de julgamento. Apesar desta decisão, que suspende a exigibilidade do débito, em setembro de 2010, a Receita Federal lavrou Auto de Infração e proferiu um Despacho Decisório em face da controlada Eletropaulo exigindo valores de CSLL compensados nos 3º e 4º trimestres de 2005 e nos anos de 2006 e 2007. Em julho de 2012, houve decisão de 1ª instância desfavorável para a controlada Eletropaulo. Foi apresentado Recurso Voluntário, o qual teve decisão parcialmente favorável à controlada Eletropaulo. Em dezembro de 2014, foi mantida a decisão parcialmente favorável que cancelou a cobrança da multa isolada (R\$ 22.328 em valores históricos), mantendo a autuação com relação ao principal, multa de ofício e SELIC (R\$ 65.122 – em valores históricos). Como não há mais a possibilidade de recurso administrativo, a parte desfavorável da autuação permanece em discussão na ação ordinária, cujo prognóstico permanece inalterado.

### 19.2.15 Execuções fiscais municipais – diversas

A controlada Eletropaulo possui diversas Execuções Fiscais ajuizadas pelas Municipalidades de sua área de concessão, exigindo basicamente débitos de IPTU, Multas Posturais e ISS. O total dos débitos classificados como perda possível é de R\$ 115.814 atualizado até 31 de março de 2016 (R\$ 108.122 em 31 de dezembro de 2015). A maior parte deste montante (R\$ 94.482) refere-se a sete Execuções Fiscais dos municípios de Itapevi e Jandira, onde são exigidas multas pela não apresentação de laudos técnicos para cada ativo instalado no município.

## Notas Explicativas

### 19.2.16 PIS – Decretos-Lei nºs 2.445/1988 e 2.449/1988

Em julho de 2000, a controlada Eletropaulo ajuizou Ação Judicial visando o reconhecimento dos créditos de PIS decorrentes do pagamento a maior efetuado durante a vigência dos mencionados Decretos, que haviam sido julgados inconstitucionais pelo STF. Em maio de 2012, a controlada Eletropaulo obteve decisão definitiva favorável reconhecendo o direito ao mencionado crédito. Contudo, há em trâmite cinco Execuções Fiscais que visam a cobrança dos débitos compensados pela controlada Eletropaulo em 2002. Como tais débitos foram compensados com os créditos já reconhecidos pela decisão definitiva mencionada acima, eventual exposição da controlada Eletropaulo cinge-se à multa de mora de 20% aplicáveis aos débitos compensados, o que perfaz em 31 de março de 2016 o montante de R\$ 49.394 (R\$ 49.394 em 31 de dezembro de 2015). O montante não sofre atualização pois refere-se somente à multa de mora de 20%, aplicada sobre os débitos compensados de PIS.

### 19.2.17 PIS – Estatuto da decadência

Trata-se de Execução Fiscal visando a cobrança de supostos débitos de PIS no valor de R\$ 223.159 atualizado até 31 de março de 2016 (R\$ 221.294 em 31 de dezembro de 2015) decorrentes da aplicação das normas impostas pela MP 1.407/1996. Em oposição a esta cobrança, a controlada Eletropaulo apresentou defesa sustentando a decadência do direito ao Fisco exigir estes valores em função do tempo decorrido entre os fatos geradores e a devida constituição do débito tributário, que teria tardado mais de cinco anos. Decisões desfavoráveis em 1ª e 2ª instância. Em maio de 2015, foram opostos embargos de declaração, os quais não foram providos. Em setembro de 2015, a controlada Eletropaulo interpôs recursos especial e extraordinário, os quais se encontram pendentes de julgamento.

## Notas Explicativas

### 19.2.18 Ação Civil Pública – restabelecimento de energia elétrica

O Estado de São Paulo e a Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON ajuizaram ação civil pública em 22 de junho de 2011 contra a controlada Eletropaulo, perante a Justiça Estadual do Estado de São Paulo, com fundamento na interrupção no fornecimento de energia no período entre os dias 7 e 9 de junho de 2011, quando a cidade de São Paulo foi atingida por um ciclone extratropical agravado por intensas chuvas. Após ser citada dos termos da ação e da liminar concedida, a controlada Eletropaulo apresentou recurso perante o Superior Tribunal de Justiça, o qual determinou a suspensão da liminar concedida pelo TJSP. Contra a decisão do STJ, o PROCON apresentou recurso que restou rejeitado pelo próprio STJ em dezembro de 2011. Na ação civil pública, a controlada Eletropaulo apresentou sua contestação em 14 de outubro de 2011, tendo o caso sido enviado à Justiça Federal após ter sido admitido o ingresso da ANEEL no processo, onde aguarda julgamento. Em 20 de março de 2014, a ação foi julgada parcialmente procedente em 1ª instância, condenando a controlada Eletropaulo ao pagamento de danos morais coletivos no valor de R\$ 2.000, a ser revertido ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos. A controlada Eletropaulo e a ANEEL apresentaram recurso de apelação a fim de afastar a condenação. Desde 1º de setembro de 2015, o processo está concluso para Julgamento com a Desembargadora Relatora, sem que, no entanto, nenhuma decisão tenha sido emitida até a data de encerramento destas informações trimestrais. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Eletropaulo terá que desembolsar o valor de R\$ 3.994, atualizado até 31 de março de 2016 (R\$ 3.798 em 31 de dezembro de 2015).

### 19.2.19 FINSOCIAL

Em julho de 2012 a controlada Eletropaulo foi intimada por dois Despachos Decisórios que homologaram parcialmente as compensações realizadas com créditos de FINSOCIAL. Vale ressaltar que tais créditos decorrem de uma decisão judicial definitiva que o reconheceram, permanecendo a discussão somente com relação ao seu montante. O valor da parcela ainda não homologada é de R\$ 188.486 atualizado até 31 de março de 2016 (R\$ 185.021 em 31 de dezembro de 2015). Em abril de 2013, houve decisão de 1ª instância desfavorável para a controlada Eletropaulo, da qual foi apresentado Recurso Voluntário. No momento, aguarda-se decisão sobre o recurso apresentado.

### 19.2.20 COFINS – anistia

Ação Judicial proposta pela controlada Eletropaulo em face da Fazenda Nacional visando o reconhecimento dos valores pagos a título de COFINS, considerando as reduções de multa e juros garantidas pela anistia prevista na Lei nº 9.779/1999. Em maio de 2012, houve decisão de 2ª Instância reconhecendo o direito às reduções trazidas pela anistia. Contudo, no teor desta mesma decisão, foi proferido o entendimento de que os encargos legais de 20% sobre o valor do débito não teriam sido afastados pela anistia, permanecendo, portanto, a exigência com relação a este montante, que perfaz o valor de R\$ 150.172 atualizado até 31 de março de 2016 (R\$ 149.061 em 31 de dezembro de 2015).

## Notas Explicativas

### 19.2.21 Ações Anulatórias – multas de trânsito

A controlada Eletropaulo é atualmente autora de 16 Ações Anulatórias de Multas de Trânsito, ajuizadas contra a Prefeitura do Município de São Paulo, visando liminarmente a suspensão e ao final da ação o cancelamento de multas relacionadas a: (i) Rodízio Municipal de Veículos; (ii) Zona Máxima de Restrição de Circulação de caminhões; e (iii) Não Indicação de Condutor correlatas. O valor total em discussão nas ações anulatórias atualizado até 31 de março de 2016 é de R\$ 71.084 (R\$ 68.616 em 31 de dezembro de 2015).

### 19.2.22 COFINS – Multa de Ofício

Auto de infração lavrado para exigir crédito tributário relativo a COFINS (período de apuração compreendido entre abril de 1992 a março de 1993), acrescido de multa de ofício calculada no percentual de 100% e juros com base na SELIC. No exclusivo entendimento da Receita Federal do Brasil, a multa de ofício se justifica pelo fato dos créditos de COFINS terem sido recolhidos por meio da Anistia Fiscal instituída pela MP 2158/1999 (mencionada na nota explicativa nº 19.2.20) e não no prazo original do pagamento do tributo. Em 31 de outubro de 2011 foi proferida decisão de 2ª instância desfavorável. A controlada Eletropaulo obteve decisão desfavorável em 1ª instância e parcialmente desfavorável em 2ª instância administrativa. Em janeiro de 2015 a controlada Eletropaulo foi intimada de decisão que negou seguimento ao recurso especial ao CARF. Assim, tornou-se definitiva a decisão que reduziu a multa de ofício de 100% para 75%, bem como excluiu a incidência da SELIC sobre tais valores. Como não há mais a possibilidade de recurso, o débito foi reduzido de R\$ 221.631 para R\$ 58.988. Em abril de 2015 foi ajuizada ação cautelar preparatória de execução fiscal para possibilitar a garantia do débito e a consequente suspensão da exigibilidade. O mérito do processo será discutido nos autos da futura execução fiscal a ser proposta pela Receita Federal. O valor atualizado até 31 de março de 2016 é de R\$ 58.988 (R\$ 58.988 em 31 de dezembro de 2015).

### 19.2.23 PIS Compensações Decretos (Créditos Remanescentes)

Em 8 de agosto de 2014, a controlada Eletropaulo foi intimada pela Receita Federal sobre a não homologação de compensações administrativas realizadas entre créditos remanescentes de PIS recolhidos a maior com base nos Decretos Leis nº 2.445/1988 e 2.449/1988, e débitos de PIS e COFINS relativos ao período compreendido entre abril e maio de 2013. Em 8 de setembro de 2014 foi apresentada defesa administrativa, a qual se encontra pendente de julgamento. O valor atualizado até 31 de março de 2016 é de R\$ 130.326 (R\$ 126.582 em 31 de dezembro de 2015).

## Notas Explicativas

### 19.2.24 Devolução tarifária – Base blindada

Em 21 de novembro de 2012, foi aberto processo para que fossem examinados determinados ativos pertencentes à base blindada da Base de Remuneração Regulatória da controlada Eletropaulo e eventual sobreavaliação de ativos e possível devolução de valores cobrados em excesso de consumidores. Em 18 de fevereiro de 2013 foi nomeado o Diretor Relator para o referido processo. Em novembro de 2013, ANEEL notificou a controlada Eletropaulo para apresentação de manifestação referente ao referido processo específico para questão de saber se é devido o recálculo das tarifas praticadas pela controlada Eletropaulo antes da data da sua terceira revisão tarifária periódica, para eventual desconto e restituição de parcelas de amortização e depreciação associadas a ativo possivelmente inexistente (246.474,87 metros de Cabo AL Nu CAA 1272 MCM). A controlada Eletropaulo apresentou manifestação e, em 17 de dezembro de 2013, a Diretoria da ANEEL, por meio do Despacho ANEEL nº 4.259/2013, decidiu pelo recálculo das tarifas praticadas pela controlada Eletropaulo no período de julho de 2007 a julho de 2011, representando o valor de R\$ 626.052, devendo o mesmo ser corrigido por IGP-M a partir de 1º de dezembro de 2013 até a data de início da devolução, a qual seria feita por meio de componente financeiro negativo, diferido em até 4 eventos tarifários, a partir de julho de 2014 (“Decisão”).

Após a publicação da Decisão, que ocorreu no dia 27 de dezembro de 2013, a controlada Eletropaulo apresentou pedido de reconsideração administrativo à ANEEL, requerendo ainda a suspensão dos efeitos da Decisão até que o pedido de reconsideração apresentado fosse analisado pela ANEEL.

Em 28 de janeiro de 2014, por meio de despacho, o Diretor Geral da ANEEL negou o pedido da controlada Eletropaulo para que fossem suspensos os efeitos da Decisão. Contra este ato, a controlada Eletropaulo interpôs, também em 28 de janeiro de 2014, perante a Justiça Federal de Brasília, um mandado de segurança com pedido de liminar, para que a Justiça determinasse a suspensão dos efeitos da Decisão até que o pedido de reconsideração fosse julgado pela ANEEL. Em 29 de janeiro de 2014, foi deferida liminar em favor da controlada Eletropaulo suspendendo os efeitos da Decisão até que a ANEEL julgasse o pedido de reconsideração. Em 3 de fevereiro de 2014 foi nomeado o Diretor Relator do Pedido de Reconsideração interposto pela controlada Eletropaulo junto à ANEEL.

Em 1º de julho de 2014, a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em reunião pública da sua Diretoria deliberou o pedido de reconsideração da controlada Eletropaulo sobre análise da procedência do recálculo das tarifas praticadas pela controlada Eletropaulo antes da data da sua 3RTP (Processo nº 48500.006159/2012-75 – “Processo Específico”), para eventual desconto e restituição de parcelas de remuneração e depreciação associadas a ativo possivelmente inexistente e decidiu pela manutenção da decisão tomada em dezembro de 2013.

Em 3 de julho de 2014 a ANEEL, mediante o Despacho ANEEL nº 2.176/2014, decidiu pela devolução de 50% das parcelas de remuneração e depreciação associadas a ativo possivelmente inexistente no valor de R\$ 325.543 gerando um impacto de -3,30% no reajuste total de 2014.

## Notas Explicativas

Na mesma data, a controlada Eletropaulo ingressou com o novo pedido de reconsideração, requerendo a revisão da decisão na parte em que não acolheu o pedido subsidiário de recálculo tarifário considerando o subdimensionamento de outros ativos de serviço existentes.

Ainda, em 3 de julho de 2014, a controlada Eletropaulo requereu ao Juízo do Mandado de Segurança a extensão da medida liminar que havia suspenso os efeitos da Decisão proferida em dezembro de 2013 até o julgamento definitivo do novo pedido de reconsideração realizado pela controlada Eletropaulo no processo administrativo nº 48500.006159/2012-75.

Em 9 de julho de 2014, o Juízo do Mandado de Segurança determinou a extensão da medida liminar deferida anteriormente até o julgamento final do novo pedido de reconsideração realizado pela controlada Eletropaulo no Processo nº 48500.006159/2012-75, restando desta forma suspensos os efeitos da decisão proferida pela ANEEL no dia 1º de julho de 2014.

Em 16 de julho de 2014, o Diretor Geral da ANEEL, monocraticamente, negou conhecimento ao novo pedido de reconsideração protocolado pela controlada Eletropaulo em 3 de julho de 2014, sob o fundamento de que a discussão na esfera administrativa se encontrava exaurida.

Em 18 de julho de 2014, a controlada Eletropaulo interpôs recurso na ANEEL (agravo), alegando que o pedido de reconsideração deveria ser julgado pela Diretoria da ANEEL e que diante do fato do processo administrativo não estar concluído, a medida liminar obtida no Mandado de Segurança permanece surtindo seus efeitos.

Em 12 de agosto de 2014, a Diretoria da ANEEL negou provimento ao recurso de agravo da controlada Eletropaulo, confirmando o encerramento da discussão da matéria na esfera administrativa.

Em 19 de agosto de 2014, a controlada Eletropaulo propôs perante a Justiça Federal de Brasília Ação Ordinária em face da ANEEL, com pedido de antecipação de tutela para sustar os efeitos do Despacho ANEEL nº 4.259/2013, confirmado pelo Despacho ANEEL nº 2.176/2014. A tutela antecipada foi indeferida.

A controlada Eletropaulo interpôs recurso de Agravo de Instrumento (“Agravo”) perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (“TRF1”). Em 9 de setembro de 2014, a controlada Eletropaulo obteve decisão liminar no Agravo para que a ANEEL efetuasse o recálculo das tarifas sem o componente financeiro negativo constante nos Despachos ANEEL nº 4.259/2013 e 2.176/2014 até o julgamento do mérito do recurso.

Em 25 de setembro de 2014, a ANEEL apresentou petição apontando dificuldades no cumprimento da medida liminar em razão da necessidade da observância de procedimento interno complexo e postulou a suspensão do cumprimento da decisão até o julgamento do Agravo.

## Notas Explicativas

Em 6 de outubro de 2014, o Desembargador Relator não revogou a liminar favorável à controlada Eletropaulo, porém suspendeu o cumprimento da liminar até o julgamento do Agravo no TRF1. Portanto, a liminar permaneceu vigente e apenas o seu cumprimento foi suspenso.

Em 13 de outubro de 2014, teve início o julgamento do Agravo, sendo proferido, inicialmente, voto favorável pelo Desembargador relator do Agravo e posteriormente o julgamento foi suspenso uma vez que o Desembargador revisor pediu vista dos autos. O julgamento prosseguirá com o voto do Desembargador revisor e mais um voto de outro Desembargador (o julgamento é realizado por três Desembargadores) em data ainda a ser definida.

Em 18 de dezembro de 2014, os efeitos da liminar foram reestabelecidos pelo Desembargador relator do Agravo no TRF1.

Em 7 de janeiro de 2015, a ANEEL ajuizou perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ) um pedido de Suspensão Liminar de Segurança (SLS) visando suspender a liminar em vigor, deferida pelo TRF1.

Em 8 de janeiro de 2015, a ANEEL publicou o novo índice de Reajuste Tarifário, que exclui o componente financeiro de -3,30 p.p..

Em 16 de janeiro de 2015, o Presidente em exercício do Superior Tribunal de Justiça indeferiu a liminar pleiteada pela ANEEL.

Em 10 de fevereiro de 2015, a ANEEL interpôs recurso contra a decisão do Presidente do STJ.

Em 13 de fevereiro de 2015, a controlada Eletropaulo apresentou suas contrarrazões.

Em 20 de maio de 2015, o STJ rejeitou o recurso interposto pela ANEEL que visava revogar a liminar em favor da controlada Eletropaulo.

A controlada Eletropaulo, fundamentada em avaliação jurídica preparada por seus assessores legais externos e com base na liminar vigente, classifica o risco de perda como possível nesta discussão e entende que tem bons argumentos para sustentar as suas posições na esfera judicial, sendo certo que buscará ver o seu direito garantido ativamente.

Baseada na análise jurídica do assunto e liminar vigente, conforme acima descrito, o passivo não foi constituído. Em 31 de março de 2016, o valor atualizado da devolução tarifária em discussão é de R\$ 743.247.

Conforme Resolução Homologatória da ANEEL nº 1.844, de 5 de janeiro de 2015, foi mantida a decisão judicial que determinou a exclusão da tarifa do componente financeiro negativo de 3,30%. O montante de R\$ 162.772, anteriormente restituído aos consumidores, foi revertido à controlada Eletropaulo por meio da Revisão Tarifária de 2015 (vide nota explicativa nº 31.4 (b.4)). Considerando a atualização pela variação do IGP-M no período, foi revertido o montante de R\$ 172.634, que está sendo recebido via faturamento no ciclo tarifário atual.

## Notas Explicativas

Desta forma, considerando o valor já restituído e ainda não recebido pela controlada Eletropaulo, o valor em discussão em 31 de março de 2016 é de R\$ 700.088 (R\$ 635.516 em 31 de dezembro de 2015).

### 19.2.25 Auto de Infração nº 1014/2015

Em 8 de janeiro de 2015 a controlada Eletropaulo recebeu o Termo de Notificação (TN) nº 73/2014 da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira (“SFF”), através do qual a ANEEL alega que a controlada Eletropaulo teria descumprido o item 6.3.22 – Provisões para Contingências, constante do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSPEE, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001 e alterações posteriores.

O referido TN determinou, ainda, que a controlada Eletropaulo procedesse ao registro contábil em seus demonstrativos regulatórios do mês de dezembro de 2014, do montante do componente financeiro negativo de R\$ 626.052 e suas atualizações, correspondente à importância que a ANEEL, no âmbito administrativo, entendeu que deveria ser restituída aos consumidores da área de concessão da distribuidora (vide nota explicativa nº 19.2.24).

Para emitir as determinações mencionadas acima, a fiscalização utilizou como fundamento as normas contábeis acima apontadas e o entendimento exposto pela Procuradoria Federal da ANEEL nos Pareceres nº 622 e nº 623, ambos de 2013.

Em 23 de janeiro de 2015 a controlada Eletropaulo, tempestivamente, protocolou Manifestação ao Termo de Notificação nº 73/2014, esclarecendo os pontos a seguir:

- (a) A Administração da controlada Eletropaulo, com base em opinião de seus assessores legais, avaliou a probabilidade de perda da discussão como “possível”;
- (b) Segundo as instruções do próprio Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, é a Administração da controlada Eletropaulo quem deve exercer seu julgamento com base em opinião de seus assessores legais e não com base na opinião da Procuradoria Federal da ANEEL;
- (c) Ainda segundo as instruções do próprio Manual, os casos avaliados como de perda possível devem ser apenas divulgados em notas explicativas, não sendo aplicável o seu registro como passivo.

Tendo em vista os esclarecimentos acima, bem como seu entendimento quanto à correta aplicação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, a controlada Eletropaulo solicitou o arquivamento do TN nº 73/2014, nos termos do artigo 20, §1º, da REN nº 63/2004.

## Notas Explicativas

Em 5 de maio de 2015 a controlada Eletropaulo recebeu o Auto de Infração nº 1014/2015-SFF emitido pela ANEEL no montante de R\$ 160.691, atualizado até 31 de março de 2016 (R\$ 155.626 em 31 de dezembro de 2015), em função de seu entendimento de que a controlada Eletropaulo descumpriu o Termo de Notificação supracitado.

A Administração da controlada Eletropaulo mantém seu entendimento de que seguiu as regras estabelecidas pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSPEE, e, portanto, tomará todas as medidas cabíveis nas esferas administrativas e judiciais, se necessário, buscando o cancelamento do referido Auto de Infração.

Tendo em vista a avaliação de seus advogados quanto às chances de perda na discussão do Auto de Infração ser possível, nenhuma provisão foi constituída.

### **19.2.26 Auto de Infração – Multa de ofício sobre compensações não homologadas**

Em 23 de março de 2015, a controlada Eletropaulo foi intimada da lavratura de Auto de Infração, através do qual a Receita Federal do Brasil visa a cobrança de R\$ 15.318, atualizado até 31 de março de 2016 (R\$ 15.025 em 31 de dezembro de 2015), relativos à multa isolada de 50% sobre o valor do crédito objeto de declarações de compensação não homologadas, com fundamento no artigo 74, § 17, da Lei nº 9.430/1996. Tais compensações foram realizadas com créditos decorrentes da decisão judicial transitada em julgado na Ação Judicial mencionada na nota explicativa nº 19.2.19. Em abril de 2015, foi apresentada manifestação de inconformidade a qual se encontra pendente de julgamento.

### **19.2.27 Auto de Infração nº 122/2012-SFF – Ação fiscalizadora na Base de Remuneração Regulatória**

A controlada Eletropaulo propôs ação judicial contra a ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica visando anular as Não Conformidades N.13, N.20 e N.28, constantes no Auto de Infração nº 122/2012-SFF, em 19 de dezembro de 2012. O valor total das penalidades relacionadas às referidas não conformidades é de R\$ 91.931. As penalidades aplicadas são decorrentes de ação fiscalizadora na Base de Remuneração Regulatória – Ativo Imobilizado em Serviço. O valor atualizado até 31 de março de 2016 é de R\$ 128.898 (R\$ 124.835 em 31 de dezembro de 2015).

## Notas Explicativas

### 19.2.28 Auto de Infração nº 0014/2015

A controlada Eletropaulo recebeu, em 22 de setembro de 2015, o Auto de Infração nº 0014/2015- ARSESP-SFE – TN 0012/2015, em virtude de indicadores de continuidade individuais e coletivos para o ano de 2014 (avaliação do processo de coleta de dados e apuração dos indicadores de continuidade individuais e coletivos, bem como pagamento das compensações financeiras relacionadas às transgressões dos índices), no montante de R\$ 35.887. A controlada Eletropaulo manifestou-se tempestivamente sobre o AI em 5 de outubro de 2015. Em 5 de fevereiro de 2016, a diretoria da ARSESP deliberou em juízo de reconsideração pela revisão do valor da penalidade, reduzida para R\$ 31.522. O valor atualizado até 31 de março de 2016 é de R\$ 32.297 (R\$ 31.522 em 31 de dezembro de 2015). A controlada Eletropaulo aguarda julgamento do recurso pela ANEEL.

### 19.2.29 Auto de Infração nº 001/2016

A controlada Eletropaulo recebeu, em 8 de janeiro de 2016, o Auto de Infração nº 001/2016-ARSESP-SFE – TN 0005/2015, em virtude de indicadores de continuidade individuais e coletivos para o ano de 2013 (avaliação do processo de coleta de dados e apuração dos indicadores de continuidade individuais e coletivos, bem como pagamento das compensações financeiras relacionadas às transgressões dos índices), no montante de R\$ 45.729 em 31 de dezembro de 2015. A controlada Eletropaulo manifestou-se tempestivamente sobre o AI em 27 de janeiro de 2016. O valor atualizado até 31 de março de 2016 é de R\$ 46.970. A controlada Eletropaulo aguarda pela análise do recurso apresentado.

## Notas Explicativas

### 19.2.30 Ação civil pública - improbidade administrativa

O Ministério Público Federal instaurou ação civil pública em 20 de julho de 2007 contra diversas pessoas físicas e jurídicas, dentre elas a Companhia e a controladora Brasileira Participações S.A., esta última na qualidade de sucessora da AES Transgás, perante a Justiça Federal do Estado de São Paulo, questionando determinados aspectos da privatização da Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A.. Por conta de decisão liminar concedida em outubro de 2006 pelo Tribunal Regional Federal do Estado de São Paulo no recurso apresentado pela Companhia que visava, dentre outros pontos, a remessa do processo para a Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro, a ação civil pública foi suspensa em outubro de 2006, permanecendo em tal status até julho de 2009, ocasião em que sobreveio julgamento parcialmente favorável do recurso da controladora Brasileira, restando determinada a remessa da ação civil pública para a Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro. Em abril de 2012, a Primeira Instância da Justiça Federal do Rio de Janeiro decidiu pela manutenção da Companhia e da controladora Brasileira Participações S.A. no pólo passivo da Ação Civil Pública. Contra tal decisão foi apresentado o recurso competente, o qual aguarda julgamento. Paralelamente, em junho de 2012, as Companhias apresentaram suas defesas. Em dezembro de 2012, o Superior Tribunal de Justiça reconheceu a competência da Justiça Federal do Estado São Paulo para processar a referida ação civil pública, razão pela qual o processo foi remetido para São Paulo, onde foi retomado. Em junho de 2014, foi determinada a suspensão do processo até que sejam julgados todos os recursos de Agravo de Instrumento pendentes. Em 18 de setembro de 2015, foi publicada a decisão de segunda instância que definiu as condutas que serão investigadas no processo. Em seguida, foi apresentada nova contestação da Companhia e manifestação do Ministério Público. Desde 16 de março de 2016, o processo encontra-se concluso com o Juiz para despacho/decisão.

Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

#### Cartas de fiança, seguros garantia e caução

Em 31 de março de 2016, a controlada Eletropaulo possui cartas de fiança e seguros garantia para processos judiciais conforme relação abaixo:

Natureza	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
Fiscal	37	1.592.093	0,35% a 2,75%
Cível	35	273.727	0,35% a 6,33%
Trabalhista	57	109.435	0,35% a 2,75%

## Notas Explicativas

### 20. Encargos setoriais

	Consolidado	
	Reclassificado	
	31.03.2016	31.12.2015
<b>CIRCULANTE</b>		
Pesquisa e desenvolvimento	20.960	22.318
Fundo nacional de desenvolvimento tecnológico	-	3.706
Ministério de Minas e Energia	-	1.853
Eficiência energética	38.064	29.763
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	442.972	482.102
Encargos do consumidor - Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (i)	94.255	208.341
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	1.198	1.198
Outros encargos	54	61
<b>Total</b>	<b>597.503</b>	<b>749.342</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Pesquisa e desenvolvimento	37.492	32.295
<b>Total</b>	<b>37.492</b>	<b>32.295</b>
<b>Total do circulante + não circulante</b>	<b>634.995</b>	<b>781.637</b>

- (i) Do total de R\$ 94.255, o montante de R\$ 59 refere-se à competência de fevereiro de 2016, liquidado no dia 5 de abril de 2016. O saldo remanescente de R\$ 94.196 refere-se ao montante faturado e não faturado da competência de março de 2016. Para maiores detalhes sobre as bandeiras tarifárias, vide nota explicativa nº 24.

### 21. Outras obrigações

	Consolidado	
	Reclassificado	
	31.03.2016	31.12.2015
<b>CIRCULANTE</b>		
Devolução - Obrigações vinculadas à concessão	45.835	44.433
Devolução - Diferença alíquota ICMS - Condomínios	-	2.477
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - COSIP	91.107	73.245
Empréstimo compulsório Eletrobrás	928	1.330
Recebimento em duplicidade de clientes	17.937	17.796
Programa baixa renda	3.832	3.833
PIS/COFINS - Diferença de alíquota	4.065	17.089
Credores diversos	7.265	16.419
Ajuste de faturas - consumidores	24.822	22.064
Bônus Itaipu	3.626	3.628
DIC/FIC/DMIC/DICRI - Indicadores DEC e FEC - nota explicativa nº 19.1 (d.2)	27.351	59.430
Outras	7.050	8.527
<b>Total</b>	<b>233.818</b>	<b>270.271</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Adiantamento relacionado a venda de bens	2.940	2.940
Outras	4.920	5.379
<b>Total</b>	<b>7.860</b>	<b>8.319</b>

### 22. Patrimônio líquido

#### 22.1 Capital social

No trimestre findo em 31 de março de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o capital social autorizado da Companhia, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 958.782, integralmente representado por 95.061.053, ações ordinárias nominativas, escriturais, e sem valor nominal (R\$ 958.782 representado por 95.061.053 ações em 31 de dezembro de 2015).

## Notas Explicativas

No trimestre findo em 31 de março de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não houve emissão ou resgate de ações.

### 22.2 Composição acionária

Acionistas	31.03.2016		31.12.2015	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Brasiliana Participações S.A.	93.404.112	98,26	93.404.099	98,26
Outros	1.656.941	1,74	1.656.954	1,74
<b>Total das ações</b>	<b>95.061.053</b>	<b>100,00</b>	<b>95.061.053</b>	<b>100,00</b>

### 23.4 Ajuste de avaliação patrimonial / outros resultados abrangentes

Em 31 de março de 2016 os saldos de ajustes de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes eram compostos pela mais valia dos ativos registrados na controlada Eletropaulo em 2007 e por perdas atuariais do plano de pensão, respectivamente.

O saldo do ajuste de avaliação patrimonial reflexo (líquido de imposto de renda e contribuição social) relacionado com a mais valia dos ativos é de R\$ 188.184 (R\$ 191.080 em 31 de dezembro de 2015).

Outros resultados abrangentes relacionados à perda atuarial do plano de pensão apresentam um saldo negativo de R\$ 266.871 (R\$ 252.040 em 31 de dezembro de 2015) (líquido de imposto de renda e contribuição social).

	%	31.03.2016	31.12.2015
Mais valia dos ativos registrados na controlada Eletropaulo em 2007 -			
Líquido de imposto de renda e contribuição social		607.632	616.983
Participação da Companhia na controlada Eletropaulo	30,97%	188.184	191.080
Perda atuarial - Líquido de imposto de renda e contribuição social		(861.709)	(813.821)
Participação da Companhia na controlada Eletropaulo	30,97%	(266.871)	(252.040)
<b>Total dos ajustes de avaliação patrimonial/outros resultados abrangentes</b>		<b>(78.687)</b>	<b>(60.960)</b>

## 23. Resultado por ação

A tabela a seguir apresenta o (prejuízo) lucro básico e diluído por ação para os trimestres findos em 31 de março de 2016 e 2015:

Numerador:	31.03.2016	31.03.2015
(Prejuízo) Lucro líquido do período	(2.543)	2.522
<b>Denominador (em milhares de ações):</b>		
Média ponderada do número de ações ordinárias (*)	95.061	95.061
<b>(Prejuízo) Lucro básico e diluído por ação (em Reais - R\$)</b>		
(Prejuízo) Lucro básico e diluído por ação ordinária	(0,02675)	0,02653

(\*) Não houve movimentação das ações ordinárias durante os períodos comparados.

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e data da conclusão destas informações contábeis.

## Notas Explicativas

## 24. Receita operacional líquida

	Consolidado					
	31.03.2016			Reclassificado		
	31.03.2015					
Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$	
<b>Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica</b>						
<b>Classe de consumidores</b>						
Residencial	6.495.551	3.840.102	2.403.245	6.351.975	4.040.205	1.745.708
Industrial	26.989	1.037.076	574.720	26.718	1.194.471	467.113
Comercial	375.371	3.227.727	1.819.770	379.699	3.362.617	1.344.447
Rural	452	7.178	1.191	391	7.306	833
<b>Poder público</b>						
Federal	1.365	45.858	23.542	1.399	50.311	18.455
Estadual	4.452	166.928	85.694	4.410	174.029	62.475
Municipal	9.953	104.931	53.867	10.339	109.552	39.031
Iluminação pública	2.606	205.653	71.960	2.002	212.125	55.097
Serviço público	1.366	158.741	75.902	1.398	156.649	52.861
Remuneração do ativo financeiro (Receitas tarifárias)	-	-	61.533	-	-	46.735
Transferência para atividades de distribuição	-	-	(2.039.407)	-	-	(1.349.453)
<b>Subtotal - fornecimento</b>	<b>6.918.105</b>	<b>8.794.195</b>	<b>3.132.017</b>	<b>6.778.331</b>	<b>9.307.265</b>	<b>2.483.302</b>
<b>Outras</b>						
PIS/COFINS diferença de alíquota	-	-	(3.128)	-	-	(50.384)
Transferência para obrigações especiais - ultrapassagem de demanda <sup>(*)</sup>	-	-	-	-	-	(2.381)
Transferência para obrigações especiais - excedente de reativos <sup>(**)</sup>	-	-	-	-	-	(4.240)
Não faturado	-	-	54.764	-	-	267.483
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD	549	1.926.078	230.241	551	2.077.060	134.528
Transferência para atividades de distribuição	-	-	2.039.407	-	-	1.349.453
Transferência para obrigações especiais - ultrapassagem de demanda - TUSD <sup>(*)</sup>	-	-	-	-	-	(266)
Transferência para obrigações especiais - excedente de reativos - TUSD <sup>(**)</sup>	-	-	-	-	-	(845)
Remuneração do ativo financeiro - TUSD (Receitas tarifárias)	-	-	4.476	-	-	4.076
Energia no curto prazo	-	633.858	76.110	-	262.660	114.943
Receita de construção	-	-	141.967	-	-	117.852
Subvenção de recursos da CDE <sup>(*)</sup>	-	-	59.563	-	-	54.824
Ativo financeiro setorial líquido - nota explicativa nº 33	-	-	(418.019)	-	-	480.712
Atualização do ativo financeiro da concessão	-	-	56.356	-	-	29.930
Outras receitas	-	-	35.637	-	-	28.179
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>6.918.654</b>	<b>11.354.131</b>	<b>5.409.391</b>	<b>6.778.882</b>	<b>11.646.985</b>	<b>5.007.166</b>
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(25.344)	-	-	(29.643)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(701.891)	-	-	(304.344)
Encargos do consumidor - PROINFA	-	-	(10.669)	-	-	(10.019)
Encargos do consumidor - CCRBT	-	-	(267.373)	-	-	(323.606)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSSEE	-	-	(3.595)	-	-	(3.980)
ICMS	-	-	(1.026.078)	-	-	(762.055)
COFINS - corrente	-	-	(406.310)	-	-	(319.467)
PIS - corrente	-	-	(87.735)	-	-	(69.358)
ISS	-	-	(56)	-	-	(66)
<b>Deduções da receita bruta</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.529.051)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.822.538)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>6.918.654</b>	<b>11.354.131</b>	<b>2.880.340</b>	<b>6.778.882</b>	<b>11.646.985</b>	<b>3.184.628</b>

(\*) Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela Eletrobrás. O saldo a receber foi contabilizado na rubrica “Repasse CDE – descontos na tarifa” – vide nota explicativa nº 9.

(\*\*) Os valores de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos auferidos a partir do 4º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica (4CRTP) passaram a ser contabilizados como passivos financeiros setoriais – vide nota explicativa nº 33.

**Bandeiras tarifárias**

Conforme determinado pelo Decreto nº 8.401, emitido em 4 de fevereiro de 2015, foi criada a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT, destinada a administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela ANEEL. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE foi designada pela criação e manutenção da CCRBT, sendo os valores a serem repassados e/ou compensados homologados mensalmente pela ANEEL, por meio da emissão de nota técnica.

## Notas Explicativas

Os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias pelas distribuidoras podem ser total ou parcialmente revertidos à CCRBT. Os recursos disponíveis nesta conta são repassados às distribuidoras considerando (i) os valores efetivamente realizados das variações relativas aos custos de geração e à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo; e (ii) a cobertura tarifária vigente de cada distribuidora.

No trimestre findo em 31 de março de 2016, os valores adicionados à tarifa de energia pelas bandeiras amarela e vermelha foram de R\$ 15,00/MWh e R\$ 30,00/MWh, respectivamente.

A bandeira tarifária vigente nos meses de janeiro e fevereiro de 2016 foi vermelha, passando a amarela em março de 2016, quando a controlada Eletropaulo registrou os seguintes montantes:

Competência	Controlada Eletropaulo				
	Bandeiras tarifárias				
	Valores faturados	Valores não faturados	Repasso à CCRBT	Recebimento da CCRBT	Valor de cobertura de custos da Companhia (**)
Janeiro/2016	129.306	-	(44)	-	129.262
Fevereiro/2016	113.183	-	(59)	-	113.124
Março/2016 (*)	67.601	26.595	-	-	-
<b>Total</b>	<b>310.090</b>	<b>26.595</b>	<b>(103)</b>	<b>-</b>	<b>242.386</b>

(\*) Para a competência de março, a controlada Eletropaulo não efetuou estimativa dos custos a serem cobertos pela CCRBT por não possuir histórico de repasses.

(\*\*) A diferença de R\$ 132.851 entre o valor da cobertura de custos e os recebimentos de bandeiras tarifárias, informados na nota explicativa nº 33, refere-se aos montantes da liquidação da competência de dezembro de 2015, homologada pela ANEEL em janeiro de 2016.

A controlada Eletropaulo reteve os superávits da CCRBT no montante de R\$ 230.200, referente às competências de outubro de 2015 a fevereiro de 2016. Este montante deverá ser devolvido no processo tarifário subsequente ou será considerado para apurar o déficit em meses deficitários. Este superávit retido pela controlada Eletropaulo refere-se principalmente à cobertura de ESS e está contabilizado como dedução do “ativo financeiro setorial, líquido” – nota explicativa nº 33.

Competência	Controlada Eletropaulo			
	Bandeiras tarifárias			
	Custo total	Custo coberto pelas Bandeiras Tarifárias	Saldo coberto na Revisão Tarifária	Saldo superavitário das Bandeiras
Acumulado até Dezembro/2015	(1.350.704)	1.297.925	127.349	74.570
Janeiro/2016	(78.249)	129.262	-	51.013
Fevereiro/2016	(8.507)	113.124	-	104.617
<b>Total</b>	<b>(1.437.460)</b>	<b>1.540.311</b>	<b>127.349</b>	<b>230.200</b>

Caso ocorram custos não cobertos pelas bandeiras tarifárias no ciclo atual, estes serão zerados após seu reconhecimento no processo de reajuste tarifário subsequente.

## Notas Explicativas

### 25. Custo do serviço de energia elétrica

	Consolidado			
	MWh		R\$	
	31.03.2016	31.03.2015	31.03.2016	31.03.2015
<b>Energia elétrica comprada para revenda</b>				
Itaipu	2.262.034	2.283.764	(487.862)	(552.952)
ANGRA 1 e 2	406.896	413.169	(83.059)	(68.346)
Contrato bilateral - AES Tietê - nota explicativa nº 30	-	2.740.148	-	(565.320)
Compra - CCEE	-	-	-	(63)
Compra - CCEAR	5.495.138	3.251.044	(929.730)	(867.121)
Compra - CCEAR - AES Tietê Energia - nota explicativa nº 30	109.296	-	(15.508)	-
Quotas de garantia física	2.590.664	2.122.153	(128.038)	(54.035)
Risco hidrológico	-	-	(46.993)	(101.534)
(-) Ressarcimento - leilões de energia	-	-	26.057	53.334
(-) Créditos de PIS/COFINS	-	-	152.181	197.994
<b>Subtotal</b>	<b>10.864.028</b>	<b>10.810.278</b>	<b>(1.512.952)</b>	<b>(1.958.043)</b>
Energia elétrica comprada para revenda - PROINFA	205.033	219.769	(81.830)	(60.745)
<b>Total</b>	<b>11.069.061</b>	<b>11.030.047</b>	<b>(1.594.782)</b>	<b>(2.018.788)</b>

	Consolidado	
	R\$	
	31.03.2016	31.03.2015
<b>Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição</b>		
Uso da rede básica	(148.867)	(169.980)
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER	(230.559)	(103.413)
(-) Recursos financeiros da Conta de Energia de Reserva - CONER (i)	-	33.579
Transporte de energia - Fumas/Itaipu	(11.276)	(9.063)
Operador Nacional do Sistema - ONS	(8.167)	(5.844)
Custo do Uso do Sistema de Distribuição - CUSD	(1.633)	(1.593)
Conexão a Rede Básica - CTEEP	(10.591)	(8.271)
(-) Créditos de PIS/COFINS	37.271	23.933
<b>Total</b>	<b>(373.822)</b>	<b>(240.652)</b>

#### (i) Recursos financeiros da Conta de Energia de Reserva – CONER

A Resolução Normativa nº 613, de 20 de maio de 2014 definiu que os recursos financeiros da CONER deverão ser destinados à restituição, aos usuários de energia de reserva, dos montantes financeiros excedentes da CONER, quando existirem. A restituição se dará por meio de crédito aos usuários nas liquidações financeiras pela CCEE.

#### Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013

A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu diretrizes para a internalização de mecanismos de aversão a risco nos programas computacionais para estudos energéticos e formação de preço bem como instituiu novo critério para rateio do custo do despacho adicional de usinas termoeletricas, durante a fase de transição e anterior à implementação do novo cálculo do PLD (de abril a agosto de 2013). Pelo novo critério, o custo do ESS por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente pela categoria consumo, consumidores livres e distribuidoras, passa a ser rateado por todos os agentes do SIN, inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, diversas associações – ABRACEEL, APINE, ABRAGEL, ABRAGET, ÚNICA e ABEEÓLICA – conseguiram liminares excluindo seus associados do rateio deste custo, isentando-os do pagamento. Em decorrência da disputa judicial, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica efetuou as liquidações financeiras, atribuindo o referido custo para a categoria consumo, dentre eles, as distribuidoras.

## Notas Explicativas

Em 31 de março de 2016, a liminar continua vigente até que seja tomada a decisão final, que discute a aplicação da cobrança do ESS pela Resolução CNPE 03. Desta forma a controlada Eletropaulo reconhece o custo de ESS energético de acordo com as liquidações financeiras da CCEE.

### 26. Pessoal e administradores

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2016	31.03.2015	31.03.2016	31.03.2015
<b>Pessoal</b>				
Remunerações	-	-	(89.899)	(78.296)
Assistência médica e odontológica	-	-	(19.361)	(15.370)
Auxílio alimentação e refeição	-	-	(18.442)	(14.949)
Outros benefícios	-	-	(4.294)	(3.366)
Educação e treinamento	-	-	(1.259)	(489)
Participação nos lucros e resultados	-	-	(15.024)	(17.005)
Encargos sociais	-	-	(33.151)	(29.040)
Outros	(4)	(4)	(4)	(83)
<b>Administradores</b>	(20)	(18)	(1.685)	(1.762)
<b>Total</b>	<b>(24)</b>	<b>(22)</b>	<b>(183.119)</b>	<b>(160.360)</b>

### 27. Outros custos

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2016	31.03.2015	31.03.2016	31.03.2015
Ganhos na alienação de bens e direitos	-	-	(48)	720
Arrendamentos e aluguéis	(1)	(1)	(4.084)	(7.000)
Seguros	(5)	(5)	(979)	(864)
Tributos	-	-	(11.383)	(8.492)
Doações, contribuições e subvenções	-	-	(909)	(1.005)
Tarifa bancária	-	-	(11.453)	(10.995)
Publicidade	-	-	(395)	(1.630)
Responsabilidade social	-	-	(501)	(161)
Perdas na desativação de bens e direitos	-	-	(3.130)	(26.316)
Indenização por danos elétricos e não elétricos - PID	-	-	(4.536)	(5.175)
Baixa do ativo financeiro da concessão	-	-	(1.176)	(2.258)
Taxa de administração do plano - FUNCESP	-	-	(3.080)	(2.559)
(-) Créditos de PIS/COFINS	-	-	294	235
DIC/FIC/DMIC/DICRI (*)	-	-	(55.420)	(20.163)
Recuperação de despesas	-	1	(1.221)	643
Penalidades - devoluções a consumidores	-	-	(3.977)	-
Outros	(154)	(139)	(5.402)	(2.952)
<b>Total</b>	<b>(160)</b>	<b>(144)</b>	<b>(107.400)</b>	<b>(87.972)</b>

(\*) DIC, FIC, DMIC e DICRI são indicadores que refletem a qualidade do fornecimento de energia elétrica prestada aos clientes. Indicam a duração e frequência da interrupção de energia, assim como a duração máxima (tolerância) que o consumidor pode ter o fornecimento de energia interrompido. Quando estes indicadores ultrapassam as metas estabelecidas pela ANEEL, os consumidores recebem uma compensação financeira na fatura de energia. A controlada Eletropaulo efetua o ressarcimento ao cliente, através de crédito na fatura, em até dois meses após a ocorrência.

## Notas Explicativas

## 28. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2016	31.03.2015	31.03.2016	31.03.2015
<b>Receitas financeiras</b>				
Renda de aplicações financeiras	463	378	13.535	23.586
Multas sobre contas de energia elétrica em atraso	-	-	31.226	18.685
Atualização monetária e juros sobre contas de energia elétrica em atraso	-	-	27.598	15.310
Multas contratuais	-	-	2.568	1.054
Subvenções governamentais	-	-	886	616
Atualização de créditos tributários	-	-	277	24
Atualização monetária dos depósitos judiciais	434	374	9.190	8.047
Receita financeira da alienação de imóvel	-	-	2.802	3.761
Atualização monetária de ativos financeiros setoriais	-	-	33.816	4.887
Precatórios judiciais - juros e atualização monetária	-	-	1.723	-
Outras receitas financeiras	(42)	4	4.293	6.759
<b>Subtotal</b>	<b>855</b>	<b>756</b>	<b>127.914</b>	<b>82.729</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Encargo de dívidas - empréstimos e debêntures em moeda nacional	-	-	(140.319)	(108.974)
Subvenções governamentais	-	-	(886)	(616)
Atualização monetária de P&D e eficiência energética	-	-	(2.464)	(1.195)
Juros capitalizados transferidos para o intangível em curso (*)	-	-	7.593	1.810
Multas moratórias, compensatórias e sancionatórias	-	-	(7.416)	(1.056)
Cartas de fiança e seguros garantia	-	-	(10.133)	(6.471)
Atualização monetária de processos judiciais e outros	(414)	(348)	4.993	(8.924)
Atualização monetária - Energia livre	-	-	(2.721)	(2.081)
Atualização monetária de tributos	-	-	(71)	(3.975)
Atualização monetária - Indicadores DEC e FEC - nota explicativa nº 19.1 (d.2)	-	-	(1.117)	-
Outras despesas financeiras	-	-	(11.712)	(4.659)
<b>Subtotal</b>	<b>(414)</b>	<b>(348)</b>	<b>(164.253)</b>	<b>(136.141)</b>
<b>Variações cambiais, líquidas</b>				
Itaipu	-	-	19.928	(60.946)
Outras variações cambiais	-	-	(368)	561
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>19.560</b>	<b>(60.385)</b>
<b>Total do resultado financeiro</b>	<b>441</b>	<b>408</b>	<b>(16.779)</b>	<b>(113.797)</b>

(\*) Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 16% a.a. no trimestre findo em 31 de março de 2016 (14% a.a. no trimestre findo em 31 de março de 2015), sobre os ativos intangíveis qualificáveis.

## 29. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo 25% para o Imposto de Renda e 9% para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Os tributos diferidos relativos a provisões temporariamente indedutíveis e reserva de reavaliação são registrados nas contas patrimoniais (vide nota explicativa nº 7). A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	Controladora				Consolidado			
	31.03.2016		31.03.2015		31.03.2016		31.03.2015	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
a) Composição dos tributos no resultado:								
Na rubrica de tributos:								
Correntes	-	-	-	-	(3.408)	(1.227)	(20.931)	(7.756)
Diferidos	(104)	(37)	(87)	(31)	(9.597)	(3.454)	3.260	1.174
<b>Total</b>	<b>(104)</b>	<b>(37)</b>	<b>(87)</b>	<b>(31)</b>	<b>(13.005)</b>	<b>(4.681)</b>	<b>(17.671)</b>	<b>(6.582)</b>
b) Demonstração do cálculo dos tributos - Despesa:								
Resultado antes dos tributos	(2.402)	(2.402)	2.640	2.640	36.266	36.266	59.081	59.081
Adições (exclusões):								
Doações	-	-	-	-	606	606	288	288
Gratificação a administradores - parcela não dedutível	-	-	-	-	203	203	802	802
Perdas de capital - baixa de mobilizado	-	-	-	-	640	640	129	129
Multas indenizatórias	-	-	-	-	197	197	173	173
Resultado de equivalência patrimonial	(9.477)	(9.477)	(14.494)	(14.494)	-	-	-	-
Amortizações	11.487	11.487	11.487	11.487	11.487	11.487	11.487	11.487
Outros	35	35	11	11	2.203	2.203	834	845
<b>Total das adições (exclusões)</b>	<b>2.045</b>	<b>2.045</b>	<b>(2.996)</b>	<b>(2.996)</b>	<b>15.336</b>	<b>15.336</b>	<b>13.713</b>	<b>13.724</b>
Base de cálculo antes da compensação	(357)	(357)	(356)	(356)	51.602	51.602	72.794	72.805
<b>Base de cálculo</b>	<b>(357)</b>	<b>(357)</b>	<b>(356)</b>	<b>(356)</b>	<b>51.602</b>	<b>51.602</b>	<b>72.794</b>	<b>72.805</b>
Alíquota nominal (*)	15%	9%	15%	9%	25%	9%	25%	9%
Receta (Despesa) com tributos às alíquotas nominais	-	-	-	-	(12.901)	(4.644)	(18.199)	(6.551)
Incentivos	-	-	-	-	-	-	609	-
Diferido passivo relacionado à atualização do depósito judicial	(104)	(37)	(87)	(31)	(104)	(37)	(87)	(31)
Compensação de base de cálculo	-	-	-	-	-	-	6	-
<b>Total da receita (despesa) com tributos</b>	<b>(104)</b>	<b>(37)</b>	<b>(87)</b>	<b>(31)</b>	<b>(13.005)</b>	<b>(4.681)</b>	<b>(17.671)</b>	<b>(6.582)</b>
Alíquota efetiva					35,9%	12,9%	29,9%	11,1%

## Notas Explicativas

A Companhia apurou no trimestre findo em 31 de março de 2016, prejuízo fiscal e base negativa, não havendo imposto de renda e contribuição social correntes a pagar. Contudo, a Companhia efetuou o registro dos impostos diferidos passivos nos montantes de R\$ 104 e R\$ 37 (R\$ 87 e R\$ 31 em 31 de março de 2015), respectivamente.

(\*) O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

### 30. Partes relacionadas

A Companhia é controlada diretamente da Brasileira Participações S.A., a qual, por sua vez, é uma controlada indireta da *The AES Corporation*.

#### 30.1 Partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2016	31.12.2015	31.03.2016	31.12.2015
<b>ATIVO</b>				
<b>Outros créditos</b>				
AES Sul - outros créditos	-	-	2.759	2.759
AES Serviços TC Ltda. - Recuperação de despesas - Aluguel de lojas	-	-	-	390
AES Sul - sublocação (iv)	-	-	10	11
AES Serviços TC Ltda. - sublocação (iv)	-	-	16	16
AES Tietê Energia S.A. - sublocação (iv)	-	-	272	-
Brasileira Participações S.A. - sublocação (iv)	-	-	1	-
AES Brasil - sublocação (iv)	-	-	1	24
	-	-	<b>3.059</b>	<b>3.200</b>
<b>Dividendos e juros sobre capital próprio a receber:</b>				
AES Eletropauco	12.293	12.293	-	-
<b>Total do ativo com partes relacionadas</b>	<b>12.293</b>	<b>12.293</b>	<b>3.059</b>	<b>3.200</b>
<b>PASSIVO</b>				
<b>Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar:</b>				
Brasileira Participações S.A.	11.889	11.889	13.829	13.829
<b>Fornecedores</b>				
AES Tietê Energia S.A. - nota explicativa nº 14 (i)	-	-	10.354	271.814
AES Serviços TC Ltda. - corte/religa - nota explicativa nº 14 (iii)	-	-	791	960
AES Serviços TC Ltda. - Atendimento lojas - nota explicativa nº 14 (vi)	-	-	1.813	1.872
AES Serviços TC Ltda. - Substituição de postes - nota explicativa nº 14 (v)	-	-	367	283
AES Serviços TC Ltda. - Outros serviços- nota explicativa nº 14	-	-	38	-
AES Big Sky - nota explicativa nº 14 (ii)	-	-	250	276
	-	-	<b>13.613</b>	<b>275.205</b>
<b>Obrigações com entidade de previdência privada</b>				
FUNCESP - Obrigações pós-emprego - nota explicativa nº 17 - (vii)	-	-	2.695.070	2.604.967
<b>Total do passivo com partes relacionadas</b>	<b>11.889</b>	<b>11.889</b>	<b>2.722.512</b>	<b>2.894.001</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
Brasileira Participações S.A. (viii)	429.200	429.200	429.200	429.200
<b>Total</b>	<b>429.200</b>	<b>429.200</b>	<b>429.200</b>	<b>429.200</b>

## Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2016	31.03.2015	31.03.2016	31.03.2015
<b>RESULTADO</b>				
<b>Receita operacional (Outras receitas)</b>				
AES Tietê S.A. - sublocação (iv)	-	-	-	273
AES Tietê Energia S.A. - sublocação (iv)	-	-	272	1
Brasília Participações S.A. - sublocação (iv)	-	-	1	-
AES Serviços TC Ltda. - sublocação (iv)	-	-	48	41
AES Sul - sublocação (iv)	-	-	30	32
AES Rio PCH - sublocação (iv)	-	-	-	1
AES Holdings Brasil - sublocação (iv)	-	-	1	1
AES Elpa S.A. - sublocação (iv)	(1)	(1)	-	-
AES Brasil Ltda. - sublocação (iv)	-	-	3	-
Southern Electric Brasil Participações Ltda. - sublocação (iv)	-	-	1	-
	<b>(1)</b>	<b>(1)</b>	<b>356</b>	<b>349</b>
<b>Energia elétrica comprada para revenda</b>				
AES Tietê S.A. - nota explicativa nº 25	-	-	-	(565.320)
AES Tietê Energia S.A. - nota explicativa nº 25 (i)	-	-	(15.508)	-
	-	-	<b>(15.508)</b>	<b>(565.320)</b>
<b>Entidade de previdência privada</b>				
FUNCESP - Obrigações pós-emprego - nota explicativa nº 17 (vii)	-	-	(79.862)	(78.225)
<b>Serviços de terceiros</b>				
AES Serviços TC Ltda. - corte/religa (iii)	-	-	(2.380)	(2.504)
AES Serviços TC Ltda. - Substituição de postes (v)	-	-	(511)	(413)
AES Serviços TC Ltda. - Atendimento lojas (vi)	-	-	(5.504)	(4.787)
AES Serviços TC Ltda. - Recuperação de despesas - Aluguel de lojas	-	-	1.735	-
AES Serviços TC Ltda. - Outros serviços	-	-	(38)	(52)
AES Big Sky (ii)	-	-	(793)	(949)
	-	-	<b>(7.491)</b>	<b>(8.705)</b>
<b>Receitas financeiras</b>				
AES Tietê Energia S.A.	-	-	-	6
<b>Total do resultado com partes relacionadas</b>	<b>(1)</b>	<b>(1)</b>	<b>(102.505)</b>	<b>(651.895)</b>

- (i) A partir de janeiro de 2016, a controlada Eletropaulo passou a contratar energia através de leilão – CCEAR, em consonância com as regras estabelecidas e reguladas pela ANEEL, da AES Tietê Energia. O contrato tem prazo de duração de 3 anos e preço médio de R\$ 142,00. A AES Tietê Energia vendeu 90 MW médios, dos quais destacam-se 49,7 MWm para a controlada Eletropaulo. Por se tratar de um contrato regulado, o mesmo não foi submetido à anuência da ANEEL.
- (ii) Refere-se ao valor da contratação da prestação de serviços de processamento e operacionalização da gestão de sistemas informatizados e integrados com a AES Big Sky.
- (iii) Refere-se ao Contrato de Prestação de Serviços entre a controlada Eletropaulo e a AES Serviços TC Ltda., tendo por objeto a prestação de serviços de ligação, modificação, corte, religação, verificação, aferição e/ou outros serviços técnicos e comerciais, e, em situações excepcionais, o atendimento de situações de emergência para manutenção corretiva da rede de distribuição aérea. O contrato tem vigência de 48 meses, contados a partir de 29 de abril de 2015, e seu preço total estimado é de R\$ 9.500. A ANEEL aprovou a operação por meio do Despacho nº 1.267/2015.
- (iv) Corresponde ao contrato de sublocação de parte de imóvel comercial celebrado entre a controlada Eletropaulo (Sublocadora) e as demais empresas (Sublocatárias), pelo prazo de 10 anos. A ANEEL aprovou a operação por meio do Despacho nº 2.804/2012 e Despacho nº 3.893/2012.

## Notas Explicativas

- (v) Corresponde ao Contrato de Execução de Obras e Prestação de Serviços entre a controlada Eletropaulo e a AES Serviços TC Ltda., tendo por objeto a prestação de serviços contínuos de construção (montagem e desmontagem), manutenção e reforma de redes e linhas aéreas de distribuição no montante de R\$ 14.754. A vigência do contrato é de janeiro de 2014 até dezembro de 2017. A ANEEL aprovou a operação por meio do Despacho nº 3.663/2013.
- (vi) Corresponde ao contrato de atendimento de lojas, celebrado entre a controlada Eletropaulo (contratante) e a AES Serviços TC Ltda. (contratada). O contrato tem por objeto, a prestação dos serviços de operação de 32 lojas de atendimento a clientes da controlada Eletropaulo, distribuídas em todos os municípios da sua concessão, para o recebimento de solicitações de serviços comerciais e técnicos, fornecimento de informações e atendimento de reclamações. O contrato tem vigência de 1º de setembro de 2015 a 1º de setembro de 2019, com valor global de R\$ 81.322. A ANEEL aprovou a operação por meio do Despacho nº 2.830/2015.
- (vii) A controlada Eletropaulo é parte integrante do Conselho Deliberativo da FUNCESP, possuindo influência significativa na administração do mesmo. Com isso, os saldos com a FUNCESP estão demonstrados como transação com partes relacionadas. Os detalhes do plano previdenciário com a FUNCESP estão demonstrados na nota explicativa nº 17.
- (viii) Refere-se aos encargos moratórios da dívida da Companhia com o BNDES, os quais foram assumidos pela Brasileira Participações S.A. (antiga Companhia Brasileira) em decorrência da reestruturação societária do Grupo AES, que deverão ser objeto de capitalização. Esses valores não estão sujeitos à atualização monetária.

### 30.2 Remuneração da alta administração

De acordo com a orientação contida na Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, a Companhia e sua controlada Eletropaulo estão divulgando a remuneração de sua alta administração. Nos trimestres findos em 31 de março de 2016 e 2015, a remuneração foi conforme segue:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2016	31.03.2015	31.03.2016	31.03.2015
Benefícios de curto prazo (a)	24	22	2.501	2.627
Benefícios pós-emprego (b)	-	-	65	65
Outros benefícios de longo prazo (c)	-	-	138	69
Benefícios de rescisão contrato de trabalho	-	-	979	-
Remuneração baseada em ações (d)	-	-	360	299
<b>Total</b>	<b>24</b>	<b>22</b>	<b>4.043</b>	<b>3.060</b>

- (a) Compostos por ordenados, salários e contribuições para a previdência social e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados);
- (b) Compostos por pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego;
- (c) Compostos por licença remunerada, gratificação por tempo de serviço, participação nos lucros, gratificações e outras compensações diferidas;

## Notas Explicativas

- (d) Compostos por opções de ações a alta administração através da outorga de instrumentos patrimoniais, concedidos pela *The AES Corporation*.

A remuneração dos administradores da Companhia e de sua controlada Eletropaulo é aprovada pelos seus acionistas em Assembleia Geral, com exceção ao plano de remuneração baseado em ações que é administrado e custeado pela *The AES Corporation*.

### 31. Seguros

Em 31 de março de 2016, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da controlada Eletropaulo para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil é como segue:

Risco	Período de vigência		Importância segurada
	de	até	
Riscos operacionais	1-jan-2016	1-jan-2017	R\$ 3.750.000
Vida em grupo	1-jan-2016	1-jan-2017	x salário, com o máximo de R\$ 1.833
Responsabilidade civil geral	1-abr-2016	1-abr-2017	R\$ 30.000
Responsabilidade civil de administradores - D&O	1-abr-2016	1-abr-2017	R\$ 100.000
Riscos ambientais	1-abr-2016	1-abr-2017	R\$ 10.000
Frota de veículos - RCF	1-abr-2016	1-abr-2017	RCFV garantia única R\$ 1.000

O seguro de frota de veículos é contratado individualmente pela controlada Eletropaulo. Para os demais seguros, a importância segurada é compartilhada com outras empresas do Grupo AES Brasil (co-seguradas). O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento base de critério do rateio.

### 32. Instrumentos financeiros e gestão de riscos (Consolidado)

#### 32.1 Considerações gerais

Os principais instrumentos financeiros, de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e sua controlada Eletropaulo, estão reconhecidos nas seguintes rubricas:

- Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4);
- Investimentos de curto prazo (nota explicativa nº 4);
- Consumidores, concessionárias e permissionárias (nota explicativa nº 5);
- Contas a receber - acordos (nota explicativa nº 8);
- Cauções e depósitos vinculados (nota explicativa nº 19);
- Ativo financeiro da concessão (nota explicativa nº 11);
- Ativo financeiro setorial, líquido (nota explicativa nº 33);
- Fornecedores (nota explicativa nº 14);
- Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro (nota explicativa nº 16);
- Subvenções governamentais;
- Encargos setoriais (nota explicativa nº 20); e
- Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar.

## Notas Explicativas

### 32.2 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

	Consolidado				Categoria
	31.03.2016		31.12.2015		
	Valor contábil	Valor justo	Reclassificado Valor contábil	Valor justo	
<b>ATIVO (Circulante e não circulante)</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	126.979	126.979	146.686	146.686	Ativo financeiro pelo valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	1.145.900	1.145.900	398.889	398.889	Ativos financeiros disponíveis para venda
Consumidores, concessionárias e permissionárias	2.357.884	2.357.884	2.556.625	2.556.625	Empréstimos e recebíveis
Contas a receber - acordos	118.088	118.088	98.967	98.967	Empréstimos e recebíveis
Cauções e depósitos vinculados	479.762	479.762	463.076	463.076	Empréstimos e recebíveis
Ativo financeiro da concessão	2.094.741	2.094.741	2.004.798	2.004.798	Ativos financeiros disponíveis para venda
Ativo financeiro setorial, líquido	575.423	575.423	1.340.900	1.340.900	Empréstimos e recebíveis
<b>Total</b>	<b>6.898.777</b>	<b>6.898.777</b>	<b>7.009.941</b>	<b>7.009.941</b>	
<b>PASSIVO (Circulante e não circulante)</b>					
Fornecedores	1.747.263	1.747.263	1.926.825	1.926.825	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro	3.754.396	3.688.091	3.602.542	3.531.065	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Subvenções governamentais	18.932	18.932	10.535	10.535	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Encargos setoriais (CDE, CCRBT e TFSEE)	538.425	538.425	691.641	691.641	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	30.462	30.462	30.462	30.462	Passivos financeiros pelo custo amortizado
<b>Total</b>	<b>6.089.478</b>	<b>6.023.173</b>	<b>6.262.005</b>	<b>6.190.528</b>	

As rubricas caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são compostas basicamente por certificados de depósitos bancários (CDB's) e operações compromissadas. CDB's e operações compromissadas são marcados a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do período, conforme definido em sua data de contratação.

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

Para a rubrica ativo financeiro da concessão, a controlada Eletropaulo mensura o valor justo utilizando os mesmos componentes da taxa de remuneração regulatória estabelecida pela ANEEL (WACC Regulatório). Caso ocorra uma mudança no WACC Regulatório durante os períodos de revisão tarifária, essa nova taxa de juros é utilizada para trazer a valor presente os fluxos de caixa estimados. Em 31 de março de 2016 a controlada Eletropaulo concluiu que não há diferenças entre essas taxas.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia e sua controlada Eletropaulo optaram por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros para o trimestre findo em 31 de março de 2016.

### 32.3 Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados a valor justo, conforme método de mensuração:

	31.03.2016				31.12.2015			
	Valor justo	Mensuração			Valor justo	Mensuração		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3		Nível 1	Nível 2	Nível 3
<b>ATIVO (Circulante e não circulante)</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	126.979	126.979	-	-	146.686	146.686	-	-
Investimentos de curto prazo	1.145.900	-	1.145.900	-	398.889	-	398.889	-
Ativo financeiro da concessão	2.094.741	-	2.094.741	-	2.004.798	-	2.004.798	-
<b>Total</b>	<b>3.367.620</b>	<b>126.979</b>	<b>3.240.641</b>	<b>-</b>	<b>2.550.373</b>	<b>146.686</b>	<b>2.403.687</b>	<b>-</b>

## Notas Explicativas

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível 1 – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2016, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis 1 e 2, nem para dentro ou fora do nível 3.

### 32.4 Gerenciamento de riscos

#### (a) Estrutura de gerenciamento de riscos

Em sua estrutura, a Companhia e sua controlada Eletropaulo contam com a Gerência de Controles Internos que tem como principal atribuição assessorar as áreas de negócio na revisão de processos e implementação de controles para garantir exatidão das informações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e procedimentos internos.

A eficácia dos controles chaves implementados pela Companhia para garantir a exatidão das demonstrações contábeis é testada anualmente. Em caso de identificação de eventuais pontos de melhoria sobre esses controles, a Companhia elabora planos de ação, definindo prazos e responsabilidades, para garantir a mitigação de todos os riscos associados.

A Companhia e sua controlada Eletropaulo contam também com uma Diretoria de Auditoria Interna, que atua em três segmentos: operacional, financeiro e tecnologia da informação. O primeiro segmento avalia todos os processos e procedimentos ligados à operação da Companhia e de sua controlada Eletropaulo, o segundo avalia as demonstrações contábeis e os controles associados e o terceiro os controles de segurança da informação, todos em conformidade com a Lei norte-americana *Sarbanes-Oxley*, exigências da legislação brasileira, normas regulatórias do setor elétrico e normas e procedimentos internos.

O plano anual de auditoria é elaborado em conformidade com o resultado da avaliação de riscos e tem como principal objetivo prover avaliação independente sobre riscos, ambiente de controle e deficiências significativas que possam impactar as demonstrações contábeis e processos da Companhia e de sua controlada Eletropaulo. Eventuais deficiências ou não conformidades são remediadas por meio de planos de ação estabelecidos pelos responsáveis pelos processos, revisados pela área de Controles Internos e sua implementação devidamente acompanhada pelas áreas de Controles Internos e Auditoria Interna.

## Notas Explicativas

O plano de auditoria é aprovado pelo Comitê de Auditoria da *The AES Corporation* pela Diretoria e Conselho de Administração da Companhia e de sua controlada Eletropaulo. Além disto, o resultado das respectivas auditorias e o plano de ação para implementação de potenciais melhorias e regularizações são apresentados ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal da controlada Eletropaulo periodicamente.

Em caso de denúncia ou suspeita de fraude ou irregularidade, a questão será investigada pela área de Ética e Compliance e os recursos necessários serão alocados para que, com base na conclusão das averiguações, e medidas de remediação apropriadas – sejam medidas administrativas, mudanças de controles, implementação ou ajuste de processos, etc. - sejam tomadas tempestivamente. Em caso de necessidade, se houver um eventual impacto material nas demonstrações contábeis, estes dados serão devidamente informados à governança da Companhia e de sua controlada Eletropaulo, incluindo alta administração e Conselho de Administração e Fiscal, com as respectivas ações tomadas e planos de remediação.

### (b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia e sua controlada Eletropaulo possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

#### (b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia e sua controlada Eletropaulo incorrerem em perdas devido a um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; e (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

##### Contas a receber

A controlada Eletropaulo está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a controlada Eletropaulo tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuarem o pagamento das faturas.

##### Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia e sua controlada Eletropaulo atuam de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos *ratings* das principais agências.

## Notas Explicativas

A Companhia e sua controlada Eletropaulo utilizam a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em uma das agências de risco rating inferior ao estabelecido (AA), em escala nacional em moeda local não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia e sua controlada Eletropaulo: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) inferior a R\$ 6.000.000) até 25% (PL superior a R\$ 6.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de PL da Companhia e sua controlada Eletropaulo: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$ 6.000.000) até 5% (PL superior a R\$ 6.000.000) de seu PL. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 31 de março de 2016 é:

	<b>Consolidado</b>
	<b>31.03.2016</b>
Caixa e equivalentes de caixa	126.979
Investimentos de curto prazo	1.145.900
Consumidores, concessionárias e permissionárias	2.357.884
Contas a receber - acordos	118.088
<b>Total da exposição</b>	<b>3.748.851</b>

### (b.2) Risco de liquidez

A Companhia e sua controlada Eletropaulo adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez; (ii) estabelecer diretrizes para contratação de operações de *hedge* para mitigação dos riscos financeiros da Companhia e de sua controlada Eletropaulo, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia e sua controlada Eletropaulo. Para as rubricas de "empréstimos e financiamentos" e "debêntures" estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 16. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

	<b>Consolidado</b>				
	<b>Menos de 3 meses</b>	<b>De 3 a 12 meses</b>	<b>De 1 a 2 anos</b>	<b>De 2 a 5 anos</b>	<b>Mais que 5 anos</b>
<b>Trimestre findo em 31 de março de 2016</b>					
Fornecedores	1.747.263	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	41.303	122.330	311.516	477.219	41.320
Debêntures	175.970	850.238	812.010	2.022.406	401.146
Arrendamento financeiro	3.973	9.652	9.821	17.371	7.585
Encargos setoriais (CDE, CCRBT e TFSEE)	538.425	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	30.462	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>2.537.396</b>	<b>982.220</b>	<b>1.133.347</b>	<b>2.516.996</b>	<b>450.051</b>

## Notas Explicativas

De acordo com o CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do período. Portanto, o CDI utilizado nas projeções corresponde ao índice verificado na data de 31 de março de 2016.

### (b.3) Operações com instrumentos financeiros derivativos

Para o trimestre findo em 31 de março de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e sua controlada Eletropaulo não possuíam quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos.

### (b.4) Riscos de mercado

#### Gestão de capital

A Companhia e sua controlada Eletropaulo controlam suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia e sua controlada Eletropaulo podem revisar as suas práticas de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia e sua controlada Eletropaulo também monitoram constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia e sua controlada Eletropaulo incluem dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro, menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Na tabela abaixo, está demonstrada a dívida líquida da Companhia e sua controlada Eletropaulo:

	Consolidado	
	31.03.2016	31.12.2015
Empréstimos e financiamentos	706.504	513.238
Debêntures	2.999.490	3.046.123
Arrendamento financeiro	48.402	43.181
Caixa e equivalentes de caixa	(126.979)	(146.686)
Investimentos de curto prazo	(1.145.900)	(398.889)
<b>Dívida líquida</b>	<b>2.481.517</b>	<b>3.056.967</b>
Patrimônio líquido	3.397.214	3.426.163
<b>Dívida líquida / Patrimônio líquido</b>	<b>73,05%</b>	<b>89,22%</b>

Do endividamento financeiro total em 31 de março de 2016, 21,6% era de curto prazo (20,2% em 31 de dezembro de 2015) e o prazo médio era de 2,4 anos (2,6 anos em 31 de dezembro de 2015).

## Notas Explicativas

### Riscos de taxas de juros

A controlada Eletropaulo possui empréstimos relevantes remunerados pela variação do CDI, SELIC e TJLP. Consequentemente, o resultado da controlada Eletropaulo é afetado pela variação desses índices.

Em 31 de março de 2016, as aplicações financeiras da controlada Eletropaulo foram alocadas em CDB's e operações compromissadas, rentabilizadas pelo CDI

O montante de exposição líquida da Companhia e sua controlada Eletropaulo aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de março de 2016 é:

	<b>Consolidado</b>
	<b>31.03.2016</b>
Investimentos de curto prazo	1.145.900
Empréstimos e financiamentos	(628.277)
Debêntures	(3.033.415)
<b>Total da exposição líquida</b>	<b><u>(2.515.792)</u></b>

Os montantes de empréstimos, financiamentos e debêntures apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas ao CDI, SELIC e TJLP e não contemplam os saldos de custos a amortizar.

### Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas, aos quais a Companhia e sua controlada Eletropaulo estavam expostas na data base de 31 de março de 2016, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 24 de março de 2016, foi extraída a projeção dos indexadores CDI, SELIC e TJLP para um ano e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 31 de março de 2016, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

## Notas Explicativas

		Consolidado					
		Projeção receitas financeiras - 01 ano					
Taxa de juros	Posição em 31.03.2016	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
<b>Aplicações financeiras</b>							
CDI		6,95%	10,42%	13,89%	17,36%	20,84%	
Investimentos de curto prazo	CDI	1.145.900	79.640	119.403	159.166	198.928	238.806
<b>Subtotal</b>		<b>1.147.763</b>	<b>79.769</b>	<b>119.597</b>	<b>159.425</b>	<b>199.251</b>	<b>239.194</b>
		Consolidado					
		Projeção despesas financeiras - 01 ano					
Taxa de juros	Posição em 31.03.2016	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
<b>Dívidas</b>							
<b>CDI / SELIC</b>							
Debêntures - 9ª Emissão	CDI + 1,12% a.a.	(177.708)	(14.479)	(20.715)	(26.950)	(33.186)	(39.439)
Debêntures - 11ª Emissão	CDI + 1,75% a.a.	(212.481)	(18.744)	(26.246)	(33.749)	(41.251)	(48.774)
Debêntures - 13ª Emissão	CDI + 1,50% a.a.	(292.530)	(25.024)	(35.327)	(45.630)	(55.933)	(66.266)
Debêntures - 14ª Emissão	CDI + 1,50% a.a.	(629.784)	(53.873)	(76.055)	(98.236)	(120.417)	(142.662)
Debêntures - 15ª Emissão	CDI + 1,24% a.a.	(802.057)	(66.380)	(94.556)	(122.733)	(150.909)	(179.167)
Debêntures - 16ª Emissão	CDI + 2,40% a.a.	(76.878)	(7.316)	(10.048)	(12.780)	(15.511)	(18.251)
Debêntures - 17ª Emissão (2ª série)	CDI + 1,90% a.a.	(92.793)	(8.335)	(11.616)	(14.897)	(18.178)	(21.469)
Debêntures - 18ª Emissão (1ª série)	CDI + 2,85% a.a.	(206.725)	(20.669)	(28.046)	(35.424)	(42.802)	(50.201)
Debêntures - 18ª Emissão (2ª série)	CDI + 2,85% a.a.	(206.725)	(20.669)	(28.046)	(35.424)	(42.802)	(50.201)
Debêntures - 19ª Emissão	CDI + 2,95% a.a.	(335.734)	(33.926)	(45.920)	(57.913)	(69.907)	(81.935)
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco	CDI + 1,50% a.a.	(313.425)	(26.811)	(37.850)	(48.889)	(59.928)	(70.999)
Cédulas de Crédito Bancário - Banco ABC	CDI + 4,60% a.a.	(73.008)	(8.666)	(11.316)	(13.966)	(16.616)	(19.273)
FINEM - Subcrédito B	SELIC + 4,22% a.a.	(61.615)	(7.063)	(9.291)	(11.520)	(13.748)	(15.983)
FINEM - Subcrédito E	SELIC + 3,20% a.a.	(22.725)	(2.357)	(3.171)	(3.985)	(4.799)	(5.615)
FINEM - Subcrédito B (2º protocolo)	CDI + 4,15% a.a.	(44.395)	(5.056)	(6.660)	(8.265)	(9.869)	(11.478)
FINEM - Subcrédito C (2º protocolo)	CDI + 4,15% a.a.	(13.409)	(1.527)	(2.012)	(2.496)	(2.981)	(3.467)
<b>TJLP</b>							
FINEM - Subcrédito A	TJLP + 4,22% a.a.	(55.601)	(4.519)	(5.609)	(6.692)	(7.782)	(8.865)
FINEM - Subcrédito A (2º protocolo)	TJLP + 4,07% a.a.	(44.099)	(3.516)	(4.379)	(5.237)	(6.100)	(6.958)
<b>Subtotal</b>		<b>(3.661.692)</b>	<b>(328.930)</b>	<b>(456.863)</b>	<b>(584.786)</b>	<b>(712.719)</b>	<b>(841.003)</b>
<b>Total da exposição líquida</b>		<b>(2.513.929)</b>	<b>(249.161)</b>	<b>(337.266)</b>	<b>(425.361)</b>	<b>(513.468)</b>	<b>(601.809)</b>

### Risco de moeda

A controlada Eletropaulo está exposta ao risco de variação cambial, atrelado ao dólar norte-americano, através dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, entretanto, as alterações de variação cambial são repassadas ao consumidor na tarifa, através do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A/CVA (Ativo financeiro setorial, líquido).

### Risco de preço

#### Revisão Tarifária Periódica de 2015

A ANEEL, em reunião pública de sua Diretoria realizada em 30 de junho de 2015, aprovou um índice final de revisão tarifária periódica da controlada Eletropaulo de 15,23% (efeito médio a ser percebido pelo consumidor sem considerar bandeiras tarifárias e impostos), que foi aplicado na tarifa a partir de 4 de julho de 2015.

De acordo com a ANEEL, a composição deste índice é a seguinte:

<b>Revisão tarifária 2015</b>		
<b>Parcela A</b>	Encargos setoriais	7,06%
	Energia comprada	-0,28%
	Encargos de transmissão	-0,54%
	<b>Parcela A</b>	<b>6,24%</b>
<b>Parcela B</b>		<b>1,27%</b>
<b>Reajuste base</b>		<b>7,51%</b>
CVA total		17,04%
Reversão RTE março/2015		-4,56%
Outros custos financeiros Parcela A		-3,71%
Custos financeiros Parcela B		1,61%
Retirada dos financeiros anteriores		-2,66%
<b>Reajuste total</b>		<b>15,23%</b>

## Notas Explicativas

Desta forma as Parcelas A e B da controlada Eletropaulo, após a Revisão Tarifária de 2015, tiveram os seguintes impactos:

### (i) Parcela A

A Parcela A foi reajustada em 7,68%, representando 6,24% no reajuste econômico com os seguintes componentes:

Encargos setoriais – aumento de 29,0%, representando 7,06% no reajuste econômico, principalmente devido ao aumento dos Encargos de Serviços de Sistema (“ESS”), Encargo de Energia de Reserva (“EER”) e da Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”);

Energia comprada – redução de 0,5%, decorrente principalmente da redução do custo médio de energia adquirido pela controlada Eletropaulo, em função do término da contratação de energia com a AES Tietê em 31 de dezembro de 2015; e;

Encargos de transmissão – redução de 10,3%, refletindo as tarifas de uso do sistema publicadas através da Resolução Homologatória nº 1.917, de 23 de junho de 2015.

### (ii) Parcela B

O índice de reajuste da Parcela B foi de 6,8%, que representa uma participação positiva de 1,27% na revisão econômica, totalizando R\$ 2.812.095 resultado da combinação dos seguintes componentes:

- Custo de administração, operação e manutenção de R\$ 1.570.860, sendo R\$ 198.259 referentes às receitas irrecuperáveis e R\$ 1.372.601 referentes aos demais custos operacionais, estes calculados a partir da cobertura tarifária considerada no processo tarifário anterior (3RTP);
- Custo anual dos ativos de 1.362.293, com destaque para a remuneração dos investimentos realizados com recursos de obrigações especiais que totalizaram R\$ 38.659;
- Índice de produtividade (Pd) da Parcela B com efeito negativo de R\$ 33.004.

### (iii) Obrigações especiais

Investimentos realizados com recursos de obrigações especiais passaram a ser remunerados neste processo de Revisão Tarifária Periódica. Assim, sobre a metade do saldo bruto de obrigações especiais da controlada Eletropaulo, que totalizam R\$ 2.314.099, foi aplicada uma taxa de 3,34%.

### (iv) Fator X

O componente T definido para os próximos quatro anos é de -2,37%. O componente Pd do Fator X a ser aplicado nessa revisão tarifária e nos reajustes tarifários ao longo dos próximos quatro anos é de 1,13%.

## Notas Explicativas

### (v) Perdas técnicas e não técnicas

A trajetória de perdas não técnicas, referenciada ao mercado de Baixa Tensão, definida para esse ciclo foi de 8,53% (na data da RTP) para 8,43% (ponto de chegada), implicando em uma redução de cerca de 0,03 p.p. ao ano.

### (vi) Componentes financeiros

Os componentes financeiros aplicados a esta Revisão Tarifária totalizam R\$ 1.109.814, destacando-se: (i) R\$ 1.820.222 de CVA; (ii) R\$ 20.083 da neutralidade dos Encargos Setoriais; (iii) efeito negativo de R\$ 489.616 referentes a exposição involuntária no mercado de curto prazo de energia; (iv) efeito negativo de reversão do financeiro da Revisão Tarifária Extraordinária de março de 2015 no montante de R\$ 486.685; (v) R\$ 23.063 referentes ao resultado positivo do Recurso Administrativo imputado pela controlada Eletropaulo contra o Reajuste Tarifário de 2014; e (vi) R\$ 172.634 referente a restituição das parcelas de remuneração e depreciação associadas ao processo “Devolução tarifária – Base blindada” (nota explicativa nº 19.2.24), conforme Despacho nº 4.259/2013.

A tabela abaixo mostra o efeito médio a ser percebido pelos consumidores das diversas classes de consumo, sem considerar os efeitos das bandeiras tarifárias e impostos:

Classe de consumo	Índice
Alta tensão	11,73%
Baixa tensão	17,04%
<b>Média total</b>	<b>15,23%</b>

### (c) **Outros riscos**

#### (c.1) **Risco de regulação**

As atividades da controlada Eletropaulo, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da controlada Eletropaulo.

#### Plano de recuperação dos indicadores

Em 2014 e início de 2015, o clima severo causou ocorrências múltiplas e simultâneas que interromperam a tendência de melhoria dos indicadores de qualidade das distribuidoras, principalmente do DEC.

Concomitantemente o órgão regulador solicitou para 18 distribuidoras de energia elétrica, inclusive para a controlada Eletropaulo, um Plano de Recuperação de Indicadores Operacionais, as direcionando para a equalização da qualidade dos serviços em suas áreas de concessão. O plano de resultados da controlada Eletropaulo foi apresentado à ANEEL em 18 de setembro de 2015 e aprovado pela agência em 16 de dezembro de 2015. Ao final do plano, caso a controlada Eletropaulo não atenda aos indicadores compromissados, a ANEEL poderá aplicar as penalidades constantes na REN63/2004, que são advertência, multa e, em casos extremos, intervenção da concessão.

## Notas Explicativas

As melhorias dos indicadores de qualidade regulados resultam em investimentos e custos adicionais.

### (c.2) Risco de aceleração de dívidas

A controlada Eletropaulo têm contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (“*covenants*”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Em 31 de março de 2016, a controlada Eletropaulo estava em cumprimento de todos os termos dos *covenants* (vide nota explicativa no 16.7) exigidos por seus contratos.

### (c.3) Risco de contratação de energia

O portfólio de contratos de energia de 2016 consiste nos seguintes componentes: Contrato de Itaipu e PROINFA; Contratos de Cotas de Garantia Física – CCGF, Cotas de Angra 1 e 2 e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR’s.

De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição deverá ser realizada através de licitação na modalidade de leilão, sendo que a duração desses contratos (CCEAR’s) será estabelecida pelo próprio MME.

Os custos associados à compra de energia são compostos por itens não gerenciáveis. A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devem garantir o atendimento a cem por cento dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até cento e cinco por cento do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão da necessidade de aquisição de energia com antecedência de 5 e 3 anos em relação ao início do suprimento da energia elétrica adquirida e à expectativa de preços futuros. O não atendimento a 100% do mercado poderá ensejar a aplicação de penalidades por insuficiência de contratação, além de não repasse dos custos integrais de compra de energia no Mercado de Curto Prazo repassados às tarifas. Adicionalmente, a ANEEL não repassará os custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, caso o nível de contratação seja superior a cento e cinco por cento do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação, há instrumentos previstos na regulamentação tais como leilões de ajuste, MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits), opção por redução dos CCEAR’s de energia existente devido a (i) migração de clientes ao mercado livre, (ii) acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004, (iii) outras variações de mercado e (iv) o reconhecimento de sobrecontratação involuntária decorrente da aquisição de energia elétrica em quantidade superior à constante da declaração de necessidade de compra apresentada pela distribuidora nos leilões e decorrente da alocação de cotas de garantia física e de potência das usinas hidrelétricas acima do montante de reposição.

## Notas Explicativas

A estratégia para contratação de energia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

Conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 453, de 18 de outubro de 2011, a eventual exposição ou sobrecontratação involuntária a qual as Distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada às respectivas tarifas. Este repasse deverá ser concedido, desde que os agentes de distribuição utilizem de todos os mecanismos previstos na regulamentação para atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado de energia elétrica. As penalidades decorrentes do não atendimento à totalidade do mercado de energia elétrica dos agentes de distribuição não serão aplicáveis na hipótese de exposição contratual involuntária reconhecida pela ANEEL.

Em julho de 2015 a controlada Eletropaulo passou pela revisão tarifária periódica que possibilitou em novo ajuste tarifário para cobertura dos custos de compra de energia.

A crise econômica e o aumento da tarifa de energia levaram a uma queda de mercado significativa e considerando que o nível de contratação da controlada Eletropaulo é definido a partir do resultado dos contratos de compra firmados e da energia requerida para o consumo dos clientes cativos, a controlada Eletropaulo projeta encerrar o ano de 2016 com um nível de contratação de 115,55%. Conforme já colocado, o repasse da sobrecontratação é limitado a 5% da energia anual requerida regulatória da concessionária, a diferença não repassada à tarifa do consumidor é absorvida pela concessionária podendo resultar em risco ou oportunidade dependendo do cenário de preços de energia ao longo do ano.

As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactam significativamente as projeções da carga para contratação. Porém os modelos utilizados norteiam as contratações com níveis de riscos aceitáveis e no decorrer do tempo há a necessidade de ajustes sobre as previsões.

A controlada Eletropaulo participou de leilões no ambiente regulado (CCEARs), com o intuito de repor a energia vinculada ao contrato bilateral com a AES Tietê, cujo término ocorreu em 31 de dezembro de 2015. Essa participação compulsória está gerando uma previsão de sobrecontratação para o ano de 2016. No entanto, a Companhia está negociando com a ANEEL uma forma de mitigar os riscos vinculados à referida sobrecontratação.

## Notas Explicativas

Embora o aumento de custo de energia e dos encargos setoriais sejam repassados para a tarifa, caso ocorram em momentos distintos, há a necessidade da controlada Eletropaulo em se financiar através de capital de giro. Como forma de mitigar o impacto negativo no fluxo de caixa das distribuidoras, em novembro de 2015 a controlada Eletropaulo entrou com pedido de Revisão Tarifária Extraordinária, porém o pedido foi negado pela ANEEL. Uma das justificativas para não proceder com a revisão extraordinária foi o aperfeiçoamento do sistema de bandeiras tarifárias para 2016, instaurada pela Audiência Pública 81/2015. O resultado desta audiência pública foi homologado em janeiro de 2016 com a inclusão de um novo patamar de bandeira vermelha e o ajuste dos valores de cada bandeira que desde fevereiro de 2015 vem cobrindo toda ou parte da exposição no mercado de curto prazo da distribuidora oriunda de exposição involuntária, o custo do Encargo de Serviço do Sistema – ESS, o custo da geração dos contratos térmicos e o Risco Hidrológico das Cotas e de Itaipu.

### 33. Ativo financeiro setorial, líquido

A controlada Eletropaulo aplicou prospectivamente a OCPC 08 – Reconhecimento de determinados ativos e/ou passivos das distribuidoras de energia elétrica – a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Segue abaixo a composição do saldo do ativo financeiro setorial, líquido e a composição por ciclo tarifário:

	31.03.2016					31.12.2015		
	Ativo	Passivo	Ativo líquido apresentado no Balanço Patrimonial	Itens em amortização 04.07.2014 até 03.07.2015	Itens em constituição 04.07.2015 até 03.07.2016	Ativo	Passivo	Ativo líquido apresentado no Balanço Patrimonial
<b>CIRCULANTE</b>								
<b>Itens da Parcela A</b>								
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	603.334	-	603.334	169.725	433.609	689.908	-	689.908
Energia Itaipu - custo/variação cambial	922.748	(298)	922.450	64.841	857.609	630.070	(595)	629.475
Encargos do serviço do sistema - ESS	-	(206.590)	(206.590)	(149.290)	(57.300)	17.424	(259.467)	(242.043)
Transporte de energia - Itaipu	5.392	-	5.392	2.384	3.008	5.747	-	5.747
Transporte de energia pela rede básica	24.626	-	24.626	9.011	15.615	24.909	-	24.909
Compra de energia elétrica	406.761	(470.983)	(64.222)	406.761	(470.983)	732.834	(108.646)	624.188
Proinfa	16.731	(3.283)	13.448	(3.178)	16.626	209	(5.980)	(5.771)
<b>Total dos itens da Parcela A</b>	<b>1.979.592</b>	<b>(681.154)</b>	<b>1.298.438</b>	<b>500.254</b>	<b>798.184</b>	<b>2.101.101</b>	<b>(374.688)</b>	<b>1.726.413</b>
<b>Outros componentes financeiros da tarifa</b>								
Efeito Neutralidade	136.384	-	136.384	5.021	131.363	61.237	-	61.237
Sobrecontratação Energia - RN ANEEL 305/2008	-	(142.780)	(142.780)	(77.079)	(65.701)	-	(255.112)	(255.112)
Revisão Tarifária Extraordinária - RN ANEEL 1.858/2015	-	(693.229)	(693.229)	(171.555)	(521.674)	-	(615.636)	(615.636)
Fator Xq - Devolução tarifária - nota explicativa nº 19.1 (d.4)	-	(66.037)	(66.037)	-	(66.037)	-	(58.100)	(58.100)
Outros componentes financeiros	35.178	(6.292)	28.886	8.225	20.661	32.719	(49)	32.670
<b>Total dos outros componentes financeiros da tarifa</b>	<b>171.562</b>	<b>(908.338)</b>	<b>(736.776)</b>	<b>(235.388)</b>	<b>(501.388)</b>	<b>93.956</b>	<b>(928.897)</b>	<b>(834.941)</b>
<b>Total do circulante</b>	<b>2.151.154</b>	<b>(1.589.492)</b>	<b>561.662</b>	<b>264.866</b>	<b>296.796</b>	<b>2.195.057</b>	<b>(1.303.585)</b>	<b>891.472</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>								
<b>Itens da Parcela A</b>								
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	144.536	-	144.536	-	144.536	385.273	-	385.273
Transporte de energia pela rede básica	5.205	-	5.205	-	5.205	8.310	-	8.310
Encargos do serviço do sistema - ESS	-	(19.100)	(19.100)	-	(19.100)	17.424	-	17.424
Energia Itaipu - custo/variação cambial	285.870	-	285.870	-	285.870	512.890	-	512.890
Compra de energia elétrica	-	(149.658)	(149.658)	-	(149.658)	-	(103.080)	(103.080)
Proinfa	5.542	-	5.542	-	5.542	-	(93)	(93)
Transporte de energia - Itaipu	1.003	-	1.003	-	1.003	1.436	-	1.436
<b>Total dos itens da Parcela A</b>	<b>442.156</b>	<b>(168.758)</b>	<b>273.398</b>	<b>-</b>	<b>273.398</b>	<b>925.333</b>	<b>(103.173)</b>	<b>822.160</b>
<b>Outros componentes financeiros da tarifa</b>								
Efeito Neutralidade	43.788	-	43.788	-	43.788	51.195	-	51.195
Revisão Tarifária Extraordinária - RN ANEEL 1.858/2015	-	(173.891)	(173.891)	-	(173.891)	-	(336.818)	(336.818)
Sobrecontratação Energia - RN ANEEL 305/2008	29.479	(7.691)	21.788	14.209	7.579	-	(15.700)	(15.700)
Ultrassagem de demanda e excedente de reativos - 4CRTP <sup>(1)</sup>	-	(115.250)	(115.250)	-	(115.250)	-	(87.629)	(87.629)
Outros componentes financeiros	8.974	(45.046)	(36.072)	-	(36.072)	16.220	-	16.220
<b>Total dos outros componentes financeiros da tarifa</b>	<b>82.241</b>	<b>(341.878)</b>	<b>(259.637)</b>	<b>14.209</b>	<b>(273.846)</b>	<b>67.415</b>	<b>(440.147)</b>	<b>(372.732)</b>
<b>Total do não circulante</b>	<b>524.397</b>	<b>(510.636)</b>	<b>13.761</b>	<b>14.209</b>	<b>(448)</b>	<b>992.748</b>	<b>(543.320)</b>	<b>449.428</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.675.551</b>	<b>(2.100.128)</b>	<b>575.423</b>	<b>279.075</b>	<b>296.348</b>	<b>3.187.805</b>	<b>(1.846.905)</b>	<b>1.340.900</b>

## Notas Explicativas

(\*) A Resolução Normativa nº 660, de 28 de abril de 2015, aprovou nova versão para o Submódulo 2.1 – Procedimentos Gerais do Proret, incluindo o item 3.4 – Ultrapassagem de demanda e excedente de reativo. O item 3.4 define que “A partir da segunda revisão posterior ao 3CRTP, os valores de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos devem ser subtraídos da Parcela B, proporcionalizados de acordo com o ciclo tarifário”. Desta forma e de acordo com o estabelecido no Despacho de Encerramento nº 245 da ANEEL, de 28 de janeiro de 2016, os montantes referentes à receita de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos auferidos a partir do 4º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica (4CRTP), anteriormente registrados como obrigações especiais, foram contabilizados como passivos financeiros setoriais, no montante de R\$ 115.250. Ainda, de acordo com o Despacho de Encerramento, os valores devem ser corrigidos pela SELIC.

A movimentação do ativo financeiro setorial líquido para o trimestre findo em 31 de março de 2016 foi a seguinte:

	<b>Consolidado</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>1.340.900</b>
Diferimentos	(208.356)
Reclassificação da atualização monetária Dez/2015 - Fator Xq - Devolução tarifária	(6.037)
Atualização monetária	33.816
Amortização	(209.663)
Recebimento - Bandeiras tarifárias	(375.237)
<b>Saldo em 31 de março de 2016</b>	<b>575.423</b>

### 34. Compromissos

O principal insumo da controlada Eletropaulo é a energia elétrica, e a sua contratação ocorre, essencialmente, através de leilões públicos regulamentados pela ANEEL.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico instituiu a contratação de energia por meio de leilões em um esforço para reestruturar o Setor de Energia Elétrica, a fim de fornecer incentivos aos agentes privados e públicos para construir e manter a capacidade de geração e garantir o fornecimento de energia no Brasil a tarifas moderadas por meio de processos competitivos de leilões públicos de energia.

A partir de 1º de janeiro de 2016, a controlada Eletropaulo passou a possuir quatro tipos básicos de acordos de fornecimento: (i) quotas de compra de energia de Itaipu, que se estendem até 2027, (ii) quotas de suprimento de energia de projetos do PROINFA; (iii) Cotas de Garantia Física – CCGF; e (iv) compras através de Leilão (vide nota explicativa nº 25).

Adicionalmente, a controlada Eletropaulo incorre em custo pelo acesso ao sistema de distribuição e de transmissão, cujas tarifas são homologadas pela ANEEL (vide nota explicativa nº 25).

A controlada Eletropaulo também possui compromissos relacionados a encargos setoriais tais como: Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE, cujas tarifas também são homologadas pela ANEEL (vide nota explicativa nº 25).

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Ao Conselho de Administração e Acionistas da AES Elpa S/A

Barueri - SP

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas da AES Elpa S/A (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais, individuais e consolidadas, acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) ) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Outros assuntos

#### Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado – DVA individual e consolidada, referentes ao período de três meses findo em, 31 de março de 2016, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 26 de abril de 2016.

ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S.S. - CRC-2SP015199/O-6

Marcos Antonio Quintanilha - Contador CRC-1SP132776/O-3

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### **DECLARAÇÃO DOS DIRETORES**

Os Diretores da AES ELPA S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.917.705/0001-30, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 5º andar, sala individual 1, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri – SP, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao primeiro trimestre do exercício social de 2016.

Barueri, 26 de abril de 2016.

Diretores:

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira

Diretor Presidente

Clarissa Della Nina Sadock Accorsi

Diretora Vice-Presidente e de Relações com Investidores

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes**

### **DECLARAÇÃO DOS DIRETORES**

Os Diretores da AES ELPA S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.917.705/0001-30, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 5º andar, sala individual 1, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri – SP, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao primeiro trimestre do exercício social de 2016.

Barueri, 26 de abril de 2016.

Diretores:

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira

Diretor Presidente

Clarissa Della Nina Sadock Accorsi

Diretora Vice-Presidente e de Relações com Investidores